# Redes de Cooperação Solidária

## BALIZAMENTO CONCEITUAL E METODOLÓGICO DE REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

*“A história das organizações dos trabalhadores do campo e da cidade em empreendimentos econômicos solidários em rede é bastante recente. Ainda estamos nos alicerces das catedrais...”*

Cláudio Nascimento

# Redes de Cooperação Solidária

## BALIZAMENTO CONCEITUAL METODOLÓGICO DE REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

ADS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

# Sumário


| | | |
|---|---|---|
| Capítulo primeiro | **Projeto Redes Solidárias: Passos Para a Sustentabilidade** | |
| | Apresentação | **7** |
| | Histórico e organização das ações do projeto redes solidárias | **9** |
| | Objetivos do projeto Redes Solidárias: Passos Para a Sustentabilidade | **10** |
| | Principais atividades do projeto Redes Solidárias: Passos Para a Sustentabilidade | **11** |
| | Pressupostos teóricos para construção metodológica das ações do projeto | **12** |
| | Métodos, instrumentos e metodologia de sistematização permanente | **13** |
| | Organização dos empreendimentos econômicos solidários em redes de cooperação: referências institucionais à definição das redes de cooperação | **13** |
| | Subsídios para uma análise histórica da economia solidária no Brasil | **14** |
| | Perfil das redes de cooperação e entidades de referência | **17** |
| | Abrangência das redes de cooperação/entidades assessoras | **27** |
| Capítulo segundo | **Balizamento conceitual e metodológico: economia solidária e redes de cooperação solidária** | |
| | Introdução | **29** |
| | A economia solidária e as redes de cooperação solidária: as múltiplas economias de caráter solidário | **30** |
| | Gestão econômica e transmissão dos processos produtivos | **31** |
| | Processos de viabilização das trocas materiais | **33** |
| | Processos políticos para garantir a transmissão das trocas simbólicas | **36** |
| | Processos de gestão das informações | **40** |
| Capítulo terceiro | **Balizamento conceitual e metodológico: conceito de redes de cooperação** | |
| | Introdução | **44** |
| | Orientação ao balizamento conceitual e metodológico. Política Nacional de Economia Solidária | **44** |
| | Arranjos econômicos setoriais: abordagem setorial do desenvolvimento | **46** |
| | Arranjos econômicos territoriais: abordagem territorial do desenvolvimento local | **47** |
| | Procedimentos na constituição do plano de rede, cadeia produtiva e sustentabilidade: instrumentos da Senaes/MTE para orientação às entidades/assessoras das redes de cooperação | **48** |
| | Reflexão sobre os conceitos de redes de cooperação: o trabalho cooperativo, trabalhador@s e empreendimentos | **49** |
| | Reflexão crítica sobre as redes de produção, comercialização e bases de serviços: elementos para constituição do conceito de redes de cooperação | **50** |
| | A perspectiva do balizamento conceitual e metodológico: contribuições das reflexões na oficina das redes de produção | **51** |
| | A perspectiva do balizamento conceitual e metodológico: contribuições das reflexões na oficina das redes de comercialização | **58** |
| | Contribuições dos trabalhos em grupo na oficina de balizamento conceitual e metodológico das redes de comercialização | **64** |

| | | |
|---|---|---|
| Capítulo quarto | **Reflexões sobre as bases de serviços** | |
| | Introdução | **68** |
| | A perspectiva do balizamento conceitual e metodológico: contribuições das reflexões na oficina das redes de bases de serviços | **69** |
| | As bases de serviços como procedimentos de integração e superação das ausências nas redes de cooperação: processos produtivos e demandas da comunidade | **69** |
| | Bases de serviços e o trabalho cooperativo: coesão social e sustentabilidade econômica | **71** |
| | Bases de Serviços e procedimentos de sua aplicação: níveis de atuação, governança e principais serviços: contribuição da oficina das redes de bases de serviços | **72** |
| | Problemas situacionais à articulação das bases de serviços | **73** |
| | Gestão dos empreendimentos na formação da equipe técnica: princípios, planejamento e ações na construção da autonomia e governança das bases de serviços | **75** |
| | Caracterização das metodologias: valorização dos processos de educação popular e formação de apoio técnico | **76** |
| | Parâmetros para conteúdos da formação das equipes das bases de serviço de economia solidária | **76** |
| | Papel das redes na política de formação em Ecosol | **76** |
| | Fortalecimento estratégico dos programas de formação nacionalmente: o papel da integração das ações com a Rede CFES | **77** |
| | Síntese geral do balizamento conceitual e metodológico: conceito de redes de cooperação | **77** |
| REFERÊNCIA | | **81** |
| Anexos | | |
| | **ANEXO A:** Mapa das redes de cooperação solidária e empreendimentos e suas abrangências estratégicas | **82** |
| | **ANEXO B:** Metodologia das oficinas de balizamento conceitual e metodológico | **86** |
| | **ANEXO C:** Referência para elaboração de planos de encadeamento produtivo | **88** |
| | **ANEXO C 1:** Orientações para elaboração de planos de redes solidárias | **91** |

CAPÍTULO PRIMEIRO

# Projeto **Redes Solidárias:** Passos Para a Sustentabilidade

Seminário Nacional de Planejamento | Brasília 26 a 28/ago/2015

## Apresentação

O projeto **Redes Solidárias: Passos Para a Sustentabilidade**, da **Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS**, faz parte das ações de políticas públicas no campo da economia solidária, de acordo com o Edital de Chamada Pública Senaes/MTE n° 004/2012, com ações de abrangência nacional e definidas no território de atuação de 24 redes de cooperação **(ver Anexo A)**.

Conforme os objetivos do projeto **Redes Solidárias**, a ADS atuou na organização do balizamento conceitual e metodológico, na definição do planejamento estratégico, na articulação e na mobilização das redes de cooperação nos seus territórios. A atuação da ADS se generaliza como suporte às 24 redes de cooperação, visando alinhar informações e estimular ou promover o intercâmbio entre as entidades, nivelar as informações de acordo com as experiências individuais ou locais, promover a reflexão sobre o trabalho das redes de cooperação, e, por fim, a identificar instrumentos e procedimentos de gestão para a sustentabilidade das redes de cooperação e seus empreendimentos.

As ações do projeto foram pensadas em três etapas, com a participação das entidades ou redes, e incluem oficinas, reuniões e seminários para o balizamento conceitual e metodológico, planejamento estratégico, articulação e mobilização das redes nos seus territórios.

Primeira etapa: Três oficinas nacionais de balizamento conceitual e metodológico das experiências de redes de cooperação, com foco nas redes de produção, comercialização e bases de serviços (assessoramento técnico e formação/educação popular).

Segunda etapa: Promover em três regionais (Sul, Sudeste/CO e Nordeste) o desenvolvimento do planejamento estratégico com definição de eixos de integração das redes, de acordo com os resultados da primeira etapa (nivelamento e balizamento conceitual e metodológico).

Terceira etapa: A terceira etapa definiu os procedimentos de articulação e mobilização das redes de cooperação nos seus territórios em três oficinas regionais (Sul, Sudeste/CO e Nordeste).

O processo de estímulo à interação e integração das entidades ou cooperativas de representação solidária deve compor a execução de políticas públicas da Secretária Nacional de Economia Solidária – Senaes/MTE, que almeja consolidar no campo institucional a construção da sustentabilidade das esferas de produção, comercialização e bases de serviços dos empreendimentos de caráter solidário, por meio da criação e adensamento de redes de cooperação solidárias.

A disputa por espaço institucional em favor de políticas públicas de inclusão produtiva de empreendimentos sociais objetiva articular o campo das ações da Senaes/MTE e as institucionalidades da Economia Solidária por meio de

> *"[...] iniciativas socioeconômicas coletivas que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores, produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo."* (Edital de chamada pública Senaes/MTE n° 004/2012, p. 3).

Deve-se considerar no conteúdo do edital o campo afirmativo da inclusão dos trabalhadores nos seus arranjos produtivos alinhados com a estratégia de articulação das redes de cooperação e o desenvolvimento

territorial (ou seja, desenvolvimento local):

*"Essas iniciativas referenciadas no chamado campo da economia solidária são fomentadas, em sua maioria, como alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias e redes produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento territorial sustentável."* (p. 3).

Segundo, o edital considera fundamental a construção estratégica da abordagem territorial como indutora do desenvolvimento para integração de políticas públicas:

*"A economia solidária desenvolve um papel fundamental de fazer avançar suficientemente no contexto dos territórios os novos paradigmas e práticas de desenvolvimento econômico com sustentabilidade [...] a abordagem territorial é uma estratégia indutora de desenvolvimento que considera o território como unidade básica para a formulação, implantação, integração e avaliação de políticas públicas."* (p. 3).

Terceiro, a rede de cooperação torna-se objeto fundamental da articulação dos objetivos da Senaes/MTE, como estratégia da construção das oportunidades de inclusão social e dinamização das cadeias produtivas:

*"Para tanto, faz-se necessária uma estratégia de organização e fortalecimento de redes de cooperação solidária, enquanto uma forma de organização territorial e/ou setorial dos empreendimentos econômicos solidários, ou seja, uma ação articulada com empreendimentos de um mesmo setor produtivo gerando aproximação e/ou fortalecendo a interação entre eles. Além disso, a organização de redes de cooperação possibilita a estruturação da economia familiar e da economia solidária em cadeias produtivas como estratégia para dinamização econômica de territórios."* (p. 4).

Por outro lado, o edital materializa o avanço da economia solidária no campo das políticas públicas e a promoção das institucionalidades no território para articulação dessas estratégias:

*"...os objetivos estratégicos e iniciativas de economia solidária no Plano Plurianual do Governo Federal para 2012-2015 buscou contemplar e articular as abordagens de desenvolvimento regional e territorial sustentável com a estratégia de redes de cooperação de empreendimentos econômicos solidários. Dessa forma, as políticas de economia solidária se integram plenamente às orientações estratégicas e prioridades do governo federal de redução das desigualdades socioeconômicas e regionais por meio do resgate humano da população que se encontra em situação de extrema pobreza e da promoção do desenvolvimento territorial sustentável e solidário."* (p. 5).

Conforme objetivo geral do Edital 004, a ADS focou suas ações no desenvolvimento de metodologias, procedimentos e instrumentos, com potencial de fomentar indicativos ao adequado tratamento das redes de produção, redes de comercialização e redes de bases de serviços, como, também, de promover eixos estratégicos relativos às grandes questões nacionais e políticas públicas:

*"O objetivo desta Chamada Pública é a seleção de projetos que tornem mais eficaz o apoio, o fortalecimento e a organização de Redes de Cooperação Solidária constituídas por empreendimentos econômicos solidários como estratégia de fomento às cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários, com vistas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável e a superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria."* (p. 2).

Nos seus objetivos específicos, o Edital aponta os pontos fundamentais de atuação das entidades organizadoras das ações gerais em redes de cooperação, de acordo com os seguintes indicativos: (p. 2-3).

A) Promover a organização e fortalecimento de redes de cooperação solidária (Recosol) enquanto estratégia ou alternativa de trabalho e renda da população em situação de pobreza extrema;

B) Fomentar a organização de sistemas territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários em diferentes espaços organizativos;

C) Realizar assessoramento técnico participativo e sistemático por meio da organização de Bases de Serviços de Apoio à Economia Solidaria (BS-Ecosol);

D) Desenvolver estratégias de acesso e pulverização da informação para o fortalecimento de redes de cooperação solidária;

E) Desenvolver estratégias e instrumentos de comercialização de produtos e serviços das redes de cooperação solidárias com ênfase no acesso às compras governamentais e na constituição de estruturas e espaços de comercialização direta;

F) Subsidiar processos locais e territoriais de desenvolvimento solidário e sustentável;

G) Promover iniciativas de ocupação e renda para jovens por meio da organização e fortalecimento de redes de cooperação solidária.

Quanto aos aspectos metodológicos e objetivos, o Edital divide as demandas de apoio às redes de cooperação em três modalidades para constituição do alcance das ações da Senaes/MTE.

### Modalidade A

Apoio às atividades voltadas ao desenvolvimento e aplicação de metodologias que assegurem desenvolver o assessoramento técnico para aplicação dos seguintes instrumentos de apoio a organização de rede de cooperação solidária: (a) organização de redes de cooperação solidária nas cadeias de produção, comercialização e consumo solidário; (b) assessoramento técnico participativo por meio da organização de Base de Serviço de Economia Solidária (BS-Ecosol) (c) sistemas locais de produção e de comercialização solidária como alternativa de trabalho e renda com foco na população em situação de extrema pobreza; e **(d)** espaços especializados em comercialização solidária.

### Modalidade B

Ações de suporte e integração nacional, tais como (projeto de abrangência nacional, p. 8):

A) Intercâmbio, integração e articulação das executoras da **Modalidade A**, fornecendo subsídios para o aprimoramento das ações de apoio às redes e proporcionando espaços de intercâmbios, trocas de experiências e de sistematização;

B) Desenvolver, por meio de informações, levantamentos e pesquisas, referências conceituais e metodológicas, bem como a sistematização com vista à consolidação e ao aprimoramento no âmbito das cadeias produtiva de relações de colaboração e cooperação solidária;

C) Fomentar o desenvolvimento territorial sustentável e solidário por meio do apoio a estados e municípios na implantação e consolidação de ações integradas de economia solidária, apoiadas pela Senaes/MTE, em territórios caracterizados pela concentração de extrema pobreza.

### Modalidade (C)

Apoio às atividades voltadas ao desenvolvimento e aplicação de metodologias que assegurem desenvolver assessoramento técnico para aplicação dos seguintes instrumentos de apoio a organização de rede de cooperação solidária com empreendimentos juvenis (p.9): (a) Redes de Cooperação Solidária (Recosol), inserindo os empreendimentos econômicos solidários nas cadeias de produção comercialização e consumo solidário; (b) assessoramento técnico por meio da organização de Base de Serviço de Economia Solidária (BS-Ecosol); (c) sistemas locais de produção e comercialização solidária, como iniciativa de geração de ocupação e renda e das condições de vida da população em situação de extrema pobreza; e (d) espaços especializados em comercialização solidária, como feiras, centrais de comercialização, lojas e mercados, comércio eletrônico etc.

De acordo com o supracitado edital, o projeto coordenado pela **ADS** ***Redes Solidárias: Passos Para a Sustentabilidade*** se inscreve na **Modalidade B**. As demais modalidades do edital (A e C) se apresentam como experiências de redes de cooperação que orientam o balizamento conceitual e metodológico, o planejamento estratégico, a mobilização e a articulação nos territórios. Portanto, todas as ações do projeto da **Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS** se pautaram nas ações e experiências das redes de cooperação no âmbito dos objetivos determinados pelas organizações executoras da Modalidade A e da Modalidade C.

## Histórico e organização das ações do projeto redes solidárias

A primeira reunião do Comitê Gestor de Governança marcou o início do projeto ***Redes Solidárias: Passos Para a Sustentabilidade***. O objetivo da reunião era o de pactuar ações para realizar as várias etapas do projeto. O Comitê Gestor é uma estrutura de autogestão dos projetos redes, composto por representantes das organizações de redes de cooperação, da **ADS** e de técnicos da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes/MTE. O Comitê Gestor foi concebido como espaço de debate, troca de informação e dispositivo de gerenciamento conjunto do desenvolvimento do projeto. Nos 24 meses de execução do projeto aconteceram cinco reuniões do Comitê, com a participação de todas as representações citadas.

O Comitê Gestor tem a função de ser um espaço coletivo para pactuação do cronograma do projeto, incluindo as oficinas, os seminários e as visitas técnicas e fazer o nivelamento e a troca de informações sobre as organizações de redes de cooperação e seus empreendimentos.

Durante reunião ocorrida em agosto de 2014, foram apresentados os objetivos geral e específico do projeto, cronograma das atividades e os procedimentos à articulação de ações ao desenvolvimento das várias etapas do projeto. O nivelamento das informações preliminares sobre as entidades de cooperação e seus empreendimentos associados foi feito por exercício coletivo, como forma de identificar o campo de atuação das redes de cooperação no seu território **(Anexo B)**. Foi definido que o mapeamento das redes de cooperação seria realizado durante as oficinas de balizamento conceitual e metodológico e planejamento estratégico por apresentação de informações sobre a atuação das redes de cooperação. Com o desenvolvimento das etapas poste-

riores do projeto, as informações sobre o mapeamento foram complementadas por visitas técnicas a algumas redes e empreendimentos, com foco no balizamento metodológico, identificação de procedimentos na gestão das redes e instrumentos à viabilização da sustentabilidade das esferas de produção, comercialização e o desenvolvimento das bases de serviço (assessoramento técnico e formação/educação popular).

A gestão da Senaes/MTE dos projetos da organização de redes de cooperação foi fundamental para a problematização das principais questões, na pactuação para tratar dos processos de integração e apoio às ações do projeto de suporte representado pela **ADS**. Pode-se focar na pauta da proposta da Senaes/MTE de acompanhamento dos projetos alguns pontos relevantes para as ações do projeto:

- Informações do convênio com as 24 organizações de redes de cooperação **(ver Anexo A)**;
- As informações sobre os objetivos de atuação das organizações no fortalecimento das redes de cooperação;
- Área de abrangência de atuação, números de empreendimentos na rede de cooperação e número de trabalhadores apoiados pela rede.

Em síntese, os pontos fundamentais para sincronizar as ações da entidade de suporte (**Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS**) das 24 organizações de redes de cooperação e da Senaes/MTE foram definidas na primeira reunião do Comitê Gestor, tendo como eixo o nivelamento das experiências da atuação das entidades de representação Ecosol nos territórios, valorização de seu protagonismo na articulação dos processos produtivos, difusão do processo de conhecimento por assessoramento técnico e formação política.

## Objetivos do projeto Redes Solidárias: Passos Para a Sustentabilidade

O objetivo do projeto foi construído coletivamente na reunião de parâmetros e procedimentos das experiências das entidades de cooperação. Este se funda no desejo comum de fortalecer as atividades produtivas, romper com as fragilidades e o isolamento dos empreendimentos solidários nos territórios de atuação.

O território é a categoria política, conceitual e pragmática das ações do projeto.

Os objetivos específicos também foram pensados coletivamente e passam pela promoção do nivelamento das informações como meta operacionalizada em ações junto às 24 organizações de redes de cooperação, em um cronograma de 24 meses, como mostra o quadro na página 12.

| OBJETIVOS | AÇÕES/PRODUTOS |
|---|---|
| Promover a articulação e integração das instituições executoras da modalidade A e C das experiências de redes de cooperação solidária, em curso, das quais são responsáveis. | **a)** Constituir Comitê Gestor de governança e monitoramento compartilhado para pactuar ações e cronogramas;<br>**b)** Realizar levantamento preliminar sobre o trabalho, demandas e desafios das experiências em curso de organização de redes solidárias. |
| Promover trocas de experiências e o nivelamento de informações (estimular reflexão coletiva) para:<br>• Identificar as práticas de organização de redes solidárias;<br>• Compartilhar demandas e desafios colocados para as redes. | **a)** Três oficinas nacionais de balizamento conceitual e metodológico para suporte às ações de redes e cadeias produtivas:<br>• Oficina nacional relativa às redes de produção;<br>• Oficina nacional relativa às redes de comercialização;<br>• Oficina nacional relativa às bases de serviço. |
| Dotar as redes solidárias com instrumentos que possibilitem o desenvolvimento da economia solidária pela identificação de dinâmicas, riscos e oportunidades: sustentabilidade das redes e políticas públicas. | **a)** Realizar três oficinas regionais de planejamento das redes e cadeias produtivas, com foco no:<br>• Planejamento das redes de produção;<br>• Planejamento das redes de comercialização;<br>• Planejamento das bases de serviços.<br>**b)** Realizar seminário nacional de planejamento das redes e cadeias produtivas (eixos de integração em rede de cooperação). |
| Fomentar o desenvolvimento territorial;<br><br>Apoiar a articulação, mobilização regional e aprofundamento conceitual sobre o tema Redes e Cadeias Produtivas. | **a)** Realizar três oficinas regionais de articulação e mobilização das redes e cadeias produtivas com foco na:<br>• Articulação e mobilização das redes de produção;<br>• Articulação e mobilização das redes de comercialização;<br>• Articulação e mobilização das redes de bases de serviços. |
| Sistematizar, subsidiar e elaborar contribuições referentes ao desenvolvimento metodológico, apoio e mobilização das redes de produção, redes de comercialização e redes de bases de serviços. | **a)** Realizar seminário nacional de avaliação e validação das ações desenvolvidas no projeto.<br><br>**b)** Relatório final de sistematização. |

**Fonte:** Elaboração equipe técnica da ADS

III Encontro Nacional da Rede Juvesol | Brasília 5 a 7/dez/2017

As ações do projeto foram concebidas na articulação de estratégias de enfrentamento à fragmentação ou à desarticulação entre as entidades organizador-assessoras das redes de cooperação e os territórios de atuação da Ecosol, para construção da autonomia econômica, social e política dos empreendimentos sociais e suas redes de cooperação. Esse processo resultou em quatro pontos de aprimoramento da gestão:

A) Superar o isolamento e a fragilidade das iniciativas de geração de trabalho e renda;

B) Aprimorar a gestão de integração produtiva para ampliar a produção e adequar às exigências da comercialização e acesso a novos mercados;

C) Fortalecimento de ações para interferir nas políticas públicas e ampliar a articulação institucional;

D) Fortalecer mecanismos para construção de estratégias ao desenvolvimento local sustentável.

A metodologia de trabalho do projeto procurou desenvolver um conjunto de atividades para fortalecer as organizações produtivas, constituir parâmetros de sustentabilidade para as redes de cooperação com foco, principalmente, na apreensão dos principais conceitos, metodologias, procedimentos e instrumentos de redes de cooperação, conforme as experiências das organizações. A metodologia para viabilizar suporte às EES utilizou os seguintes instrumentos:

A) **Balizamento teórico e metodológico** como instrumento para promover a troca de experiência, integração, nivelamento de informações, pactuação sobre os procedimentos de apoio e aprimoramento de procedimentos de organização das redes de cooperação;

B) **Planejamento estratégico regional** para coesão de ações, identificar dinâmicas de interação estratégica nos territórios, riscos e oportunidades, e pactuar políticas estratégicas para a atuação das redes e cadeias produtivas no plano territorial;

C) **Planejamento estratégico nacional** para identificar sinergias regionais para construção de agendas comuns nacionais (planos de trabalho territorial e planos de trabalho nacional);

D) **Articulação e mobilização** das instituições de suporte no território, com o objetivo de mobilizar os atores envolvidos nos processos produtivos e aprofundar os conceitos de redes de cooperação para construção de práticas para o fortalecimento das redes e cadeias produtivas.

## Principais atividades do projeto Redes Solidárias: Passos Para a Sustentabilidade

As etapas do projeto **Redes Solidárias: passos para a sustentabilidade** respeitou o cronograma apresentado no projeto e pactuado nas reuniões do Comitê Gestor de Governança, levando em conta a disponibilidade das organizações e suas redes de cooperação, conforme calendário em três ciclos de trabalho na fase de **(1)** balizamento conceitual e metodológico, **(2)** planejamento estratégico e **(3)** mobilização e articulação no território.

A partir do Seminário Nacional de Planejamento, as etapas e cronograma do projeto sofreram mudanças no seu plano de trabalho (PTA), com acréscimo de novas atividades para atender a demanda da juventude solidária, das mulheres e o fortalecimento da comercialização com temas específicos. Foram acrescentadas três novas atividades com dois encontros da juventude (Juvesol), um encontro das mulheres e uma oficina voltada à comercialização com a preocupação no desenho mais preciso da atividade comercializa e crédito.

Só foi possível a introdução dessas atividades pela substituição de três reuniões, da previsão de oito, após avaliação das etapas concluídas em agosto de 2015 e o planejamento das demais etapas até o final do projeto ***Redes Solidárias***. Na próxima página apresentamos o cronograma de execução.

| ATIVIDADE | ETAPA | MÊS | LOCAL | PRODUTO |
|---|---|---|---|---|
| 1ª reunião do Comitê Gestor | 1° ciclo | 19 a 21/08/2014 | Brasília-DF | Cronograma das oficinas de balizamento e mapeamento das redes de cooperação |
| 1ª oficina de balizamento conceitual e metodológico | 1° ciclo | 23 a 25/09/2014 | Recife-PE | Nivelamento das informações e balizamento das redes de produção |
| Mapeamento das redes de comercialização | 1° ciclo | Outubro 2014 | São Paulo-SP | Reunião de preparação das oficinas e nivelamento de dados |
| 2ª oficina de balizamento conceitual e metodológico | 1° ciclo | 07 a 09/11/2014 | Guarulhos-SP | Nivelamento das informações e o balizamento das redes de comercialização |
| Mapeamento das redes de serviço | 1° ciclo | Dez. 2014 | São Paulo-SP | Preparação das oficinas e nivelamento de dados |
| 3ª oficina de balizamento conceitual e metodológico | 1° ciclo | 28 a 31/01/2015 | Florianópolis-SC | Nivelamento das informações e balizamento das redes de bases de serviços |
| Sistematização das informações sobre o mapeamento das redes | 1° ciclo | Fevereiro 2015 | São Paulo-SP | Reunião – definição do roteiro da visita técnica (mapeamento) |
| Construção da metodologia para sistematização das oficinas regionais de planejamento estratégico | 2° ciclo | Março 2015 | São Paulo-SP | Reunião – avaliação dos instrumentos de planejamento |
| 1ª oficina de planejamento | 2° ciclo | 13 a 15/04/2015 | Florianópolis-SC | Planejamento região Sul |
| 2ª oficina de planejamento | 2° ciclo | 19 a 21/05/2015 | Salvador-BA | Planejamento região Nordeste |
| 3ª oficina de planejamento | 2° ciclo | 23 a 25/06/2015 | Cajamar-SP | Planejamento regiões Sudeste/Centro Oeste |
| 1° Seminário nacional | 2° ciclo | 26 a 28/08/2015 | Brasília-DF | Eixos de integração estratégica – base ao Plano de Trabalho Territorial e Plano de Trabalho Nacional |
| 1ª fase de sistematização | 1° e 2° ciclos | Set.2015 | São Paulo-SP | Plano da edição da sistematização |
| 2ª fase de sistematização | 1° e 2° ciclos | Outubro 2015 | São Paulo-SP | Primeiro texto para edição/publicação (de acordo com as informações da sistematização permanente) |
| 3ª fase de sistematização | 1° e 2° ciclos | Novembro/ Dez/ 2015 | São Paulo-SP | Segundo texto para edição/publicação (de acordo com as informações da sistematização permanente) |
| Preparação da sistematização e orientação à edição dos resultados do projeto ***Redes Solidárias*** | 1° e 2° ciclos | Janeiro de 2016 | São Paulo-SP | Textos de sistematização do balizamento conceitual e metodológico e pressupostos metodológicos para instrumentos de gestão em redes de cooperação |
| 1ª Oficina de articulação e mobilização | 3° ciclo | 18 a 20/02/2016 | Florianópolis-SC | Oficina de articulação e mobilização / região Sul |
| 4ª Reunião do Comitê Gestor. | 3° ciclo | 22 a 24/032016 | Brasília-DF | Balanço do projeto Redes Solidárias |
| 2ª Oficina de artic. e mobilização | 3° Ciclo | 03 a 04/03/2016 | Salvador - BA | Oficina de articulação e mobilização /Reg. Nordeste |
| 3ª Oficina de articulação e mobilização | 3° ciclo | 26 a 28/04/2016 | São Paulo-SP | Oficina de articulação e mobilização / regiões Sudeste/Centro Oeste |
| Seminário final de validação | Finalização das ações | 13 a 15/12/2016 | Brasília-DF | Validação das ações e relatório final |

**Fonte:** Elaboração equipe técnica da ADS

## Pressupostos teóricos para construção metodológica das ações do projeto Redes Solidárias: Passos Para a Sustentabilidade

O roteiro metodológico das ações do projeto objeto deste descritivo teve como foco a abordagem das experiências dos arranjos e sistemas produtivos em redes de cooperação solidária. Os pressupostos teóricos da metodologia agregam instrumentos que possibilitam o "entendimento completo da experiência vivida pelas organizações nas esferas da produção, comercialização e a promoção das bases de serviços".

O método de trabalho se constrói a partir "da reflexão participativa dos atores envolvidos e da valorização das narrativas das suas experiências de acordo com suas práticas". O entendimento completo da experiência vivida pelos protagonistas partiu do nivelamento das informações com a definição de métodos, instrumentos e metodologia de sistematização, que foram desenvolvidas permanentemente.

Oficina de balizamento conceitual e metodológico | redes de comercialização | São Paulo 7 a 9/nov/2014

## Métodos, instrumentos e metodologia de sistematização permanente

A sistematização permanente parte do princípio da multiplicidade de experiências de redes e de cadeias produtivas de tipo solidárias, que consideram as ações como parte de uma "construção estratégica" para a sustentabilidade, pautadas na experiência dos atores e nas práticas de redes de cooperação solidária.

Ao partir dessa concepção, supõem-se consensos, ou o objetivo de se chegar ao consenso, sobre as metodologias das redes de cooperação solidária, com foco multiplicidade de experiências de redes e cadeias produtivas. Disto resulta que o método de sistematização deverá garantir instrumentos para absorver uma dinâmica de abordagem que permita atender e produzir reflexões que conduzam às seguintes diretrizes ou objetivos estratégicos para a sustentabilidade:

**1.** Identificar empiricamente as chamadas trocas econômicas e trocas simbólicas, com o sentido de promover reflexão crítica da práxis visando aprimorá-la;

**2.** Inspirar novas experiências por meio do socializar dos conhecimentos produzidos;

**3.** Contribuir para identificar e referenciar áreas e campos de pesquisa;

**4.** Validar o balizamento metodológico por meio do processo coletivo de construção de conhecimento e de práticas formativas;

**5.** Construir instrumentos técnicos e simbólicos que garantam a avaliação permanente da educação em economia solidária;

**6.** Construir processos coletivos de formação, consolidando redes, cadeias e trocas de experiências;

**7.** Criar referências teóricas como condutoras da legitimação do processo de discussão e reflexão sobre as redes de cooperação solidárias; e

**8.** Construir instrumentos de socialização das informações no âmbito da governança, a partir das demandas e desafios do processo de reflexão no decorrer das discussões.

## Organização dos empreendimentos econômicos solidários em redes de cooperação: referências institucionais à definição das redes de cooperação

As redes de empreendimentos solidários são articulações ou representações de interesses formais ou não formais entre os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e suas organizações de apoio. Essas articulações têm como um de seus supostos fundantes promover conjuntamente atividades para fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas e/ou promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços e/ou promover o consumo coletivo dos bens, produtos e serviços (consumo solidário)[1].

Também se pode entender como redes instituições que objetivam criar as condições estratégicas de enfrentamento das fragilidades econômicas, sociais e políticas de grupos sociais vulneráveis, para aumentar as possibilidades de sobrevivência dos EES: a dita sustentabilidade.

As redes desenvolvem ações voltadas à inclusão produtiva e política dos trabalhadores envolvidos nos empreendimentos, tanto do campo como da cidade. Como estratégias procuram desenvolver ações voltadas para a capacitação técnica e gestão, estruturação de processos integrados de produção e comercialização, bem como articulações das operações de crédito e investimentos, além da permanente disputa por políticas públicas voltadas para o fomento e desenvolvimento de padrões produtivos e econômicos desses grupos sociais.

As redes de empreendimentos econômicos solidários também assumem outras denominações e/ou es-

**1**. Termo de Referência 1 p.11 e Termo de Referência 3 p.24 – Senaes/MTE.2008.

tratégias organizativas: redes de produtores, redes de comercialização, arranjos produtivos locais, cadeias produtivas, centrais de comercialização, base de serviços de apoio técnico – formação política, capacitação técnica, gestão, apoio técnico jurídico e contábil, marketing e logística fundamentalmente.

Nessa perspectiva, as cadeias produtivas solidárias, ou arranjos produtivos, são entendidas como tipos heterogêneos de organização para articular estratégias e esforços focados em um determinado produto e/ou serviço, agregando ações de produção, comercialização e base de serviços intraempreendimento. A produção, a comercialização e a base de serviços (assessoramento técnico e formação/educação popular) são realizadas entre empreendimentos econômicos solidários, mantendo-se os princípios de cooperação e solidariedade nas relações comerciais desde a produção de matérias -primas até o produto final[2]. Não há uma metodologia única para essas estratégias organizativas das redes. As experiências locais e territoriais são ricas devido à amplitude e à diversidade cultural brasileira. As tradições das origens da organização dessas sociedades e suas culturas locais são determinantes para entender os diferentes níveis organizativos, produtivos e de desenvolvimento no território. Entretanto, como afirma o educador popular Cláudio Nascimento, "a história das organizações de trabalhadores do campo e da cidade em empreendimentos econômicos solidários em rede é bastante recente. Ainda estamos nos alicerces das catedrais".[3]

Neste contexto de processo, é difícil estabelecer diagnóstico histórico e avaliações precisas do que se constrói como economia solidária e os riscos e rumos dessa construção. Para tanto, é necessário conhecer um pouco mais sobre essa trajetória recente da economia solidária e suas estratégias de redes de cooperação.

Por tudo isso, o projeto ***Redes Solidárias: Passos Para a Sustentabilidade*** se insere num processo de conhecimento e sistematização das experiências do novo patamar da economia solidária. O diagnóstico tem o potencial de construir passos para a sustentabilidade dos EES, como também promover reflexões e debates sobre a situação política, o protagonismo de seus atores, a identificação de políticas virtuosas ao desenvolvimento local nos territórios de atuação, articular e mobilizar atores em torno da construção de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva de trabalhadores e trabalhadoras.

## Subsídios para uma análise histórica da economia solidária no Brasil

Utilizamos a abordagem histórica para compreender e trabalhar a Ecosol no Brasil. Para efeito metodológico pode-se assinalar uma memória de longa duração, uma de média duração e, por fim, uma memória de curta duração. (Nascimento, Cláudio, 2014)[4]

Em termos de memória de longa duração, as origens da Ecosol remetem à história secular de nossa formação social e política. Não podemos deixar de falar da Comuna de Palmares, da Economia Quilombola, Guerra de Canudos, Ligas Camponesas, entre tantas outras manifestações pela construção de uma sociedade mais justa e socialista.

A memória média pode situar-se a partir dos anos 1980-90, quando se encontram várias experiências comunitárias de produção, como os PACS da Caritas. Nas políticas públicas, destacam-se as experiências democráticas populares dos primeiros governos municipais e estaduais, como o governo gaúcho de Olívio Dutra, no período de 1988-2002, cuja Secretaria Desenvolvimento Institucional (Sedai) tinha um Programa de Economia Popular Solidária.

Todavia, pelos limites e objetivos desse diálogo, o fundamental é o da memória de curta duração, que remete ao início dos anos 2000, justamente com o começo da consolidação institucional do movimento social Ecosol nos oito anos do governo Lula (2003-2010), e nos quatro do governo Dilma. No período Lula ocorreu a fundação da Secretaria Nacional de Economia Solidária/Senaes e do CNES (Conselho Nacional de Economia Solidária). No campo social, o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e seus desdobramentos nos estados e municípios, além de plenárias e conferências.

O último período do governo Dilma permite observar os avanços, impasses e desafios da Ecosol no Brasil. Nele ocorreram três Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes), em junho de 2006, em junho 2010 e em novembro de 2014. Isso cobre um período histórico de 12 anos. Podemos assim chamá-lo de período de consolidação política da Ecosol na esfera das políticas públicas e da mobilização do protagonismo dos atores das diversas cadeias produtivas.

A realização da 3ª Conaes foi marcada por um amplo debate e participação de milhares de militantes da Ecosol de todo o país, e pode significar um salto de

**2**. Termo de Referência 1 p.11 – Senaes/MTE.2008.
**3**. Exposição de Cláudio Nascimento na oficina de balizamento conceitual e metodológico e planejamento estratégico, 2014.
**4**. Cláudio Nascimento é consultor do Projeto Redes Solidárias: passos para a sustentabilidade – Equipe ADS/CUT. Documento apresentado em setembro de 2014 em uma das oficinas do projeto em questão.

qualidade da Ecosol, devido ao acúmulo dos 12 anos anteriores e com mais condições favoráveis à construção de um **plano nacional de desenvolvimento Ecosol**, inserido em uma estratégia nacional.

A realização das conferências nacionais teve papel fundamental na Ecosol, como momentos privilegiados na construção do espaço público, marcados por uma cidadania ativa. São momentos qualitativos de definição de estratégias e construção coletiva de conhecimentos, ou melhor, como esses espaços públicos, construídos por meio da parceria do FBES, potencializou a expressão da Ecosol como um movimento social e de representação institucional-governamental via Senaes e CNES (Conselho Nacional de Economia Solidária).

A primeira Conferência estabeleceu os fundamentos e a identidade da Ecosol. Nela, milhares de trabalhadores definiram elementos de referência para unificação das ideias, conceitos e estratégias.

Já a segunda conferência consolidou a Ecosol como estratégia de desenvolvimento econômico. O processo de debates e a participação contou com 1.352 pessoas na etapa nacional. Na etapa de preparação nos estados e municípios, contou com cerca de 17.000 participantes, distribuídos em 27 conferências estaduais e 159 conferências territoriais. A 2ª Conaes consolidou a concepção da Ecosol no Brasil:

> ***"Organiza a produção de bens e serviços, o acesso à construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando à gestão democrática e popular, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação ao meio ambiente, a valorização dos era humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a: gênero, raça, etnia, território, idade e padrões de normalidade." (2ª Conaes-2010)***

O sujeito coletivo principal da política nacional da Ecosol, constituído pelos EES, é sua organização de base:

> ***"Organização de caráter permanente, coletiva, singular ou complexa, formada por trabalhadores urbanos ou rurais. Enquanto organizações realizam atividades econômicas, socioambiental e cultural. Como organização com base na autogestão, seus membros exercem de forma coletiva a gestão das suas atividades e a decisão partilhada dos seus resultados, através de assembleias democráticas e soberanas". (2ª Conaes – 2010)***

Nesse sentido, o futuro Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes) tem como ponto central a "promoção da garantia do direito ao trabalho associado e das formas coletivas autogestionárias da organização econômica, fortalecendo seu protagonismo, e se contrapondo a lógica do capital".

A 3ª Conaes abordou questões centrais da Ecosol construindo definitivamente o Plano Nacional de Economia Solidária. Seus principais eixos temáticos foram: desenvolvimento, autogestão, solidariedade, democracia e políticas públicas.

Entretanto, a expansão da Ecosol se processa de forma desigual, segundo seus componentes sociais e econômicos locais. Os três principais segmentos que compõem quase 80% dos EES são agricultura familiar, atividades artesanais e coleta-reciclagem de materiais. Outros segmentos, apesar de avanços, como empresas recuperadas, finanças solidárias e o associativismo urbano, por exemplo, caminham num processo de inclusão produtiva com contradições específicas das suas cadeias produtivas e enfretamentos na articulação de espaços políticos de apoio ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, além de conflitos vividos principalmente na precarização dos serviços públicos urbanos e a desvalorização do espaço público nas últimas décadas.

Do fim de 2012, 2013 e no início de 2014, o momento é de expansão. O secretário nacional da Economia Solidária, professor Paul Singer, analisando os últimos dez anos da Senaes, em junho de 2013, afirmou:

> ***"Nesta década, a Ecosol conheceu amplo crescimento tanto no Brasil como em grande parte da Europa, nas Américas e nos últimos anos na Ásia e na África. Este crescimento pode ter sido uma resposta ao agravamento da crise econômica e financeira de 2008..." [...]. "Foram 10 anos de muito trabalho e muita luta em estreita parceria com o FBES (Fórum) e demais componentes do movimento de economia solidaria, não só em nosso país, mas também nos países vizinhos do MERCOSUL. A RIPESS, Rede Intercontinental de Promoção da Ecosol, é um exemplo desta expansão."***

As conjunturas política, econômica e social no Brasil trouxeram elementos que explicam essa expansão da Ecosol, conforme documento da 3ª Conaes, que define o momento brasileiro:

> ***"O contexto brasileiro não se caracteriza por transformações profundas em seu modelo econômico como aquelas promovidas por processos revolucionários (com suas várias***

***denominações que estão ocorrendo em países da América Latina). No entanto, o país tem adotado medidas bastante diversas da agenda liberal e conservadora, que possibilitaram maior inclusão social, aumento da massa salarial, incremento do mercado interno etc."***

As ausências das reformas estruturais de base dificultam a expansão da Ecosol, como também as propostas da alternativa neoliberal em andamento, ou em disputa com um projeto de desenvolvimento local na inclusão econômica e social dos trabalhadores e trabalhadoras nas diversas cadeias produtivas. A persistência das desigualdades na sociedade brasileira é fator limitador de caráter estratégico da sustentabilidade econômica das comunidades solidárias, quando se trata da formação do processo histórico brasileiro e das novas disputas atuais no campo das políticas públicas.

Como opção de governo coube a Senaes/MTE desenvolver estratégias junto ao Plano Brasil Sem Miséria, principalmente pelas ações de inclusão produtiva da população de baixa renda, promovida por políticas de inclusão social, como, por exemplo, o programa Bolsa Família. A ideia do "Endodesenvolvimento" retomou o projeto "Desenvolvimento Solidário", no qual a própria comunidade é mobilizada por meio de ações de formação em Ecosol, conduzidas por uma concepção de geração de trabalho e renda, combate à miséria, inclusão produtiva na agricultura familiar, com garantia da segurança alimentar e políticas públicas ao desenvolvimento econômico e social do país.

Todavia, entre os vários desafios do momento, podemos definir o principal como o da criação de parâmetros de sustentabilidade aos EES, instrumentos de gestão da produção e o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento do trabalho associado. No Brasil, para a Ecosol ter um caráter protagonista de um projeto nacional popular é preciso avançar no reconhecimento do direito às formas de organização econômicas baseadas no trabalho associado, cooperação, autogestão e interesses coletivos.

Como reconhece o documento da 3ª Conaes:

***"A autogestão é outro diferencial da Ecosol, que assume concretude em um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos EES, contribuindo para a emancipação do trabalho ao tornar cada pessoa associada consciente e corresponsável pelos interesses e objetivos que são assumidos coletivamente."***

Entretanto, os EES enfrentam grandes desafios que limitam a plena expansão de suas potencialidades e a efetiva prática da autogestão. Em um ambiente jurídico desfavorável ao seu desenvolvimento veem-se limitados nas suas capacidades produtivas, com baixo valor agregado aos seus produtos e serviços. (3ª Conaes).

Parece ser esse é o principal desafio para o futuro da Ecosol. Não por acaso, nos últimos anos avançou uma "concepção de gestão" pragmática que limita a política, princípios e diretrizes da Ecosol. Isso leva a desvalorização do campo da autogestão e da cooperação, fundamentos importantes da Ecosol.

Neste ponto, os debates para 3ª Conaes se articularam em torno de três questões:

**1)** Quais as forças e as fraquezas da Ecosol para promover o trabalho associado e em cooperação?

**2)** Como fortalecer a autogestão a partir das atividades educativas, de assessoramento técnico e de incubação?

**3)** Quais as prioridades para reconhecimento das formas de organização de trabalho associado e obtenção de renda em iniciativas de cooperação?

Junto a esses desafios no âmbito dos EES, ainda há muitos outros estruturais, que dificilmente poderão ser sanados no curto e no médio prazos. Destacamos alguns como:

- A informalidade de milhares de empreendimentos;
- A inexistência de um marco regulatório que dê conta da heterogeneidade, especificidades e complexidade do fenômeno em questão;
- As dificuldades de acesso ao crédito;
- A precariedade da comercialização;
- A falta de acesso à assistência técnica e frágil consolidação da política nacional de formação do sistema CFES.

No campo da institucionalidade das políticas públicas, sem dúvida houve muitos avanços, como a inclusão da Ecosol no Plano Plurianual 2012-2015; a aprovação pelo CNES do Plano Brasil Justo e Solidário; o Sistema Nacional de Comércio Justo; sistema de finanças solidárias dos bancos comunitários; fundos rotativos e cooperativas de crédito; o Pronaccop; e, após seis anos de tramitação, a aprovação do Projeto de Lei 12.690 sobre cooperativas de trabalho.

Na área das políticas sociais há o desafio da articulação da política nacional da Ecosol com as várias esferas de governo. Políticas como a de segurança alimentar e nutricional; de saúde mental; da mulher; dos jovens; da reforma agrária; da diversidade; das comunidades tradicionais; da tecnologia social; da educação e formação profissional etc.

No Programa Brasil Sem Miséria, após dois anos de seu lançamento, a Senaes aproximou-se da meta de

atingir 260 mil famílias beneficiados, firmou 106 convênios que chegarão a 151 mil beneficiados diretamente e mais de 486 mil de forma indireta.

No projeto de inclusão dos catadores de material reciclável, conforme Plano 2012-2015, se previu até 2014 beneficiar mais de 60 mil famílias.

No bojo de tantos desafios internos e estruturais enumerados, destacamos dois campos fundamentais de atuação estratégica:

1) **Campo geral** – o da disputa de hegemonia no campo das políticas públicas e da política na forma de participação;

2) **Campo específico** – da educação e formação profissional.

Um dos principais desafios da Ecosol é ser inserida como protagonista na estratégia de desenvolvimento econômico nacional. Assim se criará condições mais favoráveis para participar em um conjunto de forças político-sociais que permita a construção de um projeto de contra hegemonia; a superação de certas visões corporativas, e, antes de tudo, se articular com outros movimentos sociais para assumir sua posição de protagonista na fabricação de alternativas econômicas e políticas ao projeto neoliberal, aprofundando a autogestão nas suas práticas e estratégias de diálogo com o Estado, para consubstanciar políticas públicas com controle e participação social.

## Perfil das redes de cooperação e entidades de referência

Ao longo do projeto foram desenvolvidas ferramentas e metodologias voltadas ao diagnóstico das entidades objeto deste plano de ação. Basicamente, o diagnóstico das entidades é extraído de três formas: a primeira é nos espaços de diálogo, escuta e intercâmbio entre as instituições; espaços criados no âmbito do Edital Redes Senaes/MTE n° 004/2012. Aqui, também, com o dossiê de projetos básicos apresentados pelas 24 instituições ou entidades partícipes. A segunda forma foi a aplicação nas oficinas realizadas pelo projeto complementar "Petrobrás", dos instrumentos "Teste de Vulnerabilidade" e "Simulador de Custo e Preço". Muitas das entidades aqui analisadas participaram das oficinas em questão. A terceira fonte de diagnóstico foram as visitas técnicas realizadas pela equipe da **ADS** a uma amostra das entidades inseridas no projeto.

Essas entidades gestoras ou redes em formação estão se constituindo em uma base de serviços da Ecosol em todo Brasil.

As entidades executoras das redes de cooperação no território das **modalidades A** e **C** estão apresentadas no quadro que se segue.

Oficina de balizamento conceitual e metodológico | redes de produção | Recife 23 a 25/set/2014

| ORGANIZAÇÃO | CARACTERÍSTICA | OBJETIVO |
|---|---|---|
| **1**<br>IMS<br>Rede<br>Comsol | Constituída por empreendimentos econômicos solidários comerciais, entendidos como espaços permanentes e/ou pontos fixos de comercialização solidária onde se encontram os produtos e/ou serviços da ESOL e agricultura familiar agroecológica, tais como: feiras permanentes, lojas/centrais e centros públicos de economia solidária distribuídos em todo o território nacional. Possui como estratégia o fortalecimento da Ecosol por meio de arranjos econômicos de comercialização solidária, com vistas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável. | Articular, organizar e animar uma rede nacional de Comercialização Solidária constituída por empreendimentos econômicos comerciais – feiras permanentes, lojas e centrais/centros públicos de ESOL. |
| **2**<br>IMCA | Integra a rede Cooperativa Sem Fronteiras (CSF). A CSF é uma rede internacional de cooperativas e associação de agricultores familiares que atuam em conjunto para enfrentar os mercados locais e internacionais. | Encontrar os canais de comercialização; atingir o mais alto valor agregado na origem; melhorar a qualidade do intercâmbio de conhecimentos e experiências; fortalecer as organizações por meio de treinamento entre parceiros. |
| **3**<br>REDE<br>TERRA | Há 14 anos a Rede Terra tem caracterizado como um espaço de articulação, mobilização e organização de processos de intercooperação entre as famílias de agricultores e empreendimentos solidários. As entidades parceiras buscam criar redes entre o campo e a cidade Nos últimos anos, a Rede tornou-se mais dinâmica através das políticas públicas de fomento à ESOL e de compras institucionais. | Fortalecer as ações da rede de cooperação solidária – Rede Terra e ampliar a articulação no entorno Sul do DF; possibilitar a promoção do acesso aos mercados diversificados, com agregação de valor; garantir atividades focadas na sistematização dos processos organizativos e mercadológico em curso pela Rede Terra com o objetivo de promover a socialização e estruturar as bases para um assessoramento técnico de qualificação aos empreendimentos solidários, principalmente nas áreas de ampliação da Rede Terra, focando essas atividades no planejamento estratégico da rede, na busca por uma certificação e na gestão dos EES. |
| **4**<br>ASSOCENE | Realização de ações ligadas ao desenvolvimento sustentável, entre as quais apoio à dinamização econômica (bases de serviços de comercialização, planos territoriais de cadeias de produção e planos de negócios de empreendimentos associativos), à disseminação dos princípios e práticas da agroecologia e ao desenvolvimento sustentável de comunidades de pescadores artesanais. | Apoiar os EES na gestão de espaços físicos e equipamentos destinados à comercialização dos seus produtos e serviços; apoiar na organização de eventos de promoção dos produtos e serviços dos EES (feiras, mostras, rodadas de negócios etc.), bem como a participação das EES em eventos promovidos por outras entidades.<br><br>Objetivo prioritário será dado às pessoas em estado de pobreza, especialmente as que constituem parte do Plano Brasil Sem Miséria. |

| TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO | DADOS RELEVANTES DA EXPERIÊNCIA | ATUAÇÃO POLÍTICA | MODALIDADE EDITAL |
|---|---|---|---|
| Nacional | Compreende as cinco regiões brasileiras, com 142 pontos comerciais, sendo 79 lojas, 55 feiras, dez Centrais/Centros Públicos com 1.920 EES e 13.564 famílias.<br><br>Apresenta como principais contribuições: tornar público e conhecido os conceitos e princípios da ESOL; fortalecer o consumo, produção e comercialização dos atores e atrizes da Rede ComSol; rede ComSol como um fator aglutinador e dinamizador do desenvolvimento local. | Fortalecer as políticas públicas e seus vínculos com a ESOL a partir: PAA – (formação de estoque; Doação simultânea e Compra Direta); PNAE – Programa Nacional de Aquisição de Alimentos; SAPE (infraestrutura para as feiras: barracas, balanças e monoblocos); Base de Serviço de Apoio à Comercialização do Açu-Mossoró; Projetos (MDA, MTE). | A |
| Todo o território nacional, com exceção os estados do Acre, Rondônia, Amapá e Maranhão. | Experiência centrada na promoção do comércio justo e no compartilhamento de experiências técnicas e de gestão entre os membros pertencentes à CSF.<br><br>Promove o desenvolvimento mais equilibrado e sustentável e representa uma cooperação entre pequenos produtores. | Não encontrada informação | |
| Cidades goianas de Cristalina, Luziânia, Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental e Formosa e Distrito Federal. | Tem como estratégia a intercooperação econômica entre diversos empreendimentos solidários associados à Rede Terra para fortalecer os vínculos e compreensão mútua entre os parceiros na perspectiva de alavancar escalas de produção, transformação e acesso aos mercados locais com ênfase nas políticas de compras institucionais e na capacidade gerencial dos empreendimentos. | Articulação com MDA e Senaes | A |
| Três estados do Nordeste: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. | Esta experiência prioriza produtos com maior possibilidade de comercialização nos mercados locais (feiras, espaços públicos, PAA/PNAE,etc.) e que apresentem menores problemas de logística nas áreas de transporte e armazenamento.<br><br>Necessidade de melhorar a qualidade e padronização dos produtos, bem como sua apresentação (embalagens, rótulos, logos etc.).<br><br>Demanda por novas estruturas e procedimentos orientados para facilitar acessos aos mercados locais (privados e governamentais). | Articulação com MDA e Senaes. | A |

| ORGANIZAÇÃO | CARACTERÍSTICA | OBJETIVO |
|---|---|---|
| **5** KAIRÓS | A construção da rede nacional de empreendimentos de produção e consumo responsável vem ocorrendo desde 2010, a partir da articulação de redes não formais de comercialização de produtos, da promoção do consumo responsável e do comércio justo e solidário e de suas redes territoriais vinculadas. Tal articulação resultou, em 2011, na realização do I Encontro Nacional dos Grupos de Consumo Responsável e no desenvolvimento, desde então, de forma coletiva, de uma ferramenta digital gratuita de gestão da comercialização para os empreendimentos vinculados aos Grupos de Consumo Responsável (GCR). | Promover e divulgar o consumo responsável e o comércio justo e solidário, estruturando um espaço virtual de comercialização de produtos da ESOL; disponibilizar uma biblioteca digital focada na assessoria aos atores do comércio solidário, na melhoria da sua comunicação e estratégias, na análise de viabilidade de negócios, PNAE e PAA e a proposição de trocas solidárias entre empreendimentos da rede; apoiar e fomentar a articulação em rede dos coletivos de empreendimentos ligados à produção e ao consumo responsável, por meio das bases de serviço e apoio; articulação local e territorial, por meio da construção de estratégias e elaboração de ferramentas que venham a potencializar o consumo dos produtos e serviços da ESOL e agricultura familiar, aproximando produtores e consumidores. |
| **6** MOC Movimento de Organização Comunitária | Constituída em 19 de maio de 2011, gestora do Armazém da Agricultura Familiar e ESOL, inaugurado em março de 2013. Trata-se de uma central, formada por cooperativas de produção da Agricultura Familiar e da ESOL, atualmente com 36 cooperativas de produção filiadas e mais outros 50 estabelecimentos nos vários locais da Bahia, em processo de filiação; Seus produtos são: hortifrutigranjeiros; derivados do leite, da mandioca, de frutas, de milho; amêndoas, cereais, mel e bebidas; Artesanatos em tecido, fibra, cipó, palha, barro e couro. É parte também do MOC, a Rede de Produtoras Da Bahia, constituída em 2007, com 154 cooperados. | Analisar e construir o desenho adequado para a comercialização dos produtos da ESOL e agricultura familiar na Bahia; contextualizar os aspectos relativos às características organizacionais do empreendimento. |
| **7** GUAYÍ | É um desdobramento do projeto Brasil Local: ESOL e Economia Feminista (2010/2012). Seu quadro de segmentos de produção é formado por 48% artesanato, 17% confecção, 13% alimentação, 3% reciclagem, 11% agropecuária e agricultura familiar, 2% pesca, 1% indígena, 2% quilombola, 3% outros (prestação de serviços, formação, serigrafia). Engloba 222 EES, 25 Redes Locais e 4 APL's. | Mapeamento e formação em ESOL; discute a divisão sexual do trabalho, o espaço da mulher na ESOL e a economia feminista; motivação para a constituição da RESF. |
| **8** UNISOL | É uma associação civil com fins não econômicos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho, a eficiência econômica e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira com base nos valores da democracia e da justiça social. | Proporcionar ações que contribuam na dinamização econômica dos territórios por meio de assessoria técnica especializada, realização de estudos e diagnósticos e fortalecimento de bases de serviços de apoio à ESOL e apoio à comercialização. |
| **9** UNICAFES | Unicafes estrutura um conjunto de redes no território/Oeste do Paraná. Rede Crédito – 80 mil cooperados com 170 pontos de atendimento no Paraná e em Santa Catarina; Rede Ater – Composto por seis cooperativas de acompanhamento técnico e extensão rural, com mais de 200 técnicos de diversas áreas afins, representadas pela Cenater Paraná, Central Estadual de Ater, que atua junto a 7 mil famílias agricultoras no Estado. Rede de comercialização – que conta com 20 cooperativas filiadas distribuídas nas regiões Sudoeste, Oeste e Centro, totalizando mais de 3.000 famílias.<br>O ramo do leite é representado por 43 cooperativas. Além dessas, existem cooperativas de mel, peixe, cachaça, vinho e frutas. Também se destacam as áreas de turismo e habitação. | Apoio à gestão dos empreendimentos da agricultura familiar, nas áreas de organização da produção e gestão; implementar um sistema de melhoria de gestão nos empreendimentos da agricultura familiar; desenvolver mecanismos que viabilizem o acesso dos empreendimentos aos mercados institucionais e privados; facilitar o acesso dos empreendimentos ao crédito; e desenvolvimento do SicafWeb (banco de dados das redes). |

| TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO | DADOS RELEVANTES DA EXPERIÊNCIA | ATUAÇÃO POLÍTICA | MODALIDADE EDITAL |
|---|---|---|---|
| Nacional | Parceria com o Cirandas.net, a partir da utilização de sua base cadastral de EES e seus produtos e serviços, gerenciados pelos próprios empreendimentos, que podem oferecer informações sobre a origem do produto e sua composição de preços. O foco desse instrumento é permitir a negociação de preços e condições de compra entre os consumidores e os empreendimentos solidários, além de permitir a gestão de pedidos, oferecendo relatórios estatísticos e gerenciais apropriados, destaques e promoções; a edição da disposição e da apresentação dos produtos na Vitrine Virtual, permitindo ofertas e promoções. | Articulação com a Senaes, MDA e grupos do consumo justo e solidário. | A |
| Atua no Estado da Bahia: 17 territórios e 47 municípios baianos. | Contribuição do Armazém na oferta de variedades de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar, suprindo a pirâmide alimentar; qualificação, compra coletiva de insumos e acesso a mercado dos EES em rede; divulgação dos produtos da agricultura familiar; ampliação dos EES no acesso aos mercados e incremento na renda familiar. | Articulação de parcerias com: Arco Sertão Bahia; Consulado da Mulher; Unicafes Bahia; Prefeitura Municipal de Serrinha; Governo do Estado e Governo Federal. | A |
| 72 municípios de nove Estados: PA, CE, RN, PE, DF, RJ, SP, PR, RS. | Possui 29 redes fomentadas pela RESF, com uma metodologia de assessoramento técnico bem estruturada e organizada. | Articulação institucional: gestores e órgão públicos nacionais e 80 entidades e órgão parceiros; plano de autogestão da rede nacional de economia solidária e feminista: regramento do funcionamento, Instâncias de gestão e decisão, articulação estadual dos núcleos estaduais; monitoramento nacional do projeto: núcleos estaduais (política), conselhos gestores das redes e arranjos locais (produtiva e comercial), ações de assessoria técnica. | A |
| Nacional | Entende como fundamentais os fatores internos dos empreendimentos, como o grau de solidariedade e a capacidade de gestão do negócio, como também os fatores externos, como articulações com outros empreendimentos, centros de tecnologia, assessoria e qualificação profissional, articulação com mercados e principalmente contar com políticas públicas de fortalecimento de EES, como no caso agricultura familiar. | Convergência da formação de redes solidárias, de modo a abranger a comercialização nos espaços locais, territoriais e estadual. Assim, realiza articulações com o PNAE; PAA e CONAB. Parcerias também com prefeituras. | A |
| Oeste paranaense: Cascavel; Francisco Beltrão; Pato Branco; São Miguel do Oeste; Dois Vizinhos; Santo Antônio do Oeste; Santa Izabel do Oeste; Ampere; Itapejara d'Oeste | A Unicafes articula um diversificado conjunto de redes e conta com uma rede que atua como base de serviços capaz de oferecer assessoramento aos EES que compõem a estrutura. | Como estratégia de fortalecimento das cooperativas, a Unicafes busca políticas públicas afinadas com o setor, parcerias com Ministérios (MDA e Senaes) e entidades com foco no desenvolvimento local e regional. | A |

| ORGANIZAÇÃO | CARACTERÍSTICA | OBJETIVO |
|---|---|---|
| **10** ICODERUS | O projeto iniciou-se em 2009, a partir de um convênio com o MDA e caracteriza-se pela estruturação de um circuito integrado de cooperação e ESOL; predominância das cooperativas da agricultura familiar (Unicafes e FEES); OCS – Organizações de Controle Social (Lagarto, Boquim, Itabaiana, Aracaju); do ponto de vista dos produtos e serviços: agropecuário; agroindústria; artesanato (tecelagem); transporte; assessoria; crédito; fruticultura (laticínio, mandioca). | Fomento às práticas de comercialização dos empreendimentos de ESOL. Estruturação da base de serviços, intermediação comercial, crédito-finanças solidárias: estruturação e apoio ao funcionamento do circuito integrado de Cooperação e ES do Estado do Sergipe. |
| **11** ZUMBI | O Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares propõe ações estruturantes e organizativas objetivando consolidar a produtividade primária por meio da organização e do estímulo da produção em cadeias produtivas, o processamento e a comercialização nos princípios da ESOL e do comércio justo, de maneira a expandir postos de trabalho e geração de renda nos assentamentos envolvidos principalmente no que diz respeito ao quesito gênero e geração de renda. | Estimular a comercialização nos princípios da ESOL e do comércio justo, por meio dos programas das políticas públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos, (PAA); fortalecer as economias dos municípios envolvidos incrementando o protagonismo da agricultura familiar na feira livre com a venda direta de produtos; incrementar o trabalho e renda dos produtores e aumentar a qualidade de vida dos habitantes do município, por meio da venda de produtos saudáveis; garantir a segurança alimentar da comunidade; promover a divulgação da rede estadual de cooperação dos EES, produzindo uma identidade visual e a elaboração e publicação de materiais; apoiar feiras locais e a Feira Estadual da Reforma Agrária. |
| **12** INTEGRA | Desde a sua criação, o Instituto Integra para o Desenvolvimento tem assimilado as metodologias desenvolvidas nos convênios firmados com diferentes agentes públicos e privados. Dentre esses destacam-se os convênios com a FAO/ONU e a Secretaria de Desenvolvimento de Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo (SDTS/PMSP), junto ao Programa Oportunidade Solidária (POS), no qual foram desenvolvidos trabalhos de sensibilização, seguido de pré-incubação e de incubação em economia solidária, de empreendimentos econômicos e de beneficiários dos programas sociais redistributivos da referida Secretaria. | Constituir a base de serviço de economia solidária e cooperativismo social da rede de saúde e Ecosol do Estado de São Paulo, atuando de forma articulada com parceiros intersetoriais, na estruturação de arranjos produtivos solidários e construindo portas de saída às políticas sociais e de saúde. Através de atividades de assessorias técnicas, atividades de comercialização em rede, formação e formalização dos empreendimentos econômicos solidários e redes, estruturar arranjos produtivos e ampliar a contratualidade dos EES; criação de portal para a divulgação e comercialização dos produtos da rede de saúde e Ecosol. |
| **13** CEFURIA | O Cefuria – Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo – surgiu da necessidade de se fazer formação política e contribuir na articulação dos movimentos sociais, que estavam se organizando após a ditadura militar. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspiradas pela Teologia da Libertação, vinham ajudando na reorganização do povo, mas era preciso avançar ainda mais, ofertando oportunidades de educação popular para que o povo fosse compreendendo a relação entre as suas lutas e a história do seu país, fosse compreendendo o funcionamento da sociedade, a causa das diferenças sociais, do por que da existência de pobres e ricos, dos seus direitos, do significado da política etc. | Fortalecer a organização da rede de padarias e cozinhas comunitárias Fermento na Massa formada por 28 empreendimentos econômicos solidários de Curitiba e Região Metropolitana.<br>Por meio da formação técnica e cidadã, realizando experimentos em cooperativismo e associativismo, inserção e monitoramento das políticas públicas e fortalecimento dos processos de elaboração e implementação de uma política pública de economia solidária nos municípios onde se encontram as panificadoras, contribuindo para a construção de uma nova. cultura do trabalho e principalmente com a emancipação dos grupos; construir o plano de sustentabilidade econômica dos empreendimentos. |

| TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO | DADOS RELEVANTES DA EXPERIÊNCIA | ATUAÇÃO POLÍTICA | MODALIDADE EDITAL |
|---|---|---|---|
| Estado do Sergipe: Sertão Ocidental, Centro Sul Sergipano e Alto Sertão Sergipanoc. | Atuação: mapear e divulgar produtos da agricultura familiar; diagnosticar as necessidades de agroindústrias; mapeamento dos empreendimentos e das agroindústrias; assessorias na formação de preço; promoção dos produtos: catálogos, redes sociais, amostras; mapeamento dos pontos comerciais; fortalecimento das feiras da agricultura familiar; criação e implementação de espaços de comercialização solidária; ocupar os espaços de comercialização existentes e conquistados; implantar sacolões; cadastrar empreendimentos nas compras net; garantir o acesso aos mercados dos produtos agroecológicos; garantir o pagamento dos 30% para os produtos agroecológicos; logística solidária: mapear as rotas de transporte existentes; criar pontos de intercessão de logística; implementar a central de distribuição. | Estabelecer parcerias: Ater, Sebrae, prefeituras, secretarias estaduais etc.; otimizar as parcerias públicas privadas/contratação de serviços; implantar projetos estratégicos do PAA; acompanhar, divulgar e assessorar na execução do PNAE; assessorar na elaboração dos projetos para vendas institucionais; divulgar e executar (auxiliar) as compras institucionais; realizar seminários sobre a modalidade compra institucional; monitorar e acompanhar a compra direta local (PAA); ampliar a lista de produtos da agricultura familiar isentos do ICMS. | A |
| Estado do Alagoas, executado nos projetos de assentamento localizados nos municípios de Anadia, Atalaia, Belo Monte, Craíbas, Delmiro Gouveia, Flexeiras, Girau do Ponciano, Inhapi, Joaquim Gomes, Maribondo, Olho D´água do Casado, Pão de Açúcar, Piranhas e União dos Palmares. | O Centro realiza capacitações regionais de agentes em ESOL, em temas de cadeias produtivas, organização e gestão e em estratégias de acesso ao mercado com todos os beneficiários diretos do projeto. Os cursos são realizados através da facilitação de metodologia participativa que horizontaliza os conhecimentos, garantindo participação, multidisciplinariedade e contextualização de todos os conhecimentos do tema em questão com a realidade local e nacional e as implicações práticas dos conteúdos abordados. | Tentativa de aproximação com políticas públicas do Estado e articulação com a Senaes. | A |
| São Paulo | 129 EES apoiados e 800 trabalhadores.<br><br>As ações do Instituto já atingiram mais de 5.000 pessoas de baixa renda e geraram mais de 30 empreendimentos econômicos e autogestionários. | Articulação com a Senaes | A |
| Paraná | Apoio a 28 EES e 128 trabalhadores.<br><br>O Cefuria busca atingir seus objetivos através dos serviços ofertados e suas áreas de atuação, promovendo cursos e debates, acompanhando grupos de base, fazendo o registro das lutas em vídeos e impressos, disponibilizando subsídios temáticos para estudo e pesquisa, apoiando as mobilizações sociais. | Articulação com a Senaes | A |

| ORGANIZAÇÃO | CARACTERÍSTICA | OBJETIVO |
|---|---|---|
| **14** INSTITUTO PAULINE | O Instituto Pauline Reichtstul de Educação Tecnológica, Direitos Humanos, Assistência Técnica e Defesa do Meio Ambiente trabalha em prol do fortalecimento dos EES, através da articulação em redes de cooperação, buscando a melhoria na qualidade de gestão das cadeias produtivas e no acesso aos mercados institucionais e cadeias curtas de comercialização, bem como na articulação das mulheres empreendedoras. A Rede é formada por:<br>Rede de Confecção: Tecer Minas; Rede de Alimentação: Sabor Mineiro Uai e a rede de higiene e limpeza Aroma De Minas.<br>Realização de atividades de formação, capacitação e assessoria técnica, bem como a criação de canais permanentes e diretos de comercialização, visando à melhoria na geração de renda, profissionalização das ações desenvolvidas pelos EES na qualidade de vida de seus participantes. | Qualificação da gestão das cadeias produtivas, do acesso aos mercados institucionais e cadeias curtas de comercialização; fomentar maior poder de negociação em compras coletivas e consolidação de mercados solidários; ampliar o acesso a mercados consumidores para as redes; investir em infraestrutura física para a venda direta – ponto fixo, além de um site e da organização de uma rede de consumidores da Região Metropolitana de Belo Horizonte. |
| **15** INSTITUTO FLORESTAN FERNANDES | O Instituto Florestan Fernandes de Formação e do Desenvolvimento Humano trabalha na direção de gerar processos de organização, fortalecimento e ampliação da experiência da Rede Xiquexique em âmbito dos estados do RN, CE e MA, por meio da construção e da ação integrada entre bases de serviços, agentes de desenvolvimento sustentável e processos de formação em rede, fortalecendo as práticas de autogestão, produção e comercialização solidária contribuindo para melhoria na qualidade de vida das famílias que praticam a ESOL e beneficiárias no Plano Brasil Sem Miséria. | Apoiar e fortalecer as diferentes experiências de comercialização fomentadas e organizadas através da ação Xiquexique, desenvolvendo estratégias de acesso às compras governamentais de produtos e serviços de ESOL, contribuindo com o desenvolvimento local dos EES. |
| **16** CEADES | O Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento – Ceades apoia 20 EES, na sua maioria constituída na forma de cooperativas, e tem por objetivo articular e consolidar a rede de cooperação solidária do extremo oeste promovendo a organização da produção, comercialização e consumo solidário como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, formada por esses empreendimentos. | Apoiar a criação e articulação de uma central regional de cooperação da agricultura familiar e ESOL do Extremo Oeste Catarinense; realizar oficinas de formação/capacitação baseadas nos princípios de ESOL e cooperativismo; divulgação das políticas públicas de ESOL; fortalecer a ESOL e a discussão de redes de cooperação no território; propor, a partir da central regional de cooperação, alternativas de sustentabilidade para os EES. |
| **17** CF 8 | Centro Feminista 8 de março – CF8 reúne 40 empreendimentos de mulheres, sendo elas pescadoras artesanais, agricultoras e artesãs. Pretende fortalecer os empreendimentos de ESOL constituídos por mulheres na perspectiva da produção sustentável, da autogestão e comercialização articulados em rede, por meio da potencialização da REF – Rede Economia e Feminismo no Estado do RN integrada a Rede Xiquexique. Realiza atividades de assessoria aos empreendimentos econômicos de mulheres, capacitação para melhoria do artesanato tradicional e beneficiamento de produtos, realização e participação de mostra de produtos, elaboração de materiais de divulgação e de reflexão sobre a economia feminista e solidária, além das atividades para o fortalecimento da REF. | Ampliação da comercialização dos produtos através das feiras de ESOL e do acesso às compras governamentais; assessoria a 15 empreendimentos de mulheres na produção, design e criatividade do artesanato tradicional, extrativista e de recursos pesqueiros e sua articulação em rede para acesso aos canais de comercialização solidária; elaboração de materiais de divulgação, comunicação e difusão de informações. |
| **18** TERRA LIVRE | Associação Nacional da Juventude Rural – Terra Livre | Construir uma rede de cooperação solidária juvenil em parceria com outras redes de cooperação solidária através dos grupos de produção e resistência. |

| TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO | DADOS RELEVANTES DA EXPERIÊNCIA | ATUAÇÃO POLÍTICA | MODALIDADE EDITAL |
|---|---|---|---|
| Região Metropolitana de Belo Horizonte | As ações do Instituto partem de um conjunto de informações e conhecimentos levantados por um diagnóstico sobre as condições de gestão, produção e comercialização em que se encontram os EES. Trata-se de qualificar e profissionalizar os EES e as redes de cooperação. | Fóruns e eventos municipais e estadual ligados ao tema da ESOL. Inserção desses produtos nos mercados institucionais, a partir do acompanhamento das políticas públicas. | A |
| Estados do CE, RN e MA | A previsão do Instituto é atender 72 EES, organizados em 34 municípios dos estados de abrangência. Preve a elaboração e publicação de um selo de certificação e rotulagens de 60 produtos de fins dos 30 núcleos locais, visto que esse aspecto tem sido um impeditivo para a comercialização dos produtos dos grupos. | Estruturação das bases de serviços de apoio à ES (BS-Ecosol), com responsabilidade de participar das dinâmicas territoriais a fim de identificar demandas de políticas públicas para fortalecimento das cadeias produtivas e de comercialização, ao mesmo tempo em que fortalece a participação no acesso às compras governamentais. | A |
| Extremo Oeste de Santa Catarina | A partir do segundo semestre de 2012, passou-se a discutir a criação de uma central regional de cooperação das cooperativas da agricultura familiar e ESOL do Extremo Oeste. Esta central terá a função de garantir os processos formativos dentro dos empreendimentos que a constituirão, bem como terá a função de articular as vendas e compras coletivas dos seus associados.<br>O diferencial das cooperativas inseridas neste projeto é que elas abrigam diferentes cadeias produtivas dentro da mesma cooperativa nos setores produção, processamento, comercialização e consumo. | Articulações com o MDA, Senaes e associações de microbacias dos municípios. | A |
| Territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, no Estado do RN | As agricultoras e pescadoras do RN têm se firmado como agentes de transformação da sociedade. Participam da rede de comercialização solidária Xiquexique, composta por núcleos municipais que realizam feiras da agricultura familiar e de ESOL, onde participam com sua produção e toda a pauta construída pelo movimento feminista. | Articulação com a Senaes e instituições públicas municipais e estadual. | A |
| Bahia, Espirito Santo, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Ceará. | Apoio já concedido a 120 EES e 533 trabalhadores | Articulação com a Senaes. | C |

| ORGANIZAÇÃO | CARACTERÍSTICA | OBJETIVO |
|---|---|---|
| **19** CEAGRO | Origens em 1987 com a criação dos projetos de assentamento de Jarau e Ouro Verde, com a ocupação de um latifúndio improdutivo por mais de 800 famílias em Cantagalo. Em 1989, o Incra resolve destinar este latifúndio para o assentamento, neste momento sentiu-se a necessidade de destinar parcela dessa área para viabilizar um espaço em que os produtores pudessem intercambiar conhecimentos em técnicas agrícolas, formação organizativa, política e humana. Em 2002 foi assinado 1º convênio com Escola Técnica da Universidade do Paraná. Atualmente o Ceagro forma técnicos em agropecuária, com ênfase na criação animal agroecológico, voltado para produção de leite a base de pasto. É um lugar que se destina a contribuir com o crescimento e desenvolvimento regional e nacional. O Ceagro possui uma estrutura de 14 profissionais que atende a 1.596 famílias. | Apoiar e estimular as formas associativas e de cooperação dos assentados e pequenos agricultores; promover a educação e capacitação dos assentados e pequenos agricultores em torno da cooperação no meio rural; promover pesquisas, estudos sobre segurança alimentar e nutricional; desenvolver experimentações e demonstrações de tecnologias alternativas e agroecológicas de produção agropecuária, construções rurais; energias alternativas e formas organizativas; apoiar iniciativas relacionadas com a realização e o desenvolvimento da reforma agrária, desenvolver metodologia e prestar serviços de assistência técnica e extensão rural em vista ao desenvolvimento sustentável do meio rural; conscientizar a população sobre a necessidade de valorizar o meio rural como espaço possível e viável de se ter qualidade de vida com educação, trabalho, lazer, cultura, conforto, saúde, felicidade e solidariedade; elaborar e implementar projetos de desenvolvimento sustentável para entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais. |
| **20** UPM | A União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacência é uma associação sem fins lucrativos, sem vínculos partidários, empresariais ou religiosos, comprometida com a integração sociocultural e educacional da sociedade paulistana. | Fortalecer a rede de empreendimentos culturais solidários da periferia urbana da Zona Sul da cidade de São Paulo como estratégia de fomento às cadeias produtivas populares (cultural, alimentação, moda e artesanato), configurando arranjos econômicos territoriais de produção, comercialização e consumo solidários, para a promoção do desenvolvimento juvenil, territorial, sustentável e solidário no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. |
| **21** UFMT | Universidade Federal de Mato Grosso. | Promover o fortalecimento de instâncias de economia solidária, a capacitação dos empreendimentos econômicos solidários e o desenvolvimento de estratégias de comercialização através da disponibilização da estrutura de incubação da Universidade Federal de Mato Grosso, possibilitando articular rede, ações e políticas públicas territoriais e da economia solidária no estado de Mato Grosso. |
| **22** UNAS | Associação de bairro fundada em 1980 pelos moradores da "favela" de Heliópolis – periferia da cidade de São Paulo – Capital. No início atuavam com organização dos moradores e representação política frente as entidades públicas municipais. | Implementação de programas e projetos sociais nas áreas de educação, saúde, moradia, cultura, esporte, assistência social, empreendedorismo solidário, mulheres, juventude e LGBT. |

**Fonte:** Elaboração equipe técnica da ADS

| TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO | DADOS RELEVANTES DA EXPERIÊNCIA | ATUAÇÃO POLÍTICA | MODALIDADE EDITAL |
|---|---|---|---|
| Região de Cantuquiriguaçu – Oeste do Paraná.<br><br>Vinte municípios: Pinhão, Foz do Jordão, Virmond, Porto Barreiro, Candoi, Cantagalo, Goloxim, Marquinho, Nova Laranjeiras, Diamante do Sul, Campo Bonito, Guaramaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Catanduvas, Ibema, Três Barras do Paraná, Rio Bonito do Iguaçu, Reserva do Iguaçu e Laranjeiras do Sul. | Base de serviços para promover a educação e capacitação, apoiar e estimular as formas associativas e de cooperação dos pequenos agricultores. | O Ceagro faz parte da Rede de Interoperação da Reforma Agrária que iniciou suas ações por meio da parceria com a Fundação Mundukide pretendente a cooperação da Cooperativa Mondragon (Espanha). Também tem relações estreitas de apoio técnico (extensão, pesquisa e ensino) com a UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul (criada em 2009). A Ceagro tem origem no MST – Movimento dos Sem Terra do Paraná. | A |
| São Paulo | Apoio concedido a 40 EES e 300 trabalhadores. | Articulação com a Senaes. | C |
| Mato Grosso | Apoio a 61 EES e 2135 trabalhadores. | Articulação com a Senaes. | A |
| Bairros de Heliópolis (220 mil habitantes) | As principais ações e projetos tem como eixo o empreendedorismo econômico e solidário junto aos jovens, da mulheres e LGBT.<br>Organizam periodicamente feiras de economia solidária com os moradores da região. Estimulam a produção doméstica e familiar na perspectiva da economia solidária. | Além do fomento à economia solidária desenvolvem projetos de educação (formação política, capacitação técnica para a produção e alfabetização) junto aos moradores da região. | A |

## Abrangência das redes de cooperação/entidades assessoras

As entidades parte do projeto redes estão concentradas nas regiões Nordeste e Sul, e especificamente no estado de São Paulo.

São redes em processo de formação, mas que já se constituem em uma base de serviços da Ecosol, que intermediam a relação do empreendimento ou cooperativa singular com o Estado (acesso às políticas públicas, questões fiscais e tributárias que se processam como um serviço em rede, em muitos casos, além das finanças solidárias, da logística/transporte, e comercialização).

Os dois grandes segmentos são a cadeia produtiva da agricultura/rural/agroindústria e a do artesanato (o feito à mão, ou o artesanal).

CAPÍTULO SEGUNDO

# Balizamento conceitual e metodológico: **Economia solidária e redes de cooperação solidária**

Oficina de balizamento conceitual e metodológico | redes de comercialização | São Paulo 7 a 9/nov/2014

## Introdução

Os pressupostos teóricos têm a intenção refletir o campo conceitual sobre as redes de cooperação e seu lugar nas trocas econômicas e culturais nas economias de caráter solidário. Constatou-se que a atuação das redes não se restringia unicamente à gestão econômica, financeira e operacional das unidades produtivas. Propunham, além das atividades produtivas, ações políticas para a articulação e mobilização dos empreendimentos e da comunidade.

As experiências de redes de cooperação ultrapassavam ações restritas às unidades produtivas para articular o espaço político, preservação da expressão cultural das comunidades e construção coletiva de seus saberes. Com isso, pode se falar da atuação das redes de cooperação como estratégia para a construção política e transmissão de seus legados entre as gerações.

Fundamentalmente, percebe-se nas experiências em rede de cooperação a filiação a um discurso de criação de mecanismos de transmissão do saber local e proposições da sua memória política: ou seja, a história de suas lutas políticas e conhecimentos acumulados do passado e transmitidos entre gerações. Existem, portanto, níveis diferenciados de representação do trabalho inscrito nas estruturas sociais locais, comunidade e territórios, como fator fundamental para definir o conceito de sustentabilidade e a atuação das redes de cooperação.

A partir dessa constatação pretende-se delimitar o campo dos pressupostos teóricos à análise dessa diversidade de papéis das redes de cooperação e seus parâmetros de sustentabilidade. O ponto central de discussão dos pressupostos teóricos tem a preocupação de identificar a atuação das redes de cooperação na esfera econômica com os processos culturais das comunidades e seus critérios de sustentabilidade ao desenvolvimento local.

## A economia solidária e as redes de cooperação solidária: as múltiplas economias de caráter solidário

As experiências produtivas das diretrizes e dos princípios da economia solidária não podem ser definidas apenas por relações técnicas de produção, trocas de mercadorias e suas relações mercadológicas. O esforço de incorporá-las no campo da economia solidária deve compreender os níveis das trocas e o caráter múltiplo dessas economias, que se situam em uma diversidade de manifestações localizadas no campo da inclusão produtiva e do exercício político das comunidades.

Ao refletir o campo das trocas, encontram-se relações diferenciadas das múltiplas economias determinadas pela diversidade de **(1)** estruturas sociais particulares e suas demandas; **(2)** comunidades e sua disposição cultural; **(3)** cadeias produtivas e arranjos produtivos; **(4)** maneiras de inscrição do trabalho e atividades produtivas; e **(5)** sentido econômico assumido nas práticas produtivas e os territórios de inserção dessas comunidades.

Seguramente, o caráter diferenciado e múltiplo dessas manifestações necessita de pressupostos teóricos que atendam a sua existência econômica e política passível de filiação ao processo transformador das proposições da economia solidária.

As múltiplas economias envolvem níveis de trocas inter-relacionados: as trocas materiais e as simbólicas. As trocas materiais se assentam nas práticas econômicas asseguradas pelas cadeias produtivas e relações técnicas de produção; já as trocas simbólicas podem se situar na capacidade dos indivíduos de determinada comunidade reproduzirem suas relações sociais, culturais e hábitos, como transmissão entre gerações de informações acumuladas do passado[5].

As trocas, principalmente as simbólicas, habitam um espaço de conflito determinado pelo sistema de educação, pelas maneiras de apropriação das modalidades de representações e pela reprodução cultural dos meios de comunicação. Aqui pode se falar da política e formação dos consensos tão necessários à governabilidade das comunidades, criação de mecanismos de controle social e cultural, disposição em aceitar uma economia de mercado e a desconstrução desses dispositivos em favor da transformação social, política e econômica.

O consenso representa o alinhamento social e cultural das disposições da comunidade para a criação do espaço de reciprocidade, ou de trocas recíprocas. Isso dá sentido às relações solidárias, expostas nas experiências incorporadas de cooperação do contexto de socialização dos indivíduos, ou das suas trajetórias de vida.[6] Mesmo diante dos dispositivos ou mecanismos de controle social e cultural, as comunidades no campo da economia solidária estão dispostas à reciprocidade para formação de espaços de cooperação nas trocas materiais e simbólicas.

Pode se afirmar que as trocas materiais – econômicas, *stricto sensu* – já carregam as trocas simbólicas, expressas pelas disposições das relações sociais e culturais na transmissão das técnicas de produção, dos seus vínculos com os territórios nas suas manifestações culturais de reprodução econômica e na sua vivência nas diversas cadeias produtivas – na formação de um consenso com base na reciprocidade, ou seja, o campo da solidariedade promovido pelas trocas materiais.

Ao mesmo tempo que se apresentam na sua diferença, ou, por extensão, se manifestam na sua multiplicidade com consensos específicos com base na reciprocidade, habitam planos específicos, de acordo com as suas demandas, suas características e a formação de novos consensos.[7] Daqui pode se falar de uma econo-

**5**. As trocas simbólicas se situam nos hábitos e disposições dos trabalhadores em agir diante do mundo, ou uma maneira de ser: "Porque o seu ser é, antes de tudo, certa forma de ser, um habitus, uma disposição permanente e geral diante do mundo e dos outros, o camponês pode permanecer camponês mesmo quando já não tem possibilidade de se comportar como camponês". (LAHIRE, 2003, p. 34).

**6**. A trajetória dos indivíduos e sua socialização podem ser mecanismos para criar estratégias e maneiras para ação diante do mundo: "(...) podemos observar ações, pensamentos e sentimentos das pessoas como resultados objetivos de alguns princípios que os geraram. Esses princípios seriam frutos de origem, visão de mundo e hábitos 'herdados' da família; dos contextos sociais dos quais participou o indivíduo; de suas experiências educacionais e profissionais; assim como de outros possíveis contextos de socialização e de atuação que foram significativos em sua trajetória de vida. Ou seja, partindo das origens familiares e sociais, ao longo dessa trajetória, uma pessoa tende a apresentar, 'estocar' e incorporar determinadas disposições que podem ser demandas, por exemplo, em certos contextos socializadores nos quais ela irá se inserir". (Souza, 2010, p. 95)

**7**. As multiplicidades de economias não são várias atividades econômicas, como no pensamento econômico neoclássico, não significa que a sociedade não esteja dividida em classes, ou determinada simplesmente pelas contribuições produtivas do trabalho individual. Ou melhor, não significa a concepção que "(...) a contribuição dos indivíduos pode dar-se pelo trabalho, pelos recursos naturais ou por capitais. Não obstante, a posição de cada um acerca dessa atividade é idêntica, já que cada um, como os demais, presta algum serviço produtivo..." (NAPOLEONI, 200, p.10).

mia quilombola, de uma economia feminista, da reforma agrária, da periferia, dos povos da floresta, de uma economia de consumo consciente, da saúde metal, dos povos tradicionais, da mulher do campo e da cidade, de uma economia dos catadores, dos jovens, da diversidade cultural, da agricultura familiar, da diversidade sexual, dos povos das águas, de uma economia das comunidades religiosas etc.

As múltiplas economias reivindicam o campo dos direitos políticos, garantia do espaço e de políticas públicas como agentes histórica e socialmente reconhecidos por suas práticas. O campo das trocas recíprocas se caracteriza pelo sentido assumido pelas condições materiais e costumes das comunidades para determinar o reconhecimento no campo das políticas públicas.

A economia solidária ocupa, assim, o plano da institucionalidade visando dar sentido às economias como consenso comum perante a multiplicidade das trocas de caráter recíproco, expresso nas práticas inerentes aos territórios de ocupação e às territorialidades de economias em movimentos em suas localidades.[8] Portanto, existem economias vinculadas a territórios específicos de ocupação, como as economias das agriculturas familiares, da floresta, do campo e da cidade, e economias em movimentos, recortando vários territórios de ocupação, como economias feministas, jovens, quilombolas etc. Aqui, o território assume nova disposição, como dispositivo de formação social, econômica e cultural, e, ao mesmo tempo, de espaço de recorte de outras relações para subversão da ordem e da estática das relações sociais, econômicas e culturais para habitar o protagonismo político. Tanto as economias de ocupação dos territórios e das territorialidades – espaço das trocas materiais e simbólicas – estão recortadas por dinâmicas e interação de forças políticas, retirando o caráter estático das economias para se instalar uma multiplicidade de manifestações para criação de novos consensos no campo da política e protagonismo (luta feminista, jovens, periferia etc.).

A economia solidária torna-se o lugar comum de todas as institucionalidades – ou espaço comum e público das forças econômicas, sociais e políticas – para viabilização das trocas recíprocas ou de caráter solidário ou dos procedimentos institucionais para pactuar, articular consensos e mobilizar o protagonismo político nos territórios e territorialidades, a partir de agenda de ações comuns para mobilização de uma política em favor da diversidade econômica, social e cultural das comunidades.

A dinâmica inerente às "economias" nas suas territorialidades questiona as dimensões da economia tradicional e de mercado, quando se coloca no campo da diversidade e direitos: preservação ambiental e cultural, promoção da pauta da sustentabilidade dos meios naturais, das lutas políticas pela terra, das lutas feministas, dos jovens, quilombolas etc. O novo campo da economia solidária, quando se coloca na reciprocidade para construção das dimensões de uma economia das trocas materiais e simbólicas de caráter solidário, rearticula o campo das práticas políticas, da gestão de recursos e a concepção de sustentabilidade.

## Gestão econômica e transmissão dos processos produtivos

Diante da multiplicidade das economias de caráter solidário, as redes de cooperação têm duas grandes tarefas para o alinhamento das forças econômicas e sociais e viabilização das trocas materiais, objetivando garantir o protagonismo político com base nas trocas simbólicas: o estabelecimento de procedimentos de gestão econômica (trocas materiais) e o desenvolvimento de estratégias para fortalecimento da cooperação nas redes sociais das comunidades (trocas simbólicas).

O princípio fundamental da cooperação passa pelas experiências dos empreendimentos solidários e suas relações nas cadeias produtivas e territórios, consoante com a dinâmica das suas trocas recíprocas e mesmo das trocas rivais na promoção de riscos à sua sustentabilidade. Não se trata da mecanização das dinâmicas das redes de cooperação num programa de gestão tradicional, ou da simples instrumentação num programa de gestão de alocação de recursos perante a escassez. Ao contrário, considera-se em primeiro plano as relações sociais identificadas na multiplicidade das economias, na valorização das trocas materiais e simbólicas de acordo com as diversas esferas de atuação das redes e empreendimentos: econômicas, sociais, culturais e políticas no território e nas suas territorialidades.

O exercício de reflexão das práticas em redes de cooperação pode ser situado no esforço de agregar novos valores ou sentido à economia solidária no campo da gestão e na construção de estratégias de sustentabilidade.

**8**. O plano das institucionalidades pertence à política, ou melhor, às políticas públicas. Esse processo só pode se realizar no plano das ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes/MTE, e na Política Nacional de Economia Solidária. A construção do "consenso comum" só é possível com as ações das institucionalidades dedicadas à constituição de uma política comum da economia solidária, tomada das múltiplas experiências, fóruns de economia solidária e a própria Senaes/MTE.

O novo sentido passível de refletir na economia solidária ganha concretude à solidariedade, como trocas recíprocas e mobilizada no campo da reprodução e transmissão material e simbólica às novas gerações, conforme as forças existentes nos contornos e limites das comunidades.

A sustentabilidade não se reduz aos resultados econômicos e/ou financeiros; ocupa um lugar robusto, identificado nas diversidades de demandas e confluências dos resultados nas redes de cooperação. As redes têm a tarefa de articular as relações materiais das demandas das comunidades (econômica, financeira, produção, comercialização, assessoramento técnico, demandas por educação, assistência, programas culturais, lazer etc.) à disposição da comunidade na garantia da transmissão das trocas simbólicas (culturais, religiosas, psicossocial, pauta política, articulação política de gêneros, diversidade cultural etc.), numa confluência de resultados para motivação da sustentabilidade.

Logo, o debate de gestão nas redes de cooperação e economia solidária já não habita um plano de gestão tradicional; deve atender às condições das múltiplas economias e a demanda nas várias dimensões materiais e simbólicas para viabilizar a sustentabilidade. O processo de gestão – nas suas características múltiplas e variadas – demanda a política para o encaminhamento das atividades das redes de cooperação e o atendimento da participação de todos. Sua dimensão participativa e seu caráter político requerem a elaboração de práticas e procedimentos metodológicos voltados à autogestão.

Existe um conflito que demanda a conjunção dos elementos da economia tradicional e economia solidária para construção da sustentabilidade dos empreendimentos, quando se trata da esfera da produção e comercialização (trocas materiais), ou melhor, o conflito entre recursos e escassez de recursos. Enquanto a reciprocidade aponta para abundância na dimensão de uma economia das trocas simbólicas, na economia das trocas materiais vive-se a escassez de recursos na perspectiva dos fatores de produção. Visto que a economia solidária não se insere num campo de visão tradicional da economia, cabe o estabelecimento de dispositivos de confluência das dimensões das trocas materiais e simbólicas por procedimentos da gestão e autogestão de recursos no espaço de produção na perspectiva da articulação interna dos empreendimentos solidários pelas redes de cooperação.

No entanto, a sustentabilidade interna dos empreendimentos solidários não garante a viabilização econômica e social da comunidade, quando se reduz à gestão do espaço de produção e comercialização, perante as forças da concorrência do mercado. Os procedimentos para viabilizar a interação das esferas produtivas e comerciais na construção da sustentabilidade passam pela articulação e mobilização de pactos nos territórios e na sociedade a partir de uma nova visão econômica, tendo como critério as comunidades e seu papel no desenvolvimento local.

Portanto, a sustentabilidade na economia solidária não é só econômica, mas também não deixa de estar no campo dos resultados financeiros. O exame desses pressupostos abre nova perspectiva ou tarefa às redes de cooperação na construção conceitual e metodológica, como mecanismo ou procedimento para garantir as várias dimensões na confluência de resultados à determinação de uma nova visão sobre a sustentabilidade, ou no enfrentamento da escassez para definir critérios de abundância socialmente reconhecidos com base nas trocas materiais e simbólicas.

Em síntese: as redes de cooperação têm várias faces à determinação da sustentabilidade pela sua condição gestionária para possibilitar resultados econômicos e a transmissão das práticas produtivas no campo das trocas materiais e simbólicas. Com isso, pode se generalizar um campo de abordagem para construção de perspectivas à delimitação de elementos fundamentais às redes de cooperação:

- As trocas simbólicas devem ser consideradas num campo articulado pela cultura e costumes das comunidades para abrigar a ideia de análise das relações nas comunidades como indicador da abordagem para identificar as trocas recíprocas (transmissão da maneira de promover o trabalho coletivo e cooperativo da comunidade entre gerações);
- Deve-se tomar os elementos da construção do conhecimento como "saber local" para orientar a criação de procedimentos originados nas comunidades, como estratégia da formação do consenso entre as redes e os empreendimentos solidários, de acordo com as cadeias produtivas, os costumes locais e como se inscreve o trabalho nos processos produtivos nos empreendimentos e territórios (transmissão do conhecimento, criação de técnicas e tecnologias sociais);
- As trocas materiais devem ser identificadas, na esfera de produção e comercialização, como elementos de articulação e viabilização da produção, para definir critérios de sustentabilidade econômica de acordo com a transmissão desses "saberes locais" como herança do passado ou criados coletivamente para viabilizar as trocas materiais (expectativas econômicas futuras e aplicação de técnicas para viabilizar as trocas materiais);
- Os resultados devem passar pelo critério da conjunção entre as trocas materiais (econômicas) e simbólicas (a cultura e costumes locais) para a construção da nova visão de sustentabilidade, em uma confluência de resultados, de acordo com as demandas da comunidade (econômicas, educação, cultura, saúde, lazer etc.);

► A articulação em redes de cooperação deve garantir a diversidade para a construção da perspectiva política para promover o protagonismo no campo dos direitos e das ações políticas afirmativas das diversas economias e suas práticas - consoante com a ideia das múltiplas economias.

A partir da reflexão sobre os pressupostos teóricos para a construção dos parâmetros das redes de cooperação, entende-se que os mecanismos de gestão e construção da economia solidária são mais amplos. Suas dimensões falam de "outra economia possível", determinada por várias economias com práticas diferenciadas passíveis de construção de consensos no campo da economia solidária. Já os procedimentos de redes de cooperação passam a ser a dialógica entre os princípios da economia solidária e a viabilização de práticas sustentáveis dessas economias.

## Processos de viabilização das trocas materiais

As trocas materiais podem ser identificadas nos processos de produção quanto à:

A) Formação da escala de produção;
B) Produtividade dos empreendimentos solidários;
C) Controle dos custos fixos e variáveis no processo da formação da escala de produção nas redes de cooperação; e
D) Ampliação do mercado à comercialização, para a mobilização de instituições e atores com o objetivo romper com a fragmentação, isolamento e fragilidades dos empreendimentos solidários.

Desde final dos anos 1990 Paul Singer já chamava a atenção para o fato de que, quando se trata das trocas materiais na economia solidária, a fragilidade dos EES reside em sua "pequenez" e "isolamento", o que restringe brutalmente o acesso a tecnologias que exigem mais investimentos e produção. Segundo ele, a vantagem decisiva da grande empresa sobre a pequena, além de dispor de informações e de conhecimento, é provavelmente a possibilidade de desenvolver novas técnicas de processo e novos produtos. Esses empreendimentos em geral apresentam graves carências como defasagem tecnológica, equipamentos desgastados e falta de competitividade. Nesse cenário é preciso dotá-los de criatividade, eficiência e experiência gerencial, administrativa e comercial (Singer, 1997).

É necessário que os EES adquiram uma espécie de "espaço de autonomia", incorporando competências e recursos em suas diversas maneiras de trocas materiais.

Em outros termos, apoiando-se em Coraggio (1998), é preciso alcançar uma "organicidade", o que implica "investir recursos importantes no desenvolvimento, consolidação e alimentação de redes que articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e micro redes populares" (p.37). Em sua visão, é fundamental "canalizar recursos de pesquisa e assessoria técnica das universidades para a conformação de centros tecnológicos que alimentem e estimulem estas redes de maneira permanente". No que tange à superação do sentimento "estruturalmente hostil" ao surgimento e ao desenvolvimento de tais empreendimentos, "é necessário empreender também uma profunda transformação cultural dos valores sobre o bem-estar, o trabalho, a democracia e os limites da legitimidade do exercício do poder" (p.37).

Do ponto de vista da literatura econômica, há autores que trazem elementos para pensar o fortalecimento das trocas materiais, que podem ser utilizadas no campo da economia solidária.

Conforme autores citados por Bacic & Souza (2008):

A) Inicialmente, Schumpeter (1951) foi quem reconheceu e ressaltou o papel do empreendedor como "motor" do desenvolvimento econômico e quem propugnou a ideia da importância de se conhecer o seu comportamento, inclusive como um problema específico a ser analisado;
B) Para Penrose (1959), o "espírito empreendedor" se caracteriza pela "predisposição psicológica" que leva os indivíduos a se arriscarem com a esperança de obter algum resultado, com base no aproveitamento de oportunidades;
C) Mc Clelland (1961) define o empreendedor como aquele que busca resultados efetivos em seus investimentos, bem como quem enfrenta riscos e possui aptidões, capacidade de organização e valores morais;
D) Gibb e Ritchie (1982) entendem que o sucesso de um empreendimento depende da qualidade da oportunidade de negócio identificada (a ideia), do acesso aos recursos e sua organização, da habilidade do empreendedor e suas motivações; e
E) Johannisson (1998) destaca o papel das redes como meio para fortalecer esses processos.

Assim, Bacic & Souza (2008) afirmam que a partir da revisão da literatura é possível concluir que há etapas diferentes no processo empreendedor e necessidade de

diversos tipos de recursos. As etapas englobam: incubação da ideia, início do empreendimento e consolidação inicial. Essas etapas, para serem percorridas, precisam da ação sistêmica de distintos fatores: motivacionais, competências, redes de sustentação e recursos financeiros. Na visão dos autores, para que os EES tenham êxito, é necessário articular conhecimentos prévios sobre o mercado, redes de apoio, estudos de viabilidade de negócios e disposição empreendedora.

Segundo Gaiger (2008), diversos atores (incluindo intelectuais) que discutem a economia solidária apresentam certa resistência no que tange ao debate dos temas supramencionados (empresa, eficiência e empreendedorismo etc.), dado que estariam contaminados ideologicamente e que levariam a pensar dentro do marco da racionalidade capitalista. O autor critica esta visão, considerando uma "atitude refratária", visto que não é possível pensar uma sociedade na qual não haja relações de troca e atividade econômica. De acordo com ele, é necessário resgatar o termo empreendedorismo, no âmbito da economia solidária, e entender a complexidade do processo empreendedor e sua adequação às necessidades de um "empreendedorismo associativo", típico dos EES, na qual são ingredientes necessários: a cooperação no trabalho, as decisões coletivas, a troca de informações e um projeto coletivo.

Gaiger defende um conceito de "empreendedorismo brando", quando comparado ao perfil empresarial das atividades tipicamente capitalistas e fortemente competitivas e individualistas. Em sua visão, "uma das novidades promissoras da economia solidária reside em suas possibilidades de superar o padrão de subordinação e vulnerabilidade das formas típicas de economia de setores populares" (Gaiger, 2008, p. 58).

Indo ao encontro dos objetivos deste trabalho, o autor reforça a necessidade de uma abordagem teórico-conceitual sobre a "dimensão empreendedora" nas organizações de economia solidária, frente ao contexto de "alargamento gradativo" do conceito de empreendedorismo, extrapolando o campo econômico e espraiando para a área social, política e institucional. Segundo ele, "a dimensão empreendedora é indissociável da dimensão solidária dos empreendimentos", sendo fundamental para que os EES logrem sua sobrevivência, gerando benefícios às pessoas neles envolvidas.

Ainda de acordo com o autor, é interessante mencionar que a eficiência dos EES diz respeito à capacidade de preservar e consolidarem-se em resultado de seu funcionamento, ou seja, "refere-se a aspectos da operação econômica que garante a sobrevivência do empreendimento no presente e não o compromete no futuro próximo" (Gaiger, 2008, p. 66).

A sustentabilidade dos EES diz respeito à sua capacidade de gerar condições de viabilidade e prosseguir funcionando a médio e longo prazos, o que envolve aspectos internos e externos e requer um conjunto de ações, tais como autossuficiência econômica e financeira, capacidade de investimento, incremento produtivo, educação e qualificação permanentes, ampliação social do empreendimento, preservação de parceiros estratégicos, emprego de tecnologias limpas etc.

No entanto, é pertinente indagar como definir os critérios de sustentabilidade dos EES?

Para Coraggio (2008), esses critérios não podem ser unicamente os economicamente calculáveis a partir de parâmetros microeconômicos de viabilidade, inclusive porque não se aplicam a muitos empreendimentos novos que dependem de subsídios de diferentes tipos. Em sua visão, a sustentabilidade dos EES deve ser pensada "a nível meso – sociopolítico – econômico e cultural" e não exclusivamente em critérios mercantis. Ou seja, pensar como um setor da atividade econômica "não regido pela lógica da acumulação privada do capital, e sim pela reprodução ampliada da vida de todos", com distribuição adequada, laços de intercâmbio, cooperação e solidariedade. A sustentabilidade dos EES depende, também, da melhoria nas condições de acesso, como assistência direta, financiamento, regulação de mercados, geração de serviços de apoio às formas não capitalistas de produção, ou seja, de uma "política de Estado", bem como da vontade social e política dos atores coletivos envolvidos.

Ao pensar a sustentabilidade nessa perspectiva, é possível justificar medidas de apoio que permitam que os EES encontrem sustentabilidade mercantil no longo prazo, tal como programas de incubação mais longos e conforme o tempo necessário para que cada EES atinja sua maturidade, linhas de crédito condizentes e mais permissivas, programas públicos de apoio etc. Tal ideia exige a elaboração de políticas públicas adequadas e que tratem os EES e a economia solidária de forma mais ampla e integrada com outras políticas de desenvolvimento humano, social e econômico.

Nessa perspectiva, os processos de articulação da produção nas redes de cooperação das trocas materiais podem ser delimitados, conforme já mencionado anteriormente, em:

A) Formação da escala de produção e comercialização;
B) Produtividade dos empreendimentos na formação da escala;
C) Controle dos custos na formação da escala de produção e comercialização;
D) Ampliação do mercado à comercialização; e
E) Plano estratégico para a construção de indicadores de desenvolvimento local.

A própria definição da cooperação, na articulação dos empreendimentos em redes, possibilita novo campo de interação para viabilizar as trocas materiais e simbólicas das políticas públicas. Sem essas políticas públicas e a inserção no mercado privado na ampliação da comercialização institucional, a sustentabilidade, ou a viabilização das trocas materiais, será comprometida nos resultados financeiros ou econômicos. Portanto, pode se dizer que as redes de cooperação são instrumentos estratégicos para:

A) Articulação da gestão dos fatores internos das unidades produtivas na formação da escala de produção e viabilização da autogestão no espaço de produção;

B) Articulação e mobilização política dos atores nos territórios para criar agenda comum para pautar eixos estratégicos ao desenvolvimento local.

A falta de articulação política no território para o desenvolvimento local também compromete a sustentabilidade das cadeias produtivas dos EES e das redes de cooperação. Pode se analisar que as redes de cooperação atuam em duas esferas fundamentais à sustentabilidade dos empreendimentos solidários: a) quanto às trocas materiais ou econômicas; e b) a viabilização da gestão e autogestão interna dos empreendimentos nas cadeias produtivas (unidades) e a mobilização das forças políticas ao desenvolvimento local nos territórios.

Trata-se, portanto, de fomentar, disseminar e fortalecer o desenvolvimento "endógeno" de economias de dinâmicas territorializadas, assentadas na cooperação, na aprendizagem, nos conhecimentos tácitos, nas culturas técnicas específicas e nas inter-relações sinérgicas. A ideia de desenvolvimento endógeno baseia-se na visão de que os sistemas produtivos consistem em um conjunto de fatores materiais e imateriais (ou simbólicos), que permitem que as economias locais e regionais adotem caminhos diferentes para o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

As trajetórias a serem seguidas por essas economias dependem de suas diferentes raízes e rizomas, bem como de recursos internos e externos, que têm a ver com sua adaptação e/ou aproveitamento dos estímulos das políticas macro, regional, nacional e demais políticas setoriais (Ortega, 2008; Morais, 2013). Assim como nos atentou Coraggio (2015), o processo econômico é delineado por diferentes formações econômicas e sociais que desaguam em uma pluralidade de modos de produção e de reprodução a partir da multiplicidade de comunidades e de culturas que integram a sociedade.

Conforme Fraisse (2006), a emergência de políticas territoriais de economia solidária representa um caso interessante de construção de uma "nova" área da ação pública local. Em sua visão, tal "emergência" oferece a "oportunidade histórica" de consolidação e de renovação que dê lugar à economia solidária como um "componente legítimo da economia plural apto a ter um peso nas lógicas de desenvolvimento local" (p.243).

Ao relacionar políticas públicas para o desenvolvimento territorial e a economia solidária, França Filho (2006) afirma que se trata de uma concepção que incide sobre a construção de estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de "outra dinâmica econômica", baseada na construção e no fortalecimento de "circuitos socioprodutivos locais" integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um território. Mais recentemente, tal ideia se explicita no **1º Plano Nacional de Economia Solidária** (2015- 2019), que afirma:

> ***"A abordagem territorial é concebida como método de fortalecimento da Economia Solidária na construção de iniciativas de desenvolvimento sustentável e solidário, considerando o território como espaço socialmente construído, geograficamente definido com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionais (o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural), instituições políticas e grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social e cultural."*** (p. 17).

A partir do que foi explicitado, reitera-se a importância das redes de cooperação solidária nos processos de viabilização das trocas materiais e de fortalecimento do desenvolvimento territorial. Conforme reconhecido por Silva & Silva (2014), a integração de redes de cooperação, juntamente com a economia solidária, busca proporcionar às empresas autogeridas o "cenário perfeito" para realização de suas práticas, na medida em que elas se juntam com outras organizações na tentativa de se manter firmemente no mercado, reduzindo incertezas e riscos, organizando atividades econômicas a partir da coordenação e cooperação entre os EES.

Na visão das autoras, os principais fundamentos de funcionamento das redes de cooperação solidária são:

- Autonomia: independência de seus integrantes em relação aos demais, não havendo relação de subordinação;
- Valores e objetivos compartilhados: a união dos integrantes se deve ao conjunto de valores e objetivos comuns;
- Vontade: as pessoas não são obrigadas a permanecer ou a entrar em uma rede;
- Conectividade: uma rede é uma junção dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos ou-

tros é que indivíduos e organizações mantêm uma rede;

► Participação: a funcionalidade de uma rede só existe no momento de movimento, isto é, a cooperação entre os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar;

► Multiliderança: uma rede não possui hierarquia. Todas as decisões são compartilhadas;

► Informação: circula livremente, emitida de pontos diversos e encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores;

► Descentralização: uma rede não tem centro. Há um equilíbrio entre todos os nós, tornando-os potencialmente centros;

► Múltiplos níveis: uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo "valor de rede" que a estrutura maior à qual se vinculam.

Em síntese, as redes de cooperação solidária podem ser entendidas como a união de EES na busca de benefícios econômicos, sociais e políticos comuns, sejam para os EES ou para o território onde se encontram. As redes de cooperação solidárias estimulam trocas de informações, consolidação das relações econômicas, criação de novas experiências e apoio a ações de nível local, regional, nacional e internacional, como forma de colaborar com o crescimento da economia solidária como um todo.

## Processos políticos para garantir a transmissão das trocas simbólicas

### Economia solidária: campo de coexistência antagônica

Para traçar os pressupostos dos eixos estratégicos políticos, ou de trocas simbólicas, vamos decompor nosso "mapa cognitivo" **(ver anexo A)** nos seguintes eixos temáticos: formação social – revolução passiva; estado-hegemonia-espaço público; território-redes-autogestão/poder popular.

### Formação social (revolução passiva)

A Ecosol é definida como uma estratégia de desenvolvimento, um outro tipo de desenvolvimento muito além do aspecto de crescimento econômico, que caracteriza o projeto dominante no capitalismo, sobretudo o de corte neoliberal. Para nós, desenvolvimento significa o processo de construção de uma contra hegemonia.

É uma totalidade em movimento e que condensa temporalidades e territórios múltiplos. Analisar seu processo histórico demanda ver passado-presente-futuro; implica na análise da formação sócio-histórica da sociedade. Por isso, nosso campo cognitivo é iniciado pela formação social.

Vamos partir do diagnóstico que foi realizado no campo da economia solidária, visando à 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes). Esse é o referencial político para a abordagem das questões que vamos tratar no campo das trocas simbólicas; diz respeito à visão da formação social do Brasil, das questões de caráter estrutural e seu impacto no campo da Ecosol.

O texto de referência da 3ª Conaes (novembro 2014) define os limites estruturais da política no Brasil: o contexto brasileiro não se caracteriza por transformações profundas em seu modelo econômico como aquelas promovidas por processos revolucionários (com suas várias denominações que estão ocorrendo em países da América Latina). No entanto, o Brasil adotou medidas bastante diversas da agenda liberal e conservadora, que possibilitaram maior inclusão social, aumento da massa salarial, incremento do mercado interno etc.

No entanto, a ausência de reformas estruturais de base dificulta essa expansão e a persistência da desigualdade na sociedade brasileira é fator limitador de caráter estratégico (3ª Conaes).

Esse diagnóstico vai além de uma leitura de conjuntura do momento histórico; implica em uma visão do passado histórico, da permanência de elementos estruturantes do país. Por isso, vamos traçar alguns elementos determinantes da nossa formação histórico-social que explicam essa conjuntura do Brasil. Para tal, utilizamos conceitos do campo de ideias de Gramsci. No caso, novo conceito, que chamamos de revolução passiva. Vamos nominar esses processos e, sobretudo, o que vivemos no Brasil, como um processo de longa duração marcado pela "revolução passiva".

"Revolução passiva" é um processo que expressa ausência de iniciativas populares unitárias e que se organiza por meio da reação das elites dominantes às tentativas de mudanças dos setores populares. É um tipo de "revolução sem revolução"; as lutas políticas e sociais são resolvidas sem rupturas radicais; a mudança radical cede espaço a uma progressiva modificação da relação de forças. Restaura-se o equilíbrio preexistente, com o velho incorporado e certas demandas do novo sendo satisfeitas. Como os processos de mudança não foram radicais, o passado prolonga-se sob várias formas nas novas instituições.

Portanto, falar do Brasil é falar da terra de "revolução-sem-revolução" e de uma construção histórico-nacional sempre bloqueada e interrompida. Esses elemen-

tos estruturais marcaram presença e condicionaram a transição democrática pós-ditadura militar e estão presentes na conjuntura atual.

A dinâmica conciliadora da transição, sua falta de empuxo para promover rupturas com legado histórico-estrutural da ditadura cívico-militar, fez com que o "velho" condicionasse o "novo", reproduzindo alguns dos mais problemáticos traços da vida política e administrativa nacional e bloqueando a afirmação de uma reforma mais abrangente do Estado e de um aprofundamento das políticas da economia solidária.

Nessa perspectiva histórica, a Constituição de 1988 avançou no terreno das liberdades civis e dos direitos sociais, mas não no terreno político-institucional. O problema do lugar do Estado é questão central deixada sem solução, sobretudo num quadro de globalização. Na conjuntura atual, a falta das reformas estruturais bloqueia a real democratização do país.

## Estado, espaço público e hegemonia

O Estado é um aparato social, territorial e de produção material e simbólica. Parte do Estado é o governo, o poder executivo. Outra parte é o Parlamento (Senado e Câmara), o poder legislativo. Há ainda as Forças Armadas, com seus tribunais e prisões, o Poder Judiciário e o sistema escolar em todos os níveis. A gestão e uso dos recursos públicos. Há, também, crenças, ideias, símbolos etc.

Enfim, no campo do poder estatal há elementos materiais e simbólicos. Em sentido restrito, o Estado é composto de instituições, sua dimensão material, a "máquina" do Estado. Por outro lado, há a dimensão do ideal de Estado: ideias, concepções, saberes, senso comum etc.

São, então, três dimensões do Estado: 1) estrutura material; 2) estrutura simbólica; 3) correlação de forças (lutas internas).

O Estado como correlação de forças é o campo político em que se travam as lutas, em relação com a sociedade civil; campo de disputas de poder, de construção de contra hegemonias. "As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses". (Bourdie, 2011, p. 8)

## Espaço público

A articulação da democracia e da cidadania ocorre através da constituição de espaços públicos de ação e deliberação política. A esfera pública é o espaço em que os cidadãos interagem por meio da fala e da persuasão; descobrem suas identidades individuais e decidem por meio da deliberação coletiva sobre temas de interesse comum. Esta esfera só pode ser constituída se participarmos de um mundo comum de coisas criadas pelo homem: instituições, territorialidades. A constituição de espaços públicos de ação e discurso político depende da existência de um mundo comum, e, por extensão, da criação de numerosas esferas em que indivíduos podem descobrir suas identidades e estabelecer relações de reciprocidade e solidariedade.

O espaço público difere do privado, e não é idêntico à terra ou à natureza; é práxis humana; que transcende a existência humana ao definir a capacidade das instituições e dos produtos humanos de durar através do tempo e tornarem-se a herança comum a gerações sucessivas. Enfim, a construção de um mundo comum estável que permite ao ser humano relembrar e antecipar.

## Esfera das políticas públicas

Em um projeto de democratização, as políticas sociais devem ser financiadas pelo Estado, pois têm uma dimensão pública. Mas a gestão das políticas sociais não é feita apenas pelo Estado, pela burocracia estatal, de cima para baixo. Elas devem ser implementadas por setores da sociedade civil, de baixo para cima.

As políticas – de saúde/educação/transportes/moradias etc. – poderiam ser geridas pelos seus executores diretos (médicos e demais profissionais da área da saúde), e, sobretudo, pelos usuários. Há uma questão de princípio: a criação de mecanismos de gestão coletiva, de baixo para cima, mecanismos públicos, mas não necessariamente burocrático-estatal, campos incentivadores do aumento da participação popular nas tomadas de decisões e na execução das políticas.

Assim, teremos a esfera pública não estatal, o espaço público democrático. Este é o verdadeiro termômetro para averiguar um processo efetivo de democratização do Estado.

## Esfera pública versus esfera mercantil

No sistema do capital, sobretudo nessa etapa de globalização neoliberal, até bens como a água se tornam mercadorias. A esfera hegemônica no neoliberalismo é a mercantil.

Emir Sader reflete: "Mas, o polo que se opõe ao capital não é o Estado. O Estado não define, por si só, sua natureza, porque pode ser um Estado socialista, de bem-estar social, fascista, liberal ou neoliberal. É um espaço de disputa sobre suas determinações. No neoliberalismo é um Estado mercantilizado, financeirizado, que arrecada recursos no setor produtivo e os transfere, em grande medida, para o capital financeiro através do pagamento das dívidas. Ou pode ser um Estado refundado por governos que buscam superar o neoliberalismo, constituindo novas estruturas de poder. O Estado é, assim, um espaço de disputas. Uma correlação de forças.

O polo oposto à esfera mercantil é a esfera pública, aquela constituída em torno dos direitos, da universalização deles, o que necessita de um profundo e extenso processo de desmercantilização das relações sociais. Democratizar significa desmercantilizar, tirar da esfera do mercado para transferir para a esfera pública os direitos essenciais à cidadania, substituir o consumidor pelo cidadão. Sendo assim, superar o neoliberalismo requer a refundação do Estado em torno da esfera pública, incorporando-lhe espaços como o do orçamento participativo, que representa a colocação de decisões fundamentais nas mãos da cidadania organizada". (Sader, 2009)

## Hegemonia

A ideia de hegemonia pode se referir a várias situações: hegemonia econômica, militar, política, cultural. Vamos utilizar o termo em relação a trocas simbólicas, ao tema da consciência e ao tema cultural-ético. A hegemonia é o contrário da imposição pela força, não pode ser confundida com dominação; no entanto, essa pode ocorrer pela força, com ditaduras; ou por consenso, em regimes democráticos liberais. Hegemonia é processo de longa duração, e podem ocorrer retrocessos em sua trajetória: é, portanto, luta permanente.

Uma classe social hegemônica organiza um bloco sócio-político marcado por contradições internas, governa-se por consenso como também tem a direção cultural da sociedade. A construção de uma contra hegemonia popular implica articular trocas materiais e simbólicas: empoderamento no campo econômico e no campo político cultural na sociedade e no Estado.

Um dos maiores desafios na construção de uma hegemonia é desenvolver uma direção moral-intelectual; nesse ponto, torna-se fundamental o papel da educação popular e formal, tanto no campo das trocas materiais (formação técnico-econômica), quanto no das trocas simbólicas (político e ético-cultural). A construção de uma hegemonia implica desenvolver, ao mesmo tempo, mas com pesos distintos, as trocas materiais e as simbólicas.

É na sociedade civil (campo do poder e disputa de hegemonia) que se constrói uma análise crítica por meio da luta de hegemonias políticas para se chegar a uma elaboração do projeto político. A constituição deste projeto passa do momento econômico-corporativo, fechado em si mesmo, à consciência de solidariedade de interesses entre os sujeitos de um grupo social; no início no campo puramente econômico, até atingir a consciência de que os próprios interesses devem superar o círculo corporativo, e podem e devem se tornar interesses de outros grupos subordinados.

Por se formar no campo amplo e plural da sociedade, a disputa hegemônica implica um longo período de lutas até que um grupo conquiste, no conjunto da sociedade, a hegemonia política, ética e cultural.

O peso do elemento "econômico-corporativo" tem caráter estratégico negativo ao tornar-se um grande obstáculo à formação de uma hegemonia moral/intelectual do campo democrático-popular. Sua preponderância indica o domínio de interesses imediatos, de trocas apenas materiais, e é indicativa de uma situação de carência dos elementos da superestrutura (consciência, cultura, política, hegemonia) das trocas simbólicas, correspondente ao domínio de uma situação estrutural restrita, incapaz de expandir-se de consensos passivos para consensos ativos e democráticos.

## Território, redes solidárias, autogestão territorial[9]

Milton Santos (1996) definiu o conceito de território socialmente construído, não apenas como base material de "recursos naturais", mas, sobretudo, com relação à produção humana numa dimensão ampla, com cooperação, conflito, solidariedade, subordinação. Um território de trocas matérias e simbólicas.

Um território é construído historicamente na ocupação do espaço e na relação com o ecossistema, com o simbólico e imaginário dos seus povos, comunidades, pessoas. Santos chama a atenção para se entender o território como o "território usado, não o território em si". Este uso no chão de vida e trabalho cria a identidade. E, por conseguinte:

"A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida". (2002, p.10)

Ao se apropriarem de um espaço físico ou geográfico de forma concreta com trabalho, ou de outras formas materiais como através da produção, e de forma abstrata pela representação e significado simbólico pela ação político e cultural, os agentes sociais, criam "territorialidades" e "espaços públicos", territorializam o espaço.

A Ecosol constrói territórios pela ação transformadora da economia solidária, com trabalho associado, valores, maneiras e jeitos de produzir, distribuir e consumir, de relacionar-se com o seu ambiente natural e construído. A construção de territórios pode ser feita por movimentos sociais, grupos sociais particulares e pelo grande capital.

O grande capital constrói seu território, principalmente, do ponto de vista da localização mais apropriada de menor custo, acesso a insumos, proximidades de

**9**. Texto extraído do documento do CFES, "Território, Redes e educação em economia solidaria". (Alzira Medeiros, José I. Konzen), 2015.

Oficina nacional de mobilização e articulação | Sul | Florianópolis 18 a 20/fev/2016

mercados e logística de distribuição. E trata esse território de forma isolada e seletiva. A relação territorial para o grande capital é de ocupação do espaço para extrair o maior lucro possível, numa visão utilitarista e de subordinação.

Um território pode ser construído no espaço rural e urbano, e podem existir inúmeros territórios de acordo com as relações sociais que ali se estabelecem e se reconhecem em bairros, favelas, municípios. Pode existir um território ou vários territórios. No caso da economia solidária, estão se formando em torno de moedas sociais, das redes de mulheres produtoras, entre outras.

A territorialização é dinâmica e encontramos diferentes tipos sobrepostos nos mesmos espaços geográficos (formas distintas que coexistem). Na economia solidária, a organização em redes tem crescido e vai se expandindo do local para outras áreas e espaços, até as redes internacionais.

Qual a relação das redes com o território? Como se dá essa construção? Qual o papel da rede?

## Redes e territórios

A rede se inscreve sobre o território de acordo com seus pontos de acesso pensando suas articulações e ligações com grupos, realizando intercâmbios e comunicação, entre outras. As redes são animadas por fluxos de informação e comunicação. É possível que elas contribuam para que os territórios formem sistemas.

O território e as diferentes territorialidades (governamentais, étnicas etc.) se apresentam como um novo desafio. É preciso que os homens e mulheres que integram e fazem a economia solidária constituam espaços públicos de debate em cada território, protagonizados pelas redes, e que lá estão para disseminar a economia solidária como nova estratégia de desenvolvimento sustentável com bem viver, de superação da pobreza, do patriarcalismo, do racismo, da homofobia e das desigualdades de gênero em todas as dimensões da vida.

Nessa perspectiva, o território e as territorialidades são "espaços dos possíveis", plenos de "mundo de possibilidades" e de "utopias concretas".

A Ecosol, enquanto movimento sócio-político de "novo tipo" (campo de coexistência antagônica de trocas materiais e trocas simbólicas), porta uma contradição fundamental: na longa conjuntura iniciada com o governo Lula, em 2003, em que atingiu o campo governamental, representada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, e, mesmo estatal, nas Conferências Nacionais de Economia Solidária, não desenvolveu de forma plena as suas virtualidades autogestionárias, que lhe permitisse de forma estratégica superar a contradição entre o papel corporativo-pragmático vigente e o papel estratégico-hegemônico potencial.

As redes de cooperação solidária definem um campo de nível estratégico, de "experimentações de possíveis". Em uma perspectiva histórica de longo prazo, as redes representarão um estágio político-econômico e cultural de nível superior no processo de construção da política da Ecosol. Serão instrumentos fundamentais na construção de uma contra hegemonia com base em um poder popular, em conjunto com outras forças da sociedade brasileira, por suas características próprias; portam a possibilidade de um antagonismo em relação ao metabolismo do capital, ao introduzir o componente do trabalho associado; e, acumulando forças para compor a estratégia de desenvolvimento do país: o espaço da propriedade social, trazendo uma nova institucionalidade aos mundos do trabalho.

Mas, no curto e médio prazo, as redes significam a possibilidade de quebrar a fragmentação dos EES, tanto no plano da produção quanto da comercialização, permitindo aos EES e às cadeias produtivas consolidarem sua força econômica na sociedade, e criando maiores possibilidades para formação político-técnica da Ecosol.

## Processos de gestão das informações

As redes de cooperação solidárias não têm somente a tarefa de articular as atividades produtivas ou os processos econômicos com base nos parâmetros da produção e comercialização. Seu papel é estratégico na mobilização das trocas materiais e simbólicas no contexto da comunidade e no território de sua atuação, permitindo à sua tarefa novos patamares de entendimento da ideia de sustentabilidade, lutas políticas, atendimento das demandas dos trabalhador@s, compreensão da vida política, social e econômica da sociedade.

Para tal tarefa, as redes de cooperação têm como eixo diretivo da sua gestão possibilitar a troca de informações na comunidade e no território. A informação torna-se estratégica para a construção da sua atuação e de seus empreendimentos, de sua relação na composição das trocas materiais e simbólicas para a constituição do eixo de gestão de dados sobre as atividades econômicas e as demandas da comunidade. Seguramente, a reflexão das redes como processo de gestão das informações nos indica instrumentos valiosos para construção do relacionamento entre redes e empreendimentos nas comunidades, redes no território para evitar sombreamento de ações entre redes e entidades no processo de conquista política nacionalmente.

Mas como seria o processo de informação nas redes de cooperação? Quais entendimentos deve se ter sobre a informação? Como fazer a gestão da informação? O que a informação nos indica como pressupostos teóricos? E o que isso favorece ao processo de redes de cooperação?

Informação[10] é algo que necessitamos também quando deparamos com uma escolha, ou seja, é um conteúdo estratégico de qualificação das escolhas. Qualquer que seja seu conteúdo, a quantidade de informação necessária depende da complexidade da escolha. Se deparmos com um grande volume de escolhas igualmente prováveis, se qualquer coisa pode acontecer, precisamos de mais informações. (MACGARRY, 1999)[11]

A informação também pode ser:

- Matéria-prima da qual se extrai o conhecimento;
- O que é permutado com o mundo exterior; e
- Algo que reduz a incerteza em determinada situação.

O caráter mais significativo da informação é o de redução das incertezas. Entretanto, a informação necessita de "movimento", isto é, de fluxo entre pessoas ou instituições – fluxo informacional em sua denominação mais exata, o fazer circular da informação. Além disso, a informação precisamente colocada é algo que tem valor econômico e simbólico e que pode, potencialmente, produzir valor para mercadorias e para processos de naturezas diversas. A informação pode ser capitalizada, agregando valor ao seu empreendimento ou projeto.

Para as redes de apoio solidário, o fluxo informacional é a sua própria essência, desde a constituição da rede, da pesquisa das demandas sociais, da análise dos dados, da interpretação dessas demandas e da elaboração dos projetos de resolução dos problemas. Tudo passa pelo fluxo informacional interno. Mas nenhuma rede está sozinha, não são ilhas e sim um complexo de demandas sociais e econômicas em sua amplitude territorial ou local. E assim, a "troca" de informações, das mais simples às mais complexas, representam ações carregadas de força estratégica, objetivando a superação das limitações de recursos ou mesmo da eficiência e da eficácia dos projetos.

Compreendemos a força e o peso de uma informação, porém, ela necessita ser ordenada, estruturada e contida em algo, senão permanecerá amorfa, inútil e, até mesmo, prejudicial se conter imprecisões. Também necessita de um codificador. Alguém ou um grupo que saiba organizá-las, sistematizá-las e revesti-las de significado a fim de que possa ser usada estrategicamente para qualificar os processos e os atores nas tomadas de decisão. A informação serve também para qualificar a tomar decisões com menor grau de incerteza, ou maior nível de clareza da situação em questão e das consequências que uma decisão projetará no futuro curto ou médio. A informação estrategicamente organizada e difundida tem também o potencial de possibilitar aos atores influenciar a tomada de decisão de outros atores no campo de forças e disputas. Isto quer dizer que a informação tem um caráter ou uma face política fundamental.

Quando falamos da necessidade de revestir de significados a informação estamos observando que ela mesma também tem determinados aspectos de signos, símbolos e sinais. A informação é uma forma de conduzir pensamentos e ideias, é um veículo carregado de mensagens e de força política, na qual somente essas ideias chegarão ao receptor se o condutor (alguém ou alguns que dela se apropriem e as organizem) saiba

**10**. Informação é o ato de informar, contar algo que aconteceu, notícia, insumo básico do conhecimento ou conjunto de dados sistematizados e codificados que visam determinada ações ou tomadas de decisão.
**11**. O contexto dinâmico da informação. Kevin McGarry. Briquet de Lemos Livros. Brasília DF.1999.

seus códigos, sinais e símbolos. E, para tanto, ambos – o condutor e o receptor – tenham entre si a mesma compreensão dos sentidos das mensagens informacionais (compartilhar sentidos e códigos de apropriação da informação). Paulo Freire afirmava que ninguém ensina ninguém sem que ambos se ensinem mutuamente[12]. Ninguém informa ninguém se ambos não compreendem a importância da informação.

Podemos entender como veículo da informação a comunicação e as linguagens, ambas impregnadas de marcas culturais e conectadas com a cultura dos grupos sociais envolvidos. Podemos resumir as suas principais características:

- São propriedades de um grupo e não propriedade exclusiva de um indivíduo;
- São utilizados na transmissão, intercâmbio e registro de significados e compreensão humana;
- Os símbolos são repositórios da cultura;
- São compartilhados entre indivíduos, essencialmente (como também entre instituições);
- Devem ser construídos para comunicação;
- Servem para tomada de decisão; e
- Sofrem mutações estruturais.

Os símbolos são um tipo especial de signos: representam um objeto, ideia ou evento, mas a intenção é causar uma reação emocional entre aqueles que necessitam da informação. O aspecto fundamental a respeito dos símbolos e signos é que informações também são manifestações culturais, construídas e aceitas pelos grupos socialmente constituídos (MCGarry, 1999). Nesse sentido para que haja o fluxo informacional é necessário que os grupos sociais tenham as mesmas aspirações e objetivos diante de uma situação vivida e compreendida. De nada adianta informar aos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários do Arco Sertão da Bahia que o índice Bovespa está em baixa. Não tem sentido, não tem significado, não faz parte daquela cultura, não faz parte dos problemas e muito menos das soluções.

Cada empreendedor, grupo social, cada empreendimento, cada rede e/ou cadeia produtiva deve constituir-se num "locus" informacional organizado, a partir da compreensão da sua autogestão, criando, dessa forma, uma cadeia ou uma rede de informações, troca de experiências, ambientes propícios às avaliações, intercâmbio de técnicas, agenda de visitas técnicas entre outros veículos de comunicação.

Podemos hoje, diante de tantas tecnologias informacionais, escolher os veículos para o trânsito das informações. Desde os mais simples e populares aplicativos para telefones celulares até sofisticados bancos de dados e/ou articulações de observatórios de análise de desempenho dos setores, produtos, cadeias, redes etc. Tudo depende o quanto desejamos e necessitamos trocar informações.

> ***(...) "um sistema de informação deve considerar a mudança constante, a flexibilidade das atividades e a crescente importância de recursos humanos, da sua intercomunicação, e deve observar a sua produtividade pelo fluxo. Todos os sistemas abertos estão condicionados pela sua interação com o exterior, que exige alta capacidade de comunicação do emissor da informação (daí a ideia de REDE de comunicação)"*** (CARINHAS et al, SD).

Em uma oficina do projeto em Salvador (BA) um companheiro solicitou sair da sala, pois tinha que conversar com um colega de outra rede sobre uma determinada licitação de venda de produtos para a merenda escolar de sua região. Como era próxima da hora do café, o grupo foi liberado e observamos como esse companheiro tratava a informação quanto aos preços e capacidade de volume de fornecimento. Rapidamente, três outros companheiros se envolveram em seu auxílio entrando em contato com suas bases de produção, fornecendo valores e capacidades produtivas. Em menos de dez minutos tinham definidos todas as condições de fornecimento para a referida licitação.

Trabalharam em rede, trocaram informações, estabeleceram códigos, trabalhavam com símbolos quando da troca de gestos e tomaram decisões importantes para seus empreendimentos. Isso é fluxo organizacional. Isso é comunicação. Isso é uso da informação para a tomada de decisão. O grupo precisava entender o procedimento formal da licitação (compartilhar o código) e alguém precisava estar informado a respeito de processos de licitação abertos à concorrência e que fossem de interesse do grupo. A pessoa com a informação teve o poder atrair outros atores para o processo e pautar a demanda.

No mundo empresarial capitalista isso também ocorre, porém sob outra magnitude. Os acordos e as trocas de informações são realizados de forma pontual, objetiva e pragmática. Os capitalistas também cooperam entre si. Então, onde estão as diferenças entre trabalhadores da economia solidária e o mundo empresarial capitalista? Está nos aspectos de transparência, modalidade de gestão da informação e no princípio da

**12**. Comunicação ou Extensão. Paulo Freire. Editora Paz e Terra. 1968. Obra escrita no Chile que analisa o problema da comunicação entre o técnico e o camponês no processo de desenvolvimento econômico numa nova sociedade agrícola local.

solidariedade – cultura solidária entre os trabalhadores.

O conceito de transparência da informação é mais amplo do que simplesmente um princípio. Transparência é essencialmente uma "vontade política" em disponibilizar informações verdadeiras e que tragam em si, novamente, um significado para a tomada de decisão. O fluxo e o grau de transparência das informações podem ser definidos pelo maior ou menor nível de confiança e de solidariedade entre os atores, e o quanto a solidariedade é um valor de referência social e econômica. Para tanto, o armazenamento de informações passa pela sua relevância e pelo grau de utilidade em seus aspectos avaliativos. Armazenar não se restringe a guardar documentos, mas sim na sua classificação e na sua disponibilização, preferencialmente em rede. As diversas tecnologias da informação e da comunicação permitem uma agilização sem precedentes em nossa história recente. Entretanto, as novas tecnologias da informação não são somente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos e, principalmente, apropriados pelos trabalhadores. É o que dá significado às novas tecnologias e seu sentido de tornarem-se públicas e populares, ou melhor, tornarem-se transparentes e acessíveis.

Em seu aspecto de gestão, compreendendo as ações de planejamento, organização, controle e vontade política, a informação é o símbolo de uma nova era, que se caracteriza pela sua descentralização capacidade de gerar conhecimento. Isto é, de transformar realidades e de capitalizar experiências. O registro e a sistematização do passado, das experiências e acontecimentos diversos, pode referendar o futuro. O que acontece aqui rapidamente estão sabendo lá. E é esse o caráter revolucionário da velocidade do fluxo informacional, em síntese de uma nova concepção de gestão da informação.

Essa gestão da informação molda-se no que chamamos de novo paradigma tecnológico[13] que está baseado na ação da tecnologia sobre a informação, na penetrabilidade dos efeitos dessas novas tecnologias e da lógica de redes. E são as redes a maior característica desse paradigma. Pois, ao se difundir seu crescimento assume uma dinâmica exponencial pelo número de conexões que vão se formando. Não há base material para a difusão da informação, não há centro de processamento, não há banco de dados local, mas sim uma rede neural e de equipamentos interligados pelas chamadas redes sociais, conversando, dialogando e trocando informações ao mesmo tempo online.

Exemplo disso é o site **cirandas.net** criado e mantido pela **FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária** que, em 2017, congregava mais e **160 Fóruns municipais, microrregionais e estaduais.** A saber: Economia Solidária com 1.606 membros; Economia Solidária – Campos Gerais/sociedade e cultura com 2.109 membros; Economia Solidária – FBES com 8.500 membros; Juvesol – Juventudes Economia Solidária com 483 membros; Educação Popular e Economia Solidária com 612 membros; Economia Solidária – centro de analisis y dufusión com 1.880 membros; Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária com 1.685 membros; Economia Solidária e Economia Feminista com 1.065 membros; Redes de Economia Solidária com 1.323 membros; e mais outros 45 contatos nacionais de face somando **mais de 35 mil membros** em rede dialogando e trocando informações sobre a economia solidária somente no Brasil. Mas isso não para, a cada semana um novo contato é aberto e mais e mais pessoas dão suas "curtidas" e compartilham suas esperanças numa nova economia que acontece.

O caráter solidário desse paradigma informacional em redes se dá pelo aspecto político que os empreendimentos assumem enquanto classe trabalhadora em uma perspectiva da escolha e construção de um projeto político de sociedade. As experiências, as informações e os conhecimentos sustentam uma nova concepção de organização social não centrada nas esferas do Estado capitalista e do mercado. A lógica expressa na economia solidária é dada pela articulação horizontal entre a demanda e oferta de bens e serviços vinculada exclusivamente às necessidades ou às demandas reais vividas localmente pelas populações. Portanto, o motor da geração de atividades econômicas é a lógica do atendimento e não da rentabilidade absoluta (França, Filho, 2002). E nessa articulação entre os volumes produzidos de forma coletiva e as reais necessidades é fundamental a troca de informações entre as redes de apoio em economia solidária.

A informação não se presta somente ao campo da notícia ou mesmo do anúncio, mas sim como recurso informacional fundamental para as tomadas de decisões estratégicas. Como o recurso financeiro, as técnicas produtivas, as sementes criolas, máquinas, equipamentos, sistemas de controle, recursos humanos, entre outros, a informação representa a mais significativa condição de intercâmbio e troca de dados e representações na estratégia do desenvolvimento e sustentação de uma nova economia que se desenha e acontece.

**13**. Conceito elaborado por Carlota Perez, Christopher Freemam e Giovanni Dosi apud in A sociedade em Rede de Robert Castells. Editora Paz e Terra.1999.

CAPÍTULO TERCEIRO

# Balizamento conceitual e metodológico: **Conceito de redes de cooperação**

Oficina de balizamento conceitual metodológico de bases de serviços | Florianópolis 28 a 30/jan/2015

## Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar o resultado da sistematização do balizamento conceitual e metodológico, buscando nivelar concepções sobre o trabalho cooperativo e os pressupostos metodológicos à integração em rede de cooperação solidária. A base das informações e definições conceituais foi sistematizada das experiências dos projetos de redes de cooperação (Modalidade A e C – edital de chamada pública Senaes/MTE n° 004/2012) e atividades específicas nas oficinas de balizamento conceitual e metodológico (ver Anexo B – Metodologia das oficinas de balizamento conceitual e metodológico).

Para facilitar a exposição do balizamento, julgou-se necessário dividi-la em partes, alinhando o conceito de redes de cooperação como continuidade dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Economia Solidária. Procurou-se dividir os resultados com base nas informações das entidades/assessoras das redes de cooperação com foco nas redes de produção, comercialização e bases de serviços, tendo como orientação o trabalho participativo e coletivo para a construção coletiva do conceito de redes de cooperação e seus pressupostos metodológicos nas oficinas de balizamento.

## Orientação ao balizamento conceitual e metodológico. Política Nacional de Economia Solidária[14]

O balizamento conceitual e metodológico das redes de cooperação foi definido pelas orientações dos Termos de Referências da Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE. Considerou-se que as redes de cooperação fazem parte de novo estágio da Ecosol, tendo seus princípios e diretrizes o trabalho cooperativo como estratégia para construção da sustentabilidade e articulação política dos empreendimentos de caráter solidário.

A Política Nacional de Economia Solidária deve ser encarada como a base de definição da articulação e mobilização das redes de cooperação solidária, como estratégia para viabilização dos processos produtivos, políticos locais e nacionais. Portanto, o balizamento conceitual e metodológico das redes de cooperação faz parte do esforço de traduzir a realidade local numa estratégia política nacional de acordo com os princípios e diretrizes da Ecosol.

Seguem os principais conceitos e parâmetros acumulados no campo das políticas nacionais de Ecosol.

### Economia solidária

É o conjunto de atividades econômicas – produção de bens e serviços, distribuição, consumo e finanças – orga-

**14**. A preocupação em apresentar os principais conceitos e a política nacional de Ecosol foi devido ao desconhecimento por parte de alguns participantes de conteúdos de referência nas oficinas de balizamento conceitual e metodológico. Com isso, houve a intenção do nivelamento das informações e referências para construção da base de orientação dos principais conteúdos para promover os trabalhos de reflexão sobre os conceitos de redes e seus procedimentos.

nizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras na forma coletiva e autogestionária. A economia solidária possui as seguintes características:

**a) Cooperação**: existência de interesses e objetivos comuns, a união de esforços e capacidades, a propriedade coletiva de meios de produção, a partilha de resultados e a responsabilidade solidária. Está presente em diversos tipos de organizações coletivas associativas: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, quilombolas etc.); clubes de trocas etc.

**b) Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc. Em um projeto autogestionário, apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria não substituem e nem impedem o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. Todo conhecimento produzido por assistentes técnicos ou por trabalhadores e trabalhadoras deve ser disponibilizado para todos.

**c) Dimensão econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

**d) Solidariedade:** o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e na melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável e com o desenvolvimento sustentável dos biomas; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores (as) e consumidores (as); e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. (TR1, p8 e 9; TR3 p12 e 13).

**e) Comércio justo e solidário (CJS):** é o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais, que resulte na participação ativa dos empreendimentos econômicos solidários por meio de sua autonomia.

**f) Consumo solidário:** é a capacidade de cada pessoa empreendimento ou instituição pública ou privada de escolher serviços e produtos que contribuam para a melhoria de vida de cada um, da sociedade e do meio ambiente, norteados por valores de justiça social e solidariedade.

**g) Preço justo (PJ)**: é a representação de valor do produto ou serviço, construída a partir do diálogo, da transparência e da efetiva participação de todos os agentes envolvidos na sua composição, e que ao mesmo tempo resulte em uma distribuição equânime do ganho na cadeia produtiva.

**h) Avaliação da conformidade (AC):** é um processo sistematizado que objetiva propiciar, direta ou indiretamente, adequado grau de confiança aos usuários e consumidores, em relação ao cumprimento de determinados padrões – princípios e critérios - por parte dos produtos, serviços, processos produtivos ou organizações.

**i) Espaços de comercialização solidária (ECOS):** são espaços diversos de troca e de negócios, visando promover os produtos e serviços dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

**j) Bases de serviço de comercialização (BSC):** são iniciativas diversas voltadas à prestação de serviços de apoio a promoção da comercialização solidaria, visando incrementar e agregar valor aos produtos dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

## Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

São organizações coletivas, suprafamiliares, cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades assim como a distribuição dos resultados, incluindo empreendimentos que estão em processo de implantação, e com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real ao registro legal. (Termo de Referência v.1, p9; TR v.3, p13)

## Redes de cooperação solidária

São articulações formais ou não formais entre os EES e suas organizações de apoio para de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de forta-

lecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas e/ou para promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, e/ou para promover o consumo coletivo dos bens, produtos e serviços. (TR1,p11; TR3,p24)

Têm como objetivos:

- Fortalecer as redes de produção, comercialização e base de serviços;
- Romper com o isolamento e fragilidades estruturais dos EES;
- Propiciar o desenvolvimento local e territorial;
- Desenvolver estratégias de viabilização de ocupação/trabalho e geração de renda;
- Compartilhar experiências técnicas e informações sobre a produção e mercado; e
- Propiciar ganhos de escala de produção.

### Cadeia produtiva solidária

É estratégia de articulação de esforços focada em um determinado produto e/ou serviço agregando ações de produção, comercialização e base de serviços de forma intraempreendimento.

A produção, comercialização e a base de serviços são realizadas entre empreendimentos econômicos solidários, mantendo-se, assim, os princípios de cooperação e solidariedade nas relações comerciais desde a produção de matérias-primas até o produto final. (TR1, p11)

Seus objetivos básicos são:

- Oportunizar melhores condições de concorrência frente ao contexto competitivo em que os empreendimentos econômicos solidários estão inseridos;
- Reduzir as incertezas inerentes aos processos produtivos e de comercialização dos EES;
- Propiciar ganhos de escala na produção e comercialização dos produtos (redução de custos);
- Fomentar a cooperação técnica produtiva entre os EES de foco (único) em produtos/serviços; e
- Compartilhar suportes técnicos entre os EES de mesmo foco produtivo.

## Arranjos econômicos setoriais: abordagem setorial do desenvolvimento

A abordagem setorial considera a organização das iniciativas econômicas solidárias em setores ou segmentos econômicos, viabilizando a articulação dos empreendimentos em redes de cooperação e/ou cadeias produtivas solidárias. Entende-se por redes de cooperação solidária as articulações formais ou não formais entre EES para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas (isto é, organizar e qualificar o processo de agregação de valor de um bem, produto ou serviço) e/ou para promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, e/ou para promover o consumo coletivo de bens, produtos e serviços.

Quando esta articulação de empreendimentos abrange diferentes elos de uma mesma cadeia produtiva, trata-se de uma cadeia produtiva solidária. Desse modo, a produção e a comercialização de produtos são realizadas entre empreendimentos econômicos solidários, mantendo-se assim, os princípios de cooperação e solidariedade nas relações comerciais desde a produção de matérias primas até o produto final. (TR1, p.11)

### O atual contexto político da economia solidária

De acordo com o plano plurianual do governo federal (2012-2014), a economia solidária se consolida como uma política de promoção do desenvolvimento territorial e sustentável com ênfase na organização social e econômica solidária, autogestionária e democrática. Ao mesmo tempo, a inserção da economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria (BSM) é o reconhecimento das potencialidades da organização econômica solidária, enquanto estratégia de inclusão produtiva da população empobrecida. (TR3, p8).

### Objetivo geral

Apoiar e fortalecer a organização de redes de cooperação solidária constituída por empreendimentos econômicos solidários como estratégia de fomento às cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários, com vistas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável e a superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. (TR3, p9).

### Objetivos específicos

**a)** Promover a organização e fortalecimento de redes de cooperação solidária (Recosol) constituídas por empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários, enquanto estratégias de viabilização de ocupação e renda com a população em situação de pobreza extrema;

**b)** Fomentar a organização de sistemas territoriais

e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários, considerando a integração e encadeamento dos diferentes espaços organizativos (produção familiar, associativismo comunitário, centrais de cooperação territorial ou setorial etc.);

**c)** Realizar processos participativos e sistemáticos de assessoramento técnico por meio de organização de Base de Serviços de Apoio à Economia Solidária (BS-Ecosol) para estruturar instrumentos de apoio às redes de cooperação solidária, tais como: estudos e diagnósticos de viabilidade técnica, econômica e organizativa: planos territoriais e setoriais de encadeamento de atividades de produção e comercialização; planos de sustentabilidade econômica para os empreendimentos econômicos solidários organizados em redes de Cooperação, planos de logística solidária, prospecção de negócios; projetos de estruturação da verticalização e adensamento de cadeias produtivas; projetos de financiamento e investimento com vista à organização de produtos e serviços da economia solidária, entre outros;

**d)** Desenvolver estratégias de acesso à informação para o fortalecimento de redes de cooperação solidária, por meio de estudos e pesquisas, desenvolvimento e disseminação de referências conceituais e metodológicas, bem como a sistematização de processos, com vista à consolidação e o aprimoramento das redes no âmbito das cadeias produtivas e outros arranjos econômicos territoriais e setoriais organizados em cooperação solidária;

**e)** Desenvolver estratégias e instrumentos de comercialização de produtos e serviços das redes de cooperação solidária com ênfase no acesso às compras governamentais e na constituição de estruturas e espaços de comercialização direta, tais como espaços fixos de comercialização, centrais de comercialização, comércio eletrônico, feiras e exposições etc.;

**f)** Subsidiar processos locais e territoriais de desenvolvimento solidário e sustentável, em parceria com órgãos públicos municipais e estaduais que estão desenvolvendo ações integradas de economia solidária no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria; e

**g)** Promover iniciativas de ocupação e renda para jovens por meio da organização e fortalecimento de redes de cooperação solidária (Recosol) constituídas por empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários. (TR3, p. 10 e 11)

## Arranjos econômicos territoriais: abordagem territorial do desenvolvimento local

Considera-se território o espaço físico, geograficamente definido com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionados tais como: o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural e as instituições políticas, grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

São características da abordagem territorial (ou dos arranjos econômicos territoriais). (TR1, p. 10 e 11)

**a)** Mais do que uma questão de escala, trata-se de uma metodologia para favorecer os processos de desenvolvimento nos territórios;

**b)** O desenvolvimento decorre da criação de condições para que os agentes locais, públicos e da sociedade civil organizada, se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável;

**c)** A possibilidade de implantar ações de economia solidária de maneira integrada visando garantir o acesso a investimentos, a formação, a assessoria técnica e a comercialização aos empreendimentos solidários articulados territorialmente; e

**d)** Visão integradora de espaços, atores sociais e de políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar; a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; o uso sustentável dos recursos naturais; a inclusão social; a valorização dos conhecimentos tradicionais e da diversidade cultural e étnica dos povos e comunidades.

## Procedimentos na constituição do plano de rede, cadeia produtiva e sustentabilidade: instrumentos da Senaes/MTE para orientação às entidades/assessoras das redes de cooperação

Para o balizamento conceitual e metodológico foram considerados os instrumentos de Plano de Rede e Plano de Cadeia, elaborados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes/MTE. Com isso, passou à orientação institucional de instrumentos para viabilização das redes de acordo com os procedimentos da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes/MTE às entidades/assessoras das redes de cooperação.

O objetivo dessas informações se deu com a avaliação e análise de procedimentos para constituição do plano de rede, plano de cadeia e definição dos parâmetros de sustentabilidade. Foram identificadas com a discussão sobre a aplicação dos instrumentos de plano de redes e plano de cadeias duas questões fundamentais para serem superadas no processo de implantação e gestão das redes:

**a)** Melhorar os registros nos empreendimentos (pois ainda são registros artesanais, existe uma carência nos procedimentos de registro dos processos produtivos nos empreendimentos);

**b)** Falta de plano de comunicação com os empreendimentos para fortalecer os processos produtivos (dificuldade de comunicação das redes com os empreendimentos).

Com esses problemas, as dificuldades podem ser localizadas no processo de informação ou gestão da informação, com a estrutura de governança para o planejamento da integração dos empreendimentos nas redes de cooperação. Um ponto fundamental na organização da unidade de produção dos empreendimentos passa pela formação da escala de produção, que depende de procedimentos para organização dos registros nos processos produtivos.

As entidades/assessoras das redes têm consciência do desafio da construção da gestão da informação para atender as demandas de novos processos para alcançar a escala de produção, com a industrialização da produção e/ou o beneficiamento. Mas a formação da escala de produção não faz parte de um processo isolado, depende de variáveis determinadas pelo processo de produção, comercialização e articulação no território.

A solução dos problemas de articulação dos empreendimentos e sua integração nas redes passam pela organização da equipe de técnica para atender sistematicamente os empreendimentos: ou seja, a criação de metodologia para atendimento direto dos empreendimentos e cronograma de monitoramento de atendimento. Os instrumentos de planejamento das redes e processos produtivos (plano de rede e plano de cadeia) indicaram alguns elementos com forte incidência na organização da base das redes e a sua estruturação de governança para integração voltada ao atendimento direto nos empreendimentos.

Em resumo: a estruturação de governança tem como termo concreto das ações a organização da equipe técnica diretamente nos empreendimentos. A estruturação do Plano de Rede no atual cenário passa pela valorização dos empreendimentos, tendo a integração da esfera de produção e comercialização organizada para atender o cotidiano dos trabalhadores nas suas demandas.

Como se observou no trabalho em grupo na oficina de redes de produção (análise do plano de rede e plano de encadeamento de cadeia – ver anexo C), os principais pontos na análise dos instrumentos passam por procedimentos para identificação do perfil da rede (gestão dos registro/informação), promoção da governança da rede de cooperação (definição das instâncias de gestão da rede) e a criação de instrumentos para coleta de informação do processo produtivo (formação de escala de produção e demandas específicas dos empreendimentos).

| Questões | Âmbito do problema | Estratégia (solução) |
|---|---|---|
| Registros artesanais nos empreendimentos | Dificuldade na construção de dados para o plano de rede | Identificação do empreendimento: fluxos econômicos, identidade comum (no território, cultural, comunidade, político etc.) e a história do empreendimento. (Ver no Anexo C – plano de rede na página 3, levantamento dos potenciais nos empreendimentos e território para criar a rede). |
| Dificuldade / Falta de comunicação | Dificuldade de encontrar mecanismos de comunicação com os empreendimentos. | Definir Estrutura de Governança (ou seja: criar mecanismo participativo, com a definição do processo de comunicação – cronograma de reunião, instância de governança e monitoramento) (ver página 3 do Plano de Rede). |
| Formação da Escala de Produção | Dificuldade na formação da escala de produção. | Processo de formação da escala de produção depende da avaliação do planejamento do encadeamento produtivo. (ver anexo C – referência para elaboração do encadeamento produtivo). |

**Fonte:** Elaboração equipe técnica da ADS

Nas discussões nos grupos para a avaliação da aplicação dos instrumentos, percebe-se a clareza que se tem quanto a alguns pontos fundamentais para implantação/gestão das redes e o encadeamento dos processos produtivos:

► **Governança:** ainda tem-se problema da dependência da figura de "chefes" para tomar decisões (existe pouca iniciativa, principalmente na equipe técnica para tomada de decisões com autonomia diante dos problemas vividos na integração dos empreendimentos nos processos produtivos e políticos);

► **Diagnóstico:** existe deficiência nos diagnóstico para compreender as reais demandas dos empreendimentos e definir as ações ou cada ação de acordo com as demandas. "(...) seria o marco inicial de cada ação, primeiro é saber o que o grupo realmente quer. Definição dos limites e das relações que vai ter... seja de assessoria...[ou outras questões]" (Registro do resultado da discussão em grupo na oficina das redes de produção)

► **Plano de negócio:** existe deficiência de diagnóstico para construir o Negócio Solidário. "(...) plano de negócios que seja de fato direcionado aos (empreendimentos)... fazer uma adaptação técnica para aplicar [de acordo com a realidade ou demanda]". (Registro do resultado da discussão em grupo na oficina das redes de produção).

► **Escala de produção:** o problema da formação da escala de produção passa pelo planejamento dos processos produtivos, processo de trabalho, maximização da escala produtiva e definição dos preços de vendas.

As discussões dos dois instrumentos apontam alguns elementos que serão tratados principalmente nos resultados das visitas técnicas no terceiro capítulo. Ou seja: existem aplicações de procedimentos e instrumentos que complementam os instrumentos de orientação institucional (Plano de rede e Plano de encadeamento da cadeia produtiva).

Em resumo: os instrumentos institucionais foram fundamentais para orientação dos eixos do balizamento conceitual e metodológico, quanto à importância dos processos de governança na rede e da compreensão do encadeamento da cadeia produtiva no planejamento das trocas econômicas.

Mas o mais relevante nas discussões dos trabalhos nas oficinas de balizamento foi o destaque dado à articulação da base da formação da rede: ou seja, os empreendimentos e sua realidade de acordo com as suas demandas. Com isso, surge a preocupação em tomar como referência dos planos de gestão das redes e da viabilização da cadeia produtiva o "trabalho coletivo", representado nas demandas dos trabalhadores e trabalhadoras nas suas organizações.

## Reflexão sobre os conceitos de redes de cooperação: o trabalho cooperativo, trabalhador@s e empreendimentos

O balizamento conceitual e metodológico deve ser entendido como um processo em construção de novo estágio de uma política afirmativa de cooperação e valorização do trabalho. Os seus procedimentos metodológicos foram considerados de acordo com as múltiplas experiências existentes de produtivos em redes de cooperação, principalmente na identificação das relações de trabalho e sua caracterização no processo de cooperação em rede.

As fontes de informações e o seu nivelamento se deram no contexto de múltiplas economias de caráter solidário e sua forma de mobilizar os trabalhadores (as), considerando as suas cadeias produtivas e o seu território de atuação, os empreendimentos e a esfera de articulação da produção e comercialização e o apoio das bases de serviços.

Portanto, a metodologia de trabalho da sistematização no balizamento conceitual e metodológico seguiu dois processos complementares fundamentais:

**a)** As informações mapeadas nas vinte e duas entidades/assessoras na organização das redes **(ver diagnóstico no primeiro capítulo)**;

**b)** A reflexão coletiva nas oficinas das redes de produção, comercialização e bases de serviços.

Pode se caracterizar as entidades/assessoras das redes a princípio num campo amplo de articulação dos trabalhadores e seus empreendimentos nos processos produtivos, representados por demandas nos processos produção-comercialização e sua realização em cadeias produtivas específicas. Portanto, cabe situar as entidades/assessoras das redes na gestão para promoção das relações técnicas de produção, articulação dos fatores de produção, promoção da comercialização, apoio no assessoramento técnico e alocação de recursos nos processos produtivos.

Porém, as experiências se mostraram mais amplas nos seus objetivos, envolvendo outras demandas presentes na comunidade e territórios. A compreensão das redes e sua relação com o processo produtivo pode ser identificada como o trabalho inscrito numa estrutura social, cultural e econômica. Portanto, o trabalho de cooperação solidária tem neste sentido novas perspectivas para articular o espaço de trabalho e as demandas

do trabalhador no território, encaminhadas pelas relações sociais na produção, a realidade vivida pelo trabalhador e as cadeias produtivas.

Nesta perspectiva pode se falar, em primeiro lugar, da existência de trabalho coletivo, definido nas suas práticas e experiências de organização do trabalho cooperativo. Identifica-se nas experiências das entidades/assessoras de redes que o trabalho coletivo está inscrito numa estrutura social e cultural, que antes mesmo da organização em rede, já indica o caminho de práticas de cooperação na comunidade e cotidiano dos trabalhadores. Por exemplo: a ajuda mútua dos trabalhadores nas colheitas coletivas, a divisão de trabalho nas comunidades, a constituição de associações de moradores de bairros entre outras organizações comunitárias, e mesmo as festas de caráter religioso e de caráter popular. Tudo isto indica o princípio de cooperação, ou de trocas recíprocas na comunidade.

Os empreendimentos solidários são certamente a base do processo de organização dessas trocas do ponto de vista do trabalho coletivo, ou do trabalho para estabelecer as relações positivas do trabalho cooperativo nas redes de cooperação. Sem os empreendimentos solidários e sua posição cooperativa, as redes não poderiam se estabelecer nas práticas produtivas, autogestão e sua construção política. Enfim, seria mais um empreendimento de caráter produtivo, mesmo com resultados positivos ou inserido em bons processos de gestão da sua figura jurídica (ou em cooperativa).

Em todas as discussões e reflexões sobre o conceito de redes de cooperação houve a preocupação com a perpetuação de práticas autogestionárias e formação de lideranças para transmitir o legado da cooperação solidária entre gerações. Esse ponto diferenciador constrói o perfil particular das redes e empreendimentos, feitos num contexto de mobilização dos processos produtivos e das lutas políticas encaminhadas pela história local dos trabalhadores. Mas essa história, apesar de local, se realiza num contexto maior das lutas históricas dos trabalhadores, comprometidas com a criação das pautas nacionais da economia solidária e das contribuições nas pautas de lutas gerais dos trabalhadores.

Em resumo, percebe-se que o balizamento conceitual e metodológico nas várias atividades coletivas do projeto "redes solidárias: passos para a sustentabilidade" sempre teve a preocupação com discussões com:

**a)** Os empreendimentos na base dos processos produtivos;
**b)** A valorização do trabalho coletivo e cooperativo;
**c)** A definição da atuação nas cadeias produtivas específicas;
**d)** A articulação política no território; e
**e)** A promoção da autogestão no espaço de produção e gestão das unidades produtivas.

Logo, a organização do trabalho cooperativo na base das redes tem os empreendimentos solidários como o primeiro processo de articulação e mobilização dos trabalhador@s. Segundo, o trabalho cooperativo assume novas dimensões na construção da sustentabilidade nas redes de cooperação, representada pelos processos produtivos nas cadeias produtivas, as interações sociais nas comunidades e a articulação dos atores sociais nos territórios.

## Reflexão crítica sobre as redes de produção, comercialização e bases de serviços: elementos para constituição do conceito de redes de cooperação

As atividades do projeto "redes solidárias: passos para a sustentabilidade" foi uma jornada de troca de experiências e intercâmbios de informações com a finalidade de construir coletivamente o balizamento conceitual e metodológico, apontar eixos estratégicos no território e suas sinergias nacionais. Também propôs a construção de indicativos para a articulação e mobilização das redes nos territórios e nacionalmente.

O ganho desta jornada foi, em primeiro lugar, a interação entre as diversas entidades organizadoras das redes, tendo como resultado as parcerias entre redes para a comercialização e ação política, o entendimento sobre a condição do trabalho cooperativo no atual cenário da economia solidária (Ecosol) e a inclusão de uma pauta política mais ampla na cooperação solidária. A juventude, por exemplo, lançou novas bases de reflexão sobre os princípios e diretrizes da Ecosol com a estruturação da Juvesol (Juventude da Economia Solidária); as mulheres passaram a ocupar um lugar de destaque na introdução de suas pautas nos debates sobre a construção das redes, e, principalmente, houve a interação entre as entidades organizadoras das redes do campo e da cidade.

Mas ainda temos pontos a serem tratados quanto ao caráter específico do funcionamento das redes de cooperação, como a preocupação, o tratamento das suas relações técnicas de produção, articulação do mercado para a comercialização, a articulação e mobilização política. No sentido geral do balizamento conceitual e metodológico, as entidades/assessoras das redes seguem os mesmos princípios e diretrizes na articulação da cooperação numa estrutura organizacional determinada pelos empreendimentos (cooperativas e associações),

articuladas no território e valorizada no seu protagonismo nas comunidades.

As configurações específicas das redes, no balizamento conceitual e metodológico de acordo com as suas realidades locais, demonstraram que o cenário atual da Economia Solidária (Ecosol) se vincula a um novo estágio de formulação estratégica para construção de parâmetros de sustentabilidade dos arranjos produtivos, fortalecimento de políticas públicas de apoio à produção, comercialização, assessoramento técnico, formação/educação popular e desenvolvimento local/territorial.

O balizamento conceitual e metodológico trouxe à luz, nas discussões e reflexões coletivas, um novo campo de interação na Ecosol e seus arranjos produtivos, determinado principalmente por demandas mais amplas para atendimento das comunidades nos seus territórios. Pode-se assim delimitar as redes num processo amplo de interação com as atividades produtivas, instituições públicas, processos políticos e históricos das lutas dos trabalhadores e a comunidade. Por isso, pode-se afirmar que as redes se inscrevem estrategicamente numa estrutura econômica local, social, cultural e política para determinação da construção da confluência de resultados amplos da sua atuação, definida primeiramente no atendimento das mais diversas demandas dos empreendimentos solidários nas suas comunidades e definida num processo de integração nacional.

Não se pode, portanto, reduzir a atuação das redes somente às atividades econômicas e financeiras e nos seus resultados; seu processo de atuação passa por atendimento da realidade das demandas econômicas no território, como também das demandas sociais, culturais e políticas. Certamente, as redes só podem se construir consoante com a realidade local na constituição de seus parâmetros de sustentabilidade e articulada de acordo com as demandas mais amplas das comunidades.

A experiência em redes traz no seu bojo o alinhamento da experiência local para determinação nacionalmente de um projeto político à construção de outra economia, ou uma economia de caráter solidário, além dos parâmetros exclusivos de mercado e pautados somente nos resultados econômicos. Os processos locais e territoriais tornam-se fundamentais para apropriação da experiência necessária à definição da sua política nacional, respeitando os processos locais como suporte de articulação e mobilização de agendas específicas no território e suas sinergias nacionais.

A tarefa de promover o balizamento conceitual e metodológico fez parte desse alinhamento nacional das experiências de redes, tendo como fonte de informação os procedimentos das entidades organizadoras da esfera da produção, comercialização e bases de serviços (assessoramento técnico, formação e educação popular). Portanto, o balizamento conceitual e metodológico se deu, num primeiro momento, na reflexão coletiva em três oficinas com foco nas redes de produção, comercialização e bases de serviços **(ver Anexo B – metodologia das oficinas de balizamento)**.

Com isso, a atuação das redes indicou uma referência fundamental ao balizamento conceitual e metodológico; ou seja, os processos produtivos na base das redes, identificados pelos empreendimentos solidários e suas relações com a comunidade e o território. Portanto, pode se situar as experiências das redes num campo de articulação e mobilização das atividades produtivas com vínculos na comunidade e território, mas determinado na base das relações produtivas e sociais dos empreendimentos.

Ainda, destacam-se outras referências fundamentais na sistematização/balizamento dos conceitos e metodologias de redes, representada pela atuação política dos trabalhadores, o processo histórico da construção da cooperação solidária, a construção da memória da Ecosol e o protagonismo político das organizações. Os termos da formação política se colocam numa reflexão da construção das identidades das suas organizações, criação de instrumentos participativos, promoção da memória das suas conquistas, garantia da sua herança histórica e a transmissão dos seus legados entre gerações.

## A perspectiva do balizamento conceitual e metodológico: contribuições das reflexões na oficina das redes de produção

Ao tomar a construção coletiva do balizamento conceitual e metodológico com foco específico nas redes de produção, a compreensão do conceito de redes passa, necessariamente, pela existência de trocas materiais e econômicas. Mas não se trata de reduzir os processos de trabalho inserido exclusivamente nas relações técnicas de produção; seu alcance no campo da Ecosol agrega outros valores, ou valores do exercício da política nas tomadas de decisões coletivamente no espaço de produção e o cultivo da democracia interna entre os trabalhadores nos seus empreendimentos.

Cabe destacar que os empreendimentos, nas suas redes de produção, demandam a melhoria do produto para comercialização, avaliação de custos de produção, operacionalização qualificada de instrumentos, atenção nas relações técnicas de produção, promoção da inovação tecnológica e gestão dos processos produtivos. Mas, pode se apontar que existe, também, a preocupa-

ção com a autogestão, tendo como princípio a inclusão de procedimentos participativos dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão na esfera de produção e alocação de recursos nos processos produtivos. Para tal, compreende-se a importância de programas de formação política para articulação efetiva de práticas cotidianas das redes quanto ao conceito de autogestão e participação democrática.

A primeira reflexão acerca do balizamento conceitual e metodológico na oficina de rede de produção nos trouxe alguns elementos fundamentais para desconstrução do paradigma da sustentabilidade compreendida somente por relações técnicas de produção e balizada pelos resultados econômicos.

As entidades organizadoras das redes têm nos seus objetivos organizacionais planos de instrumentalização e operacionalização da produção com o propósito a racionalização dos processos produtivos. Entretanto, esses processos se inserem numa perspectiva mais ampla de relacionamento para inclusão produtiva dos trabalhadores, com a valorização do trabalho cooperativo e a construção da autonomia política dos trabalhadores como elemento fundamental dos parâmetros de sustentabilidade. Portanto, pode-se identificar na política de Ecosol o resgate ou a valorização do trabalho como gerador de valor/riquezas e transformador político dos processos produtivos com a integração da produção, comercialização, demandas da comunidade, gestão racionalizada e articulação de procedimentos no fortalecimento da autogestão.

A radiografia preliminar dos empreendimentos solidários (EES) e sua interação na esfera de das redes de produção demonstrou que as principais proposições na organização da produção se apresentam no encadeamento do processo produtivo determinado em quatro alinhamentos.

| Produção | Comercialização | Atividades na Comunidade | Gestão |
|---|---|---|---|
| ► Beneficiamento produção/vendas diretas da produção.<br><br>► Transformação (agregação de valor).<br><br>► Produção em espaços de trabalho de forma alternativa ao mercado (promoção do trabalho coletivo e inclusivo dos trabalhadores).<br><br>► Aumento da escala de produção em rede (melhoria do preço e produção em escala). | ► Grupos de comercialização por meio de compras institucionais (PAA – Programa de Aquisição de Alimentos/ CONAB, PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar).<br><br>► Articulação da comercialização no varejo em pontos de vendas – feiras, quitandas locais, bodegas e ponto fixo.<br><br>► Logística solidária (promovidas entre os trabalhadores).<br><br>► Promoção do Consumo consciente (promoção do produto solidário). | ► Ação participativa na comunidade (trabalho com a comunidade, participação das organizações locais, organização de atividades culturais etc.).<br><br>► Ação política no território (participação em fóruns, lutas políticas locais e nacionais etc.).<br><br>► Promoção da Cultura local (apoio financeiro aos grupos de cultura, debates sobre a cultura da comunidade, organização de festas e atividades culturais na comunidade).<br><br>► Promoção de debates sobre gênero, etnias e temas conjunturais de política inclusiva e combate à exclusão dos trabalhadores. | ► Central para assessoramento e administração (centralização da administração e gestão com apoio técnico aos empreendimentos).<br><br>► Valorização dos processos autogestionários. |

**Fonte:** Grupo de trabalho na Oficina de Balizamento Conceitual e Metodológico das Redes de Produção. Recife. 2014.

As organizações não veem a produção separada das outras instâncias do processo de articulação em redes, ou melhor, os processos produtivos, a comunidade, a sociedade civil e o mercado estão integrados por alinhamentos entre os processos produtivos, território e sociedade civil.

Logo, podemos sintetizar as relações técnicas de produção no encadeamento produtivo com as:

**1)** Demandas da comunidade;

**2**) Construção do produto à sociedade de forma consciente (consumo consciente e responsável);

**3**) Redefinição do espaço de trabalho de forma alternativa a ideologia de consumo de mercado;

**4)** A organização dos processos produtivos centralizados na gestão e administração de forma participativa; e

**5)** Permeados por temas à articulação política no campo dos direitos (gênero, etnias, cultura etc.).

Ao mesmo tempo existem preocupações na gestão dos processos de produção para viabilizar as trocas

materiais nos processos produtivos:

**1)** Determinado pelo beneficiamento da produção;
**2)** Agregação de valor à produção com a transformação;
**3)** Aumento da escala de produção e produtividade;
**4)** Controle de custos e preço;
**5)** Definição de pontos estratégicos de venda no varejo;
**6)** Articulação de compras institucionais; e
**7)** Definição de eixos das políticas públicas de apoio à produção.

Ao processo das relações para viabilizar a produção, pode se alinhar outra motivação para a criação das redes, representada pela conciliação entre as relações técnicas de produção para efetivar as trocas materiais (econômicas) e as trocas simbólicas (cultura e política), encaminhadas, principalmente, nos processos culturais da comunidade, nas suas lutas políticas construídas numa agenda de combate à exclusão dos trabalhadores nos processos produtivos tradicionais e na construção de estratégias políticas no território de integração do trabalho ao desenvolvimento local.

A seguir, apresentamos as principais motivações para a criação das redes de cooperação solidária.

| Motivação | Objetivo Estratégico | Eixo de Balizamento |
|---|---|---|
| Fazer parte da mesma cadeia produtiva ou segmento populacional. | Articulação de atores em redes da mesma cadeia produtiva, gênero, movimentos sociais, grupos de mulheres, articulação política e comercialização. | As redes se mostram numa multiplicidade de segmentos para definição dos processos produtivos (a criação das redes depende principalmente dos processos produtivos e as condições das lutas políticas no território). |
| Fortalecimento da comercialização (enfrentamento do atravessador, pontos de articulação de vendas, logística solidária etc.). | Articulação da comercialização e gestão do mercado. | Criar mecanismos em rede para enfrentamento das exigências do mercado (a produção se integra à comercialização como forma de viabilizar estratégia de enfrentamento do mercado). |
| Fortalecimento dos grupos produtivos. | Articular os arranjos produtivos, grupos familiares, grupos de trabalhadores urbano e rural etc. | A base das redes de cooperação solidárias é determinada por trabalhadores da mesma cadeia produtiva, famílias ou grupos de produção, arranjos produtivos rurais e urbanos (as redes de cooperação são formadas por multiplicidade de economias de acordo com as demandas locais, regionais e nacionais). |
| Diferenciação dos produtos. | Segurança alimentar, consumo consciente etc. | O produto da economia solidária e suas redes de cooperação tem como marca principal a diferenciação dos produtos com a preocupação o consumo da sociedade e a sustentabilidade (o produto da economia solidária traz na sua marca a representação política e se enquadra numa pauta de luta política para construção dos direitos dos trabalhadores e da conscientização da sociedade). |
| Reconhecimento e dinamização dos processos de redes de cooperação solidárias. | Potencializar a Ecosol. | Segue os eixos, princípios e diretrizes da economia solidária (as redes de cooperação possibilitam o reconhecimento dos empreendimentos e trabalhadores na sociedade, possibilita a dinamização dos processos produtivos e construção da sustentabilidade). |
| Permanência no meio rural. | Combate ao êxodo rural e inclusão da juventude nos processos de produção solidária. | Preocupação política com a inclusão produtiva no combate a exclusão do seu espaço de trabalho (estratégia política de inclusão e garantia de direito ao trabalho e/ou ao espaço de trabalho). |
| Busca de alternativas de trabalho. | Fomento à geração de renda. | Preocupação com a inclusão de trabalho e geração de renda (fomentar o direito ao trabalho, a renda e ao espaço produtivo). |
| Resgatar o cooperativismo como forma de cooperação econômica. | Fomento à cooperação solidária. | Preocupação com a inclusão produtiva e econômica organizada no cooperativismo solidário, ou seja, de acordo com os princípios da Ecosol. |
| Formação política. | Formação política e educação popular. | Preocupação com a formação política dos trabalhadores como eixo das bases de serviços. |

**Fonte:** Grupo de trabalho na Oficina de Balizamento Conceitual e Metodológico das Redes de Produção. Recife. 2014.

A motivação na criação das redes tem, em essência, promover a inclusão econômica dos trabalhadores nos seus mais diversos arranjos produtivos para atender realidades diferentes, para o desenvolvimento de estratégias para a melhoria dos processos produtivos e da sua representação política. Por isso, as redes se apresentam em uma multiplicidade de arranjos produtivos e múltiplas economias na promoção de diversos tipos de trocas (materiais e simbólicas) na comunidade e no território. Portanto, a criação das redes não se motivou somente para solucionar problemas econômicos ou das relações técnicas de produção; elas vão além dos processos financeiros para incluir questões sobre gênero, lutas dos movimentos sociais, segurança alimentar, consumo consciente e responsável, movimento institucional de saúde mental, evitar o êxodo de jovens do meio rural, promoção da luta feminista e a formação política.

Na esfera de produção, as redes de cooperação foram criadas para solucionar problemas dos processos produtivos operacionais e da inclusão produtiva dos trabalhadores na geração de renda, como: fortalecimento das atividades produtivas em uma mesma cadeia produtiva, fortalecimento de grupos produtivos e da comercialização e busca de alternativas de renda à população em risco social e econômico. Entretanto, as trocas materiais ou econômicas não têm prioridades em relação às demais trocas, ou seja, as trocas simbólicas, à disposição do trabalhador nas suas práticas cotidianas e sua maneira de produzir seu mundo de acordo com seus costumes e/ou sua cultura.

A inserção das redes, ou a sua abrangência, pode ser nacional, local, municipal, territorial, metropolitano, distrital, estadual, interestadual e regional. Tendo o conceito de território quanto à formação social, econômica e cultural da organização dos arranjos e cadeias produtivas, as redes de cooperação têm o papel de articulação das trocas materiais e simbólicas para viabilizar a sustentabilidade conforme as demandas da comunidade e o desenvolvimento territorial. O conceito de território é extremamente importante para determinação da abrangência das redes e seus pressupostos de sustentabilidade, principalmente quando se trata da definição das demandas nos processos produtivos, como os fatores de produção na cadeia produtiva, dos empreendimentos participantes para definição da gestão do apoio técnico, dos planos de logística de comercialização e da articulação institucional das políticas públicas ao desenvolvimento local.

Os desafios atuais das redes passam pela construção de uma política inclusiva; ou seja, inclusão de nova pauta política e de organização do trabalho com a participação das mulheres, combate do êxodo rural de jovens, articulação de políticas públicas para os jovens da periferia etc. Quanto aos processos na esfera da produção, o desafio está na melhoria da gestão (financeira na produção), aquisição de insumo à produção, articulação da produção para comercialização em pontos fixos, plano de logística coletivo e solidário na comercialização, criação de carteira de fornecedores, relação com os consumidores na perspectiva de um consumo consciente e responsável e, finalmente, a construção de uma estratégia de apoio jurídico, fiscal e contábil aos empreendimentos.

A gestão/governança das redes demanda a articulação organizativa e a promoção de mecanismos de autogestão com instrumento de integração da produção à comercialização, como a seguir:

| Política – autogestão | Produção | Comercialização | Problema |
|---|---|---|---|
| ► Conselho Gestor (plural, territorial - identificando organizações madrinhas e nacional de representantes por região e por modalidade).<br><br>► Participação efetiva no FES (Fórum de Economia Solidária).<br><br>► Melhoria na autogestão (desenvolvimento de instrumentos de participação).<br><br>► Incentivar conselhos de desenvolvimento territorial sustentável. | ► Incentivar a produção coletiva. | ► Criar instrumento ao fortalecimento da comercialização/espaço coletivo de comercialização (feira, loja, centro público e central de comercialização).<br><br>► Oficinas de formação logística solidária. | ► Falta da democracia interna (das diretorias das cooperativas para viabilizar a autogestão). |

**Fonte:** Grupo de trabalho na Oficina de Balizamento Conceitual e Metodológico das Redes de Produção. Recife. 2014.

Em outro plano, além da concepção de vários processos integrados, as redes se representam em dois níveis específicos para o balizamento conceitual e metodológico:

► Nível de articulação territorial (governança da rede): determinada pela articulação e mobilização por conselhos gestores e conselhos de desenvolvimento territorial (identificando a integração das atividades pro-

dutivas com processos políticos participativos);

► Nível de articulação interna da rede e empreendimentos (gestão e autogestão): a melhoria da produção coletiva e a autogestão.

A concepção das organizações das redes de produção no balizamento conceitual e metodológico tem como eixo a integração produção-comercialização, dando primazia à comercialização como indicador dos processos finais. Isso nos indica três pontos para a discussão do balizamento conceitual e metodológico:

► A construção de instrumentos metodológicos e procedimentos à integração de processos na comercialização como base de definição da produção (demanda de insumo e construção da identidade de produtos);

► Logística de integração produção-comercialização (central de comercialização, gestão da formação de preço e gestão de custo da produção e comercialização, pontualidade e continuidade da produção para fortalecimento da comercialização); e

► Autogestão dos empreendimentos para incentivar a produção coletiva e a democracia nas decisões (fortalecer os processos produtivos para definir a produtividade, formação de escala, controle de qualidade, promoção do trabalho coletivo e fortalecimento da autogestão).

As atividades econômicas em rede de cooperação produzem impactos no território e na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. As principais contribuições na reflexão ao balizamento conceitual e metodológico podem ser identificadas na construção coletiva dos processos produtivos, na política de rede de proteção, participação nos espaços de discussão coletiva e impactos políticos no território. Abaixo as contribuições sobre esses impactos das redes na reflexão supracitada.

| Empreendimentos/Trabalhadores | Sociedade | Desafios |
|---|---|---|
| ► Aumento da renda dos trabalhadores e trabalhadoras.<br><br>► Construção coletiva dos processos políticos e produtivos.<br><br>► Promoção do protagonismo dos trabalhadores como atores nas decisões.<br><br>► Reconhecimento e identidade visual dos empreendimentos (visibilidade).<br><br>► Rede de proteção aos trabalhadores.<br><br>► Promoção da participação nos espaços de discussão coletiva.<br><br>► Permanência dos jovens no território e promoção de políticas feministas.<br><br>► Comercialização da própria produção (autonomia econômica). | ► Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.<br><br>► Impacto em questões políticas e econômicas no território (luta das mulheres na inclusão no mundo do trabalho, promoção do consumo consciente e responsável, luta pela terra etc.). | ► Aumentar as vendas (vender em toda área de abrangência da rede de cooperação).<br><br>► Diminuição de violência contra mulheres (valorização das mulheres no processo produtivo solidário e proteção).<br><br>► Fortalecimento dos empreendimentos e identidade pós-produção na comercialização do produto.<br><br>► Reinserção social dos trabalhadores. |

**Fonte:** Grupo de trabalho na Oficina de Balizamento Conceitual e Metodológico das Redes de Produção. Recife. 2014.

Portanto, a economia solidária e a estratégia de redes de colaboração se definem em um campo econômico e político amplo, que deve considerar a sustentabilidade econômica, a participação social e política do trabalhador e a preservação dos costumes e cultural da comunidade.

Porém, ainda existem carências, determinadas, principalmente, nos conflitos dos fatores internos e externos nos processos produtivos nos empreendimentos. Essas carências só são possíveis de superação com a definição de estratégias para suprimir as ausências, nos conflitos internos (condições endógenas) dos processos produtivos e nos fatores externos (condições exógenas) promovidos pelo mercado tradicional.

A produção deve antes ser concebida com a comercialização, definida principalmente na composição dos custos do produto ao mercado e sua marca compreendida nos princípios de cooperação solidária. Logo, a com-

preensão da produção e comercialização como estratégia única não só significa ganhos nas trocas materiais, mas redefine o caráter de redes no campo da integração dos demais níveis de acordo com os princípios da Ecosol. Como foi indicado na oficina de rede de produção:

> ***"(...) temos que tomar cuidado com algumas palavras (conceitos), discutir em caráter de rede e não só de produção. Não há separação entre produção e comercialização – é uma estratégica única."*** (registro das reflexões na plenária da oficina da rede de produção).

Pode se concluir que a produção não está separada da comercialização, fazem parte de um mesmo processo: a produção, ou a sua contribuição ao conceito no balizamento conceitual e metodológico das redes, passa pela integração da produção e comercialização como estratégica unificadora da sustentabilidade nas trocas materiais ou econômicas. Os processos e instrumentos de integração da produção-comercialização, mesmo sendo diferentes, devem se manter na estratégia da integração para afirmar o seu caráter de rede, e não só dos processos operacionais da produção, ou de processos operativos estaques, ou dos resultados de mercado na comercialização.

As redes de cooperação solidária têm papel mais amplo, definido num ambiente operacional de integração da produção à comercialização, como também a integração de processos solidários na relação com o mercado. Pela perspectiva do mercado, existe a definição de outros fatores com a definição de estratégias para promover o produto ao consumo responsável e consciente; já na produção, cabe assinalar os processos internos com a valorização da autogestão, o cultivo da democracia interna, a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Outro ponto de extremamente importância da atividade de redes na esfera da produção para integração produção-comercialização passa pela conquista da escala de produção, e, por extensão, a integração da escala de produção dos empreendimentos na rede de cooperação deve ser precedida pela produtividade nos empreendimentos. Como foi indicado no debate em Plenária na oficina da rede de produção:

> ***"Formação da escala de produção – ... se viu que a necessidade de discutir mais, numa oficina próxima e específica. Sentimos necessidade: pensar mais o conceito de escala. É um tema que está posto para a economia solidaria, precisa focar mais o processo produtivo, não há acúmulo de compreensão sobre esse tema. Precisamos de uma oficina voltada para análise de processos produtivos, processo de trabalho, escala, maximização da escala produtiva, definição dos preços de vendas. Focar nas experiências diversas dos vários segmentos."*** (registro das reflexões na plenária da oficina da rede de produção).

Esse processo não se reduz aos indicadores posteriores à produção e comercialização, ou só nos resultados financeiros posteriores ao processo de formação de escala e comercialização. Inicia-se, certamente, na definição do diagnóstico da capacidade física/ técnica de produção dos empreendimentos, nos fatores de produção disponíveis nas cadeias produtivas e nos territórios. Portanto, as melhorias da produtividade dos empreendimentos e controle de custos para definição dos preços dependem da capacidade de produção e capacitação técnica do trabalhador e do planejamento do espaço de produção – ou seja, o desenho produtivo.

As entidades de organizações das redes têm consciência do desafio da formação de escala, a demanda de novos processos de industrialização da produção e/ou o beneficiamento e melhoria das indústrias já existentes. Mas, ainda carecem de um processo de integração ou de mecanismos de integração da produção-comercialização viabilizada pela assessoria técnica de acordo com as reais demandas dos empreendimentos (e/ou base de serviços).

Pode se identificar falhas na aplicação dos diagnósticos nos levantamentos da demanda e da realidade vivida pelos empreendimentos. Outra questão está na distância entre as redes e os empreendimentos na construção do "negócio"; ou seja, a necessidade de construir ou conceber os negócios direcionados diretamente aos grupos ou empreendimentos solidários.

> ***"(...) necessitamos de um plano de negócios que seja de fato direcionado aos grupos que trabalhamos".*** (registro das reflexões na plenária da oficina da rede de produção)

Os instrumentos de diagnósticos foram identificados no campo da articulação entre a gestão dos processos produtivos e integração em redes de cooperação. Como forma de integração da produção-comercialização, direcionados à definição da organização para articular os processos produtivos e de mercados.

> ***"Caracterização dos empreendimentos /análise de mercado – para pensar a produção, consumidores, fornecedores e concorrentes de acordo com o território / plano de marketing/ plano operacional/plano comercial/ plano financeiro – custeios do empreendimento / construção de cenários em conjunto... com a análise de mercado, seja positivo ou negativo...avaliação... estratégias. Estas informações seriam para implementar o Plano Desenvolvimento de Rede - organização e***

> ***gestão. Instrumentos de controle na produção na rede, apropriação nas tecnologias, principalmente nas gestões...*"** (registro das reflexões na plenária da oficina da rede de produção).

Aqui existe um processo de orientação ao planejamento em redes de cooperação que situa os processos de integração interna aos empreendimentos e externo à rede, centrado, principalmente, na constituição do negócio com a análise de mercado para pensar ou pautar a produção. O mercado pode, assim, ser definido na compreensão das disposições dos consumidores e fornecedores, como orientação ao planejamento da produção e concorrência no território, como também definidos na análise do custeio dos empreendimentos e construção de cenários com análise de mercado.

Ao tomar a ideia de um **Plano de Desenvolvimento de Rede**[15] – organização e gestão, o processo de "integração" da produção ganha novo status, ou seja, definição de procedimentos, instrumentos com foco no controle da produção e análise do custeio dos empreendimentos, voltados à articulação do produto solidário ao mercado, como negócio solidário.

Logo, o processo de integração produção-comercialização passa pela definição do negócio solidário, com a preocupação principal em identificar as condições dos custos nas trocas materiais na produção e suas relações com o mercado para articulação do campo da solidariedade. A promoção da integração produção-comercialização no negócio solidário passa pelo consumo consciente e responsável, negócio economicamente sustentável, distribuição justa dos resultados, comércio justo, segurança alimentar e nutricional, preservação e promoção da diversidade ambiental e defesa dos direitos dos trabalhadores.

Esse movimento indica a intermediação da política no balizamento conceitual e metodológico das redes de cooperação no seu caráter solidário, ou seja, o papel da política na integração das trocas materiais ou econômicas na produção e comercialização. O caráter solidário nas trocas materiais requer a compreensão do ambiente e das contradições existentes no mercado, conduzido por resultados financeiros e nas condições vividas pelos trabalhadores historicamente.

A política na integração tem a capacidade de rearticular um campo mais amplo de discussão e reflexão sobre os processos de produção e comercialização, compreendida no tempo, e não apenas nos problemas pontuais das trocas materiais; ou melhor, resgatar elementos fundamentais do trabalho e solidariedade na história de luta dos trabalhadores e nas suas trocas simbólicas. Cláudio Nascimento[16] destaca que deve se tomar as discussões dos processos das trocas materiais na perspectiva das trocas simbólicas e do tempo, ou seja, na história. Pois as discussões voltadas unicamente aos problemas pontuais se reduzem a uma reflexão distante das condições históricas ou da construção da memória das lutas sociais e políticas. Assim, divide conceitualmente a sua análise em **memória de curta duração, média duração e longa duração**[17], que nos indica que:

> ***"Só disputamos política se construímos memória. Primeiro: uma memória longa. Nós estamos aqui hoje porque houve Zumbi dos Palmares, Canudos, Ligas Camponesas entre outras em nossa história de lutas e resistência. E ainda, porque tem grupos que praticam a Ecosol sem dizer o nome. Esta é a memória longa duração que nós temos. Também temos uma memória de media duração. Em 2010 teve um encontro da rede CFES [Centro de Formação em Economia Solidária]. Virou um programa nacional, pois o movimento de Ecosol já sentia esta necessidade. Houve um salto de qualidade, pelo menos enquanto proposta (...) Hoje este encontro aqui ...é a memória de curta duração. As redes estão apresentando um grau de organização elevada e consideravelmente importante. Já se passaram quatro anos e estamos fazendo Ecosol num outro patamar, mais de caráter estratégico. Estamos atacando num outro patamar e vamos avançar mais (...) Numa palestra do Paul Singer alguém perguntou o que precisaria para Ecosol ser uma política de Estado. Ele respondeu que é o tempo – história. Na verdade é isso mesmo. Precisamos analisar este horizonte dentro da temporalidade, dos acúmulos."*** (análise de Cláudio Nascimento na Oficina das Redes de Produção, setembro de 2014)

Na avaliação dos processos da Ecosol, Cláudio Nascimento alerta sobre a importância da memória e da história. E, nas demandas de suporte ao novo processo de construção desse estágio da Ecosol, é fundamental não se esquecer das políticas de Estado. Então, o momento de balizamento conceitual e metodológico das redes de cooperação deve ser analisado no "horizonte dentro da temporalidade e dos acúmulos", com a intenção da construção de "outra economia".

---

**15**. Ver Plano de Rede e Plano de Encadeamento Produtivo (anexo).
**16**. Consultor de formação e educação popular do projeto "Redes Solidárias: passos para a sustentabilidade".
**17**. Ver texto de análise do conceito de memória de curta, média e longa duração no capítulo primeiro.

A Ecosol e seu novo estágio à construção das redes de cooperação reivindicam o tempo, a história, que ainda está em construção, e que antes de tudo deve ser avaliada por uma memória de longa, média e curta duração. Isto é, a filiação do conceito de redes à história, nos processos de lutas populares, das trocas simbólicas, da necessidade de uma política de Estado e da construção de outra economia no cenário atual. Portanto, pode se dizer que existe um processo de construção das redes de cooperação. Mas ainda os trabalhadores e trabalhadoras estão nos alicerces dessa construção. E, por isso, deve se alinhar algumas advertências necessárias à constituição da tarefa do balizamento conceitual e metodológico:

1ª advertência: passa pela necessidade de analisar este horizonte dentro da temporalidade e dos acúmulos (a história e o papel do Estado);

2ª advertência: passa pela construção da disputa política por valorização da memória, e, por extensão, da história e a construção de outra economia;

3ª advertência: a necessidade de construir uma política de Estado à Economia Solidária (a disputa política no campo das políticas públicas); e

4ª advertência: a valorização das realidades diferentes vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras na construção do conhecimento conceitual e metodológica das redes de cooperação (as trocas materiais e simbólicas).

Existem claramente vários acúmulos na Ecosol. E, principalmente, o estágio atual apresenta um cenário concreto, quando se trata do balizamento conceitual e metodológico sobre as redes de cooperação de acordo com demandas claras na esfera de produção, comercialização, apoio do assessoramento técnico e a necessidade da construção coletiva de um programa de formação política. Os empreendimentos econômicos solidários estão produzindo, estão comercializando e recebendo apoio técnico operacional e político, mas, ainda insuficiente para a grande tarefa da construção da sustentabilidade de acordo com os princípios e diretrizes da economia solidária.

Em síntese, os processos de identificação dos conceitos de redes na esfera de produção não podem ser colocados de forma estática, distante das demais esferas das atividades produtivas das redes, acúmulos históricos da luta dos trabalhadores e sua inserção no mercado. Não se trata de um tratamento pontual, ou operacional, mas de um processo de integração dos vários níveis da produção direcionados à comercialização para construção da sustentabilidade e das articulações políticas no campo das políticas públicas.

## A perspectiva do balizamento conceitual e metodológico: contribuições das reflexões na oficina das redes de comercialização

> *"A importância da atuação na esfera da comercialização para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos justifica-se pela tendência, natural do mercado, de gerar concentração no número de vendedores (oligopólios) e compradores (oligopsônios), e de ocasionar uma redução progressiva do valor agregado da produção. Pode-se adicionar a esse rol a tendência geral verificada nos mercados de massa para que os contratos de fornecimento sejam estabelecidos com vendedores que têm elevada capacidade de oferta visando à redução de custos de transação."* (documento final da Conferência Temática de Comercialização Justa e Solidária, 2014, p. 7).

A economia solidária é um fenômeno que tem ganhado crescente visibilidade econômica, social e política. Atualmente, no Brasil e em vários países, sob diferentes denominações, constata-se o crescimento de iniciativas de produção e de prestação de serviços, organizados com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão (Morais, 2013)[18].

Em se tratando das relações produtivas e comerciais entre os EES, como todo planejamento/organização da atividade produtiva está orientado para a venda de produtos, a comercialização do produto pode ser entendida como a síntese do processo produtivo, visto que é nesta etapa que ocorre a efetivação da geração de valor.

Em função disso, entende-se que o tema da comercialização, seja para o atendimento de um mercado privado, seja para o atendimento de um mercado público (institucional), articula o processo produtivo.

Eis aqui a visualização da relevância da comercia-

**18**. MORAIS, Leandro (2013). As políticas públicas de Economia Solidária (ECOSOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema. Campinas: IE-UNICAMP (tese de doutorado).

lização, a partir de um olhar articulado produção-comercialização-assessoramento técnico. Esta articulação só terá êxito se tiver como foco um "exitoso" processo de comercialização. Tal integração deve ocorrer tanto pela perspectiva das trocas materiais (escala de produção, custo, produtividade, qualidade, regularidade etc.), quanto das trocas simbólicas (identidade local, costumes, especificidades das relações sociais, políticas e culturais entre os envolvidos etc.).

Em outros termos, focar na comercialização não significa restringir para o campo das trocas materiais, mas também reconhecer as potencialidades de empoderamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e seus envolvidos, na disputa política, como, por exemplo, através da participação em fóruns e conselhos (nacional, estadual e municipal). Esta representação política garante o acesso dos EES bem como dos empreendimentos de caráter mais social (saúde mental, por exemplo), aos mercados institucionais.

Nesta perspectiva, a questão fundamental na estruturação da integração produção-comercialização passa pela identificação do alto potencial de mercado nacional e internacional aos produtos de uma economia social e solidária. Mas todo o processo de construção da sustentabilidade não se dá simplesmente por inclusão no mercado nacional e internacional, sem antes corrigir as suas condições de sustentabilidade no território e seu projeto de desenvolvimento local.

Para tal tarefa, as unidades produtivas em rede de cooperação devem ter como meta a integração de processos internos, balizados principalmente por ferramentas para viabilização da sua gestão e autogestão: ou melhor, construir procedimentos democráticos e transparência na gestão, tais como definir processos de tomada de decisão coletiva (em assembleia), bem como ter planos de assessoramento técnico definido (assistência técnica, gestão dos processos contábeis, integração das bases de serviços e a formação política).

Entretanto, como se pode notar a partir do Projeto Redes, dentre os desafios a ser enfrentados no campo da economia solidária, a comercialização solidária (sobretudo em rede) constitui-se de grande relevância.

## Especificidades e entraves da comercialização dos EES em rede

Segundo um estudo organizado por Ribeiro, Galizoni & Assis (2012)[19], foram identificados que, do total dos EES sistematizados pelo Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES), 9.992 EES estão articulados em algum tipo de rede de colaboração solidária. Os dados do mapeamento nacional mostram que a comercialização realizada pelos EES foca no mercado local e nacional: 54% dos EES afirmaram vender ou trocar produtos ou serviços no comércio local e comunitário, 26% em mercados ou comércios municipais, 7% em mercado estadual, e, ainda, 3% afirmaram que o destino de seus produtos é a nível nacional e só um 1% realiza transações com outros países.

Entre os produtos comercializados pelos empreendimentos, aqueles de origem agrícola têm amplo destaque, seguidos pelo artesanato. Em muitos casos, há a combinação entre ambos, visto que são atividades que procuram conciliar habilidades pessoais e técnicas com produção diversificada.

Em se tratando especificamente das redes de Ecosol, estas, quando foram constituídas, fortaleceram a união e criaram novos focos nos mercados locais, na agregação de valor, na sustentabilidade e no estímulo à participação. Notou-se que as redes e os intercâmbios da Ecosol permitiram que a história dos grupos fosse entrelaçada com a ação de outros grupos, para experimentar, ousar e reinventar também nos mercados. Por outro lado, percebeu-se também que o "sucesso" dos grupos, a experiência acumulada e a força dos apoiadores não eliminam a necessidade de conviver, vender e depender do mercado convencional. Este é um tema nada trivial em debate.

Nesta perspectiva, as questões associadas à comercialização no mercado convencional permanecem. Ou seja, há necessidade de comprar matéria-prima onde o preço é mais baixo, de participar de licitação, algumas vezes serão arrochados pela logística e pela necessidade de ganhar economias de escala. E, assim, mesmo dentro de uma trajetória solidária, com um núcleo duro voltado e experimentado nesse tema, o "fantasma dos mercados convencionais" ronda os EES.

Outro aspecto refere-se ao fato de que em grande parte das iniciativas pesquisadas está presente a pressão dos mercados sobre os produtos por qualidade, padronização e embalagem. A pressão se manifesta principalmente nos itens associados aos custos, em aspectos tais como produtividade, escala, preços, agroindustrialização, processamento industrial, na produção direta e nos mercados associados a nichos, tais como agroecologia, etnias e cultura local.

Enfrentar esses temas tem sido uma tarefa cotidiana

**19**. RIBEIRO, Eduardo; GALIZONI, Flavia; ASSIS, Thiago (org.). Comercialização solidária no Brasil: uma estratégia em rede. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. 216 p. Relatório final da Pesquisa sobre as estratégias de comercialização solidária no Brasil, parte do Projeto Nacional de Comercialização Solidária, executado pelo IMS em parceria com a SENAES/MTE.

para os EES, visto que sua "autossustentação é um assunto bem delicado, pois são raros os EES que se mantêm sem apoio ou subsídio, sem uma presença ativa de agência de apoio ou poder público". Mesmo os que estão nas feiras, que têm autonomia de produção e relação direta com o consumidor, encontram dificuldades para funcionar sem apoio direto da ação pública, seja no transporte, no ponto de venda, na viabilização das condições políticas de existência.

De acordo com levantamento realizado pela Senaes (2013-14) e por Rêgo (2014)[20], as principais dificuldades de comercialização relatadas pelos EES, foram:

**a)** Falta de capital de giro;
**b)** Estrutura para comercialização (espaço físico, equipamentos etc.);
**c)** Custo elevado de transporte;
**d)** Concorrência e existência de atravessadores e monopólios;
**e)** Precariedade das estradas para escoamento;
**f)** Dificuldades para manutenção da regularidade do fornecimento;
**g)** Dificuldade de encontrar clientes em escala suficiente;
**h)** Preços inadequados;
**i)** Falta de registro para comercialização;
**j)** Exigência de prazos para pagamentos dos clientes.

Entretanto, o mais grave refere-se ao fato do baixo número de empreendimentos que comercializam com outros EES. Entende-se, portanto, que parte das dificuldades de comercialização pode ser enfrentada a partir do fortalecimento dos EES em redes. De acordo com Rêgo (2014, p.71):

> ***Uma vez articulado, o empreendimento consegue favorecer ação mais efetiva no escoamento da produção e maior coordenação da cadeia produtiva, favorecendo a aproximação entre produção e consumo. Articular produção e consumo significa possibilitar que empreendimentos comercializem em conjunto e entre si, principalmente através da organização conjunta de produtores e consumidores, com base na clareza que se deve ter de que ninguém apenas produz ou consome.***

Tal aspecto já fora advertido por Singer (2002)[21], para quem a forma mais provável de geração de uma dinâmica própria para a Ecosol é a integração dos grupos nessas redes de produção, comercialização, consumo e crédito, a fim de que se alcancem níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias. Além do que, os dados revelam que os EES participantes dessas redes têm um menor número de dificuldades do que aqueles que não participam.

Nesta perspectiva, é preciso que haja maior apoio e participação e melhor orientação estratégica, bem como que os EES, além de participarem das redes, "fortaleçam-nas, inclusive assumindo uma postura propositiva no sentido de construir novas relações de mercado" (p. 76). Tais questões foram amplamente reconhecidas na Recomendação nº. 1, de 19 de junho de 2013, documento intitulado **"Diretrizes político-metodológicas para a Política Nacional de Comercialização Solidária"**: "a comercialização é um dos espaços para construção do projeto político de outro modelo de desenvolvimento, que se fundamenta nas relações de solidariedade e justiça social", num contexto onde "para que uma Política Nacional de Economia Solidária seja efetiva, faz-se necessária a construção de uma Estratégia Nacional de Comercialização Solidária"; construção esta que se dará a partir de ações integradas dos vários atores sociais e econômicos, no âmbito de uma política pública.

Dessa forma, assim como também preconiza o texto de referência para a 3ª Conaes[22], é mister incorporar e apoiar como instrumentos de políticas públicas para a Ecosol, questões tais como:

- Espaços multifuncionais de Ecosol: espaços que abrigam um conjunto de atividades da Ecosol para comercialização, formação, assessoria técnica, incubação e articulação local etc.;

- Planos de sustentabilidade econômica dos EES: apoio na criação e na estruturação de EES, de maneira participativa e respeitando os elementos da Ecosol;

- Planos de redes em cadeia produtiva ou de arranjos econômicos territoriais ou setoriais: proposta de organização do uso dos insumos e dos atores em arranjos produtivos, sob a perspectiva metodológica de organização de cadeias produtivas, arranjos territoriais ou setoriais;

**20**. RÊGO, D. A natureza da comercialização na economia solidária: a contribuição dos grupos de consumo responsável. Salvador: UFBA, 2014 (Dissertação de Mestrado).
**21**. SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.
**22**. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080814373793B0143BB08893640E8/Texto%20de%20Refer%C3%AAncia%20-%20gr%C3%A1fica.pdf.

► Certificação: o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) é um sistema ordenado de parâmetros que visa promover relações comerciais mais justas e solidárias, articulando e integrando os EES e seus parceiros colaboradores em todo o território nacional.

## A pertinente e relevante contribuição do Projeto Redes

A Oficina de Comercialização ocorreu posteriormente à Oficina de Produção. Embora separadas, o eixo fundamental foi a ideia da integração para definir os parâmetros ao Balizamento da esfera da comercialização.

## Contribuições gerais da Oficina de Comercialização

Após a apresentação e reflexão em grupo, as redes apresentaram alguns aspectos referentes às estratégias e perspectivas para o fortalecimento da comercialização entre os EES. As respostas, de forma sucinta e objetiva estão sistematizadas a partir de quatro pontos a seguir:

**Que estratégias operacionais de comercialização estão sendo executadas pelas entidades e que poderiam enriquecer esse referencial?**

► Armazenamento;
► Lojas colaborativas;
► Hortas comunitárias;
► Redes sociais;
► E-commerce;
► Vendas governamentais;
► Mercados institucionais.

**No debate, frisaram-se as ideias de que:**

a) Essas estratégias são realizadas sobretudo com lojas colaborativas, e-commerce e mercados institucionais e que devem, recorrentemente, serem enriquecidas;

b) Tais estratégias ocorrem mais em empreendimentos rurais, com maior dificuldade para os urbanos desenvolverem tais mecanismos, tendo em vista que nas zonas urbanas é mais difícil a experiência dos mercados institucionais, da criação de pontos fixos e da realização de feiras;

c) É necessário fortalecer os instrumentos de inclusão produtiva urbana com o PBSM;

d) É necessário a elaboração de um banco de dados de vendedores e compradores entre os EES, incluindo estudos de viabilidade dos EES; apoio técnico e expertises incorporadas aos projetos e EES; modalidades de e-commerce; aumento do volume de vendas; linha específica de crédito para a Ecosol; ampliar a articulação entre os EES e, consequentemente, a comercialização em rede, incluindo os espaços coletivos de comercialização; aumentar a capacidade produtiva e a diversificação de produtos; conectar os EES do campo com os da cidade; criar programas para ampliar a qualidade do artesanato; fomentar a relação dos EES com as BS.

**Sobre a concepção de comercialização, que elementos não podem estar ausentes**

► Identidade: produto, relações pessoais, visual e logotipo e rede;
► Gestão participativa;
► Garantia de acesso aos canais de venda (mapeamento do consumo) + planejamento produtivo e logística;
► Princípios de produção e comercialização, incluindo valores da Ecosol, qualidade de vida e o bem-viver;
► Autonomia dos EES;
► CJS no mercado urbano: como garantir os valores da Ecosol sem as interferências mercadológicas;
► Formação ampla: política, técnica, administrativa, autogestão e pesquisa;
► Ferramentas digitais;
► Identificar nichos de mercado (com diversificação);
► 3Rs e ciclos de uso;
► Canais de teste para os EES: aperfeiçoar é possível!
► Acesso ao capital: investimentos em plantas produtivas, técnicas, logística etc.;
► Organização legal: formalização, burocracia para acessar mercados institucionais;
► Redes sistêmicas, logísticas solidárias e espaços coletivos de comercialização.

**Sobre as diretrizes metodológicas que elementos precisam ser assegurados?**

► Experiência dos conselhos gestores: trocas, implementação de ideias etc.;
► Formação continuada para gestão compartilhada;
► Relação produtor x consumidor;
► Métodos de venda e estratégias;
► Ferramentas tecnológicas;
► Metodologia participativa;
► Educação popular com valorização do saber local;
► Circuitos curtos;
► Ecosol dentro do sistema capitalista;
► Incentivo e participação da autogestão;
► Aumento do empoderamento dos EES.

Oficina temática de comercialização | Florianópolis 21 a 23/nov/2016

**Como está ocorrendo a integração entre os EES/redes e as ações de Inclusão produtiva em seu território, principalmente aquelas relacionadas com o Programa Brasil Sem Miséria?**

- Construção conjunta e territorial com os CRAS (inspiração em CFES, Rede Feminista etc. + políticas de inclusão produtiva com inclusão da mão de obra);
- Clubes de trocas e feiras;
- Parcerias e aumento da motivação e da participação com o MDS e os movimentos sociais;
- Avaliar experiências já existentes como o Pronatec; CFES etc.;
- Integração com as políticas públicas – FBES;
- Projetos de qualificação conectados com a realidade local;
- Inserção da temática nos Conselhos e ocupações deliberativas de políticas públicas;
- Crédito exclusivo para beneficiários do PBF (exemplo, Banco Palmas para mulheres);
- Campo em construção, com perspectivas e de terreno nebuloso: importante ocuparmos este espaço.

## Lições, ilações e visões analíticas da Oficina de Comercialização

Dentre os principais aspectos levantados e tratados, um dos principais está no grau de organização das redes, ou seja, o novo estágio das organizações e seu caráter estratégico, que se pode sintetizar no campo de ações à construção da sustentabilidade dos EES e suas redes de cooperação.

Um ponto extremamente estratégico para se pensar a comercialização, exposto na oficina das redes de produção, foi o desafio da formação de escala e a demanda de novos processos de industrialização da produção e/ou o beneficiamento. Mas ao mesmo tempo, percebem-se problemas concretos na integração dos EES e redes, que nos indicam a necessidade de criar procedimentos e instrumentos para a melhoria da "integração dos EES e redes". Ou seja, melhorar principalmente a autogestão, governança na gestão, a comunicação nas várias instâncias da rede e seus empreendimentos.

Esses pontos nos alertam do processo mais amplo da "integração em rede", que fica implícito à questão da formação da escala de produção para constituição de parâmetros para a sustentabilidade visando à comercialização: ou melhor, a integração se dá no processo produtivo e comercial pela concepção ou conceito da integração produção-comercialização. Mas ao mesmo tempo, não se pode reduzir o processo de "integração em rede" apenas por processos dado à produção:

> ***"(...) temos que tomar cuidado com algumas palavras (conceitos), discutir em caráter de rede e não só de produção. Não há separação entre produção e comercialização – é uma estratégica única."*** (Registro do discurso do Resultado do trabalho em grupo da oficina de redes de produção).

Como Cláudio Nascimento nos atenta, o processo vivido hoje na Ecosol, de um novo momento ou estágio, é reiterado nas oficinas das redes de produção, que reforça a necessidade de novos referenciais e instrumentos para alcançar esse novo estágio:

> ***"As redes estão apresentando um grau de organização elevada e consideravelmente importante", afirmou Nascimento no segundo momento do debate na Oficina das Redes de Produção. O professor Paul Singer coloca a sua percepção dos debates sobre o novo estágio da Ecosol na oficina de redes de comercialização, quanto à situação da comercialização e os novos processos na atual conjuntura da Ecosol: comercialização é ponto fraco... Tudo que vi aqui me fez mudar de ideia. O que foi apresentado aqui não é repetitivo. Como vamos difundir o que foi feito aqui nesta sala para que o movimento de ECOSOL possa tomar conhecimento".*** (registro do discurso do Resultado do debate na oficina de redes de comercialização na avaliação da apresentação das organizações de seu estágio na comercialização).

Pode-se concluir que o conceito de integração não é restritivo à produção, ou mesmo à comercialização, ou processos das relações técnicas de produção e seus resultados técnico-econômicos. Faz parte de uma estratégia única, que não se fixa apenas num aspecto das atividades; se define no campo estratégico da articulação de várias instâncias dos processos produtivos e comunitários encaminhado por redes de cooperação

Adicionalmente, outros elementos se somam ao balizamento conceitual sobre as redes de cooperação: a necessidade de planejamento das redes, cadeias produtivas e melhores condições de acesso ao crédito para articular a comercialização. O que se pode resumir dos passos fundamentais ao balizamento conceitual e metodológico passa pela:

- O novo estágio das organizações da Ecosol e seu caráter estratégico, que se pode sintetizar no campo de ações à construção da sustentabilidade dos empreendimentos em rede de cooperação;
- O desafio da formação de escala e a gestão da demanda nos processos de industrialização da produção e/ou o beneficiamento;
- Melhorar a autogestão, governança na gestão, comunicação nas várias instâncias da rede e empreendimentos;
- Integração do processo produtivo e comercial pela concepção primeira da integração produção-comercialização (mas ao mesmo tempo, não se pode reduzir o processo de "integração em rede" apenas por processos dado pela produção);
- A preocupação com a criação de instrumentos para viabilizar o planejamento das redes nas esferas de produção, cadeias produtivas e comercialização;
- E, principalmente a identificação de fatores externos aos processos econômicos na criação de obstáculos políticos para a articulação do trabalho coletivo e parcerias.

O diferencial das redes de cooperação, como foi exposto nas oficinas e Comitê Gestor, se deu por procedimentos, instrumentos e metodologias para viabilizar a "integração" das diversas esferas nas trocas da comunidade, representada pela produção e comercialização, apoio do assessoramento técnico e formação política, e, numa perspectiva mais ampla, as demandas da comunidade na garantia de seus costumes, conhecimento e seus processos culturais.

Quanto à produção, articulada ou integrada à comercialização, a integração passa pela "formação de escala de produção", que requer a criação de instrumentos voltados à gestão de custo internos dos empreendimentos, avaliação da produtividade, adensamento e verticalização das cadeias produtivas, criação de gestão ao beneficiamento e formação da identidade de produtos.

Mas, no sentido geral, a "integração" deve garantir um processo amplo de articulação das demandas das comunidades numa estratégica única, postulada por confluência de resultados ao atendimento da sustentabilidade da comunidade e arranjos produtivos, combinados com acesso às políticas públicas.

A articulação em rede de cooperação indica pontos ao balizamento conceitual não reduzido somente às atividades produtivas, ou de caráter econômico. Existem vários patamares da demanda das comunidades, que se articula na confluência de relações internas e externas à produção-comercialização, ou das relações técnica-econômicas, a saber: as demandas técnicas de produção-comercialização (relações técnicas), políticas públicas (saúde, educação, educação técnica, cultura, políticas à juventude e mulher etc.), inserção política na sociedade à construção de nova mentalidade (política de garantia de segurança alimentar, sustentabilidade ambiental etc.), promoção e garantia da transmissão de valores culturais e sociais da solidariedade à sociedade, e, finalmente, a construção do

protagonismo político das comunidades.

Em síntese: as redes de cooperação têm papel mais amplo do que simplesmente viabilizar os processos econômicos, dado principalmente por integração das esferas dos costumes e representações culturais das comunidades nos processos produtivos: **(1)** transmissão do seu legado cultural à comunidade e sociedade; **(2)** política e memória das lutas e construção de protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras; **(3)** viabilização da produção e comercialização na gestão de custos por promoção de práticas de autogestão e transferência democrática; **(4)** na perspectiva política, articular e mobilizar a participação dos trabalhadores ao desenvolvimento local/territorial; e **(5)** a construção de políticas públicas.

## Contribuições dos trabalhos em grupo na oficina de balizamento conceitual e metodológico das redes de comercialização

A observação do modus operandi (práxis) dos EES, revelado nas oficinas apresenta um conjunto de dificuldades e desafios que, exclusivamente a respeito do tema da comercialização, podem ser, resumidamente, entendidos como:

**a)** Falta de integração entre os EES;
**b)** Sombreamento das redes e EES no território (sobreposição de ações das redes no território);
**c)** Imensa dependência da relação com o governo (compras públicas, por exemplo);
**d)** Inviabilidade econômica (sustentabilidade econômico-financeira dos EES, incluindo problemas de acesso ao crédito);
**e)** Dificuldades logísticas;
**f)** Divulgação da identidade, dos valores e princípios contidos nos produtos e serviços da Ecosol;
**g)** Construção de estratégias de consolidação de mercados institucionais socialmente orientados para a compra de produtos e serviços da Ecosol.

Tais dificuldades e desafios são amplamente reconhecidos através dos registros que as redes fizeram quando na apresentação dos Projetos à Senaes/MTE (**Modalidade A e C**).

Para o enfrentamento desses desafios foram propostas quatro linhas de atuação:

**a)** Oferecimento de apoio para o desenvolvimento da capacidade produtiva dos empreendimentos;
**b)** Transversalizar a construção e o fortalecimento de uma identidade comum dos produtos da Ecosol;
**c)** Construção dos circuitos curtos de comercialização;
**d)** Articulação e organização de um mercado institucional para os produtos da Ecosol formado por grandes compradores.

Na prática observam-se, ao conhecer as experiências e seus respectivos modus operandi, algumas questões interessantes. Para se ter uma ideia, a **Rede Brasileira de Comercialização Solidária** (**Rede Comsol**), projeto de âmbito nacional, que visa a estabelecer a cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE – entidade proponente do projeto-Brasília), reconhece que a comercialização é o maior desafio dos EES. Nessa perspectiva, propõe a articulação, organização e fomento de uma Rede Nacional de Comercialização Solidária constituída por EES comerciais (feiras permanentes, lojas/centrais/bodegas/quiosques e centros públicos de economia solidária) como estratégia de fortalecimento da Ecosol e da comercialização solidária com vistas à integração nacional e desenvolvimento territorial sustentável, bem como pretende contribuir com a superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

É importante lembrar que no processo de construção da 2ª Conaes, o tema foi discutido na 1ª Conferência Temática de Comercialização Solidária e Cooperativismo Solidário, onde teve destaque a ideia de que a estratégia nacional de comercialização solidária deve prever ações de fomento à **comercialização solidária, ao comércio justo e solidário** e ao **consumo responsável**. Para tal, é fundamental fomentar e financiar espaços de comercialização permanentes e centros públicos de economia solidária nos territórios e apoiar a construção de redes e cadeias solidária de produção, de agroindustrialização, de comercialização, de logística e de consumo solidários[23]. Em todos esses eventos citados, constatou-se a necessidade de integração e identidade nacional para a comercialização solidária.

**23**. Além do que, conforme aponta o Projeto desta Rede, foram realizados debates e reflexões sobre esses desafios de comercialização através de atividades com abrangências territoriais, estaduais, regionais e nacional, totalizando mais de 30 eventos. Outra ação foi identificar nos estados quais os espaços permanentes de comercialização solidária. Nesse sentido, foram identificados mais 300 espaços, os quais, pela sua diversidade de pontos fixos motivou a elaboração de um termo de referência para pontos fixos de comercialização solidária para conceituar e caracterizar os tipos de espaços de comercialização para a economia solidária (Ex. 2011- 1º Encontro Nacional de Pontos Fixos de Comercialização Solidária).

Também, do ponto de vista da comercialização, outros problemas foram levantados pela Rede Xique-Xique, tais como a impossibilidade de atender em escalas variadas e aos mercados mais distantes; as dificuldades de acessos a circuitos curtos de comercialização e a alta dependência de atravessadores. Tais problemas, reconhecem, são fruto do isolamento e do baixo acúmulo em termos de capital social junto aos EES.

Por outro lado, as experiências contempladas pelo Projeto Redes também apontam para enfrentamentos, avanços e inovações concebidas pelas redes e seus EES.

Como exemplos, citam-se a implantação de um mapa – website – para a Rede Comsol que contará com as informações de todos os EES da Rede, bem como mapa de localização, principais produtos, estratégia de e-commerce entre outros elementos que possam favorecer a integração, divulgação e fomentar a comercialização solidária, bem como propiciar espaços nacionais de comercialização para os EES participantes da Rede.

Já a Rede Terra, de abrangência em cidades goianas, como Cristalina, Luziânia, Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental e Formosa e no Distrito Federal, que há 14 anos tem se caracterizado como um espaço de articulação, mobilização e organização de processos de intercooperação entre as famílias de agricultores e EES, menciona como desafio central, a necessidade de constituir alternativas de acesso ao mercado, com destaque para o local e regional, tendo as políticas públicas como oportunidades estratégicas de alavancagem no acesso ao mercado e organização de cadeias produtivas. Isto, pois, é preciso construir novos mercados buscando diversificar os nichos e com isto preparar-se para a comercialização com menor dependência do Estado e com maior nível de competitividade. Nesta perspectiva, apresenta como outro desafio, a questão da qualificação dos EES articulados na Rede Terra, no sentido de buscar maior capacidade organizativa, gerencial, bem como promoção comercial, ampliando, assim, a envergadura de escala produtiva, transformação agroindustrial, inserção nos mercados e capacidade de competitividade com controle social e responsabilidade ambiental.

Outro aspecto levantado, que permite a conexão entre a comercialização, a Ecosol e o desenvolvimento territorial, são as propostas encaminhadas, por exemplo, por instituições como a Assocene, que apontam para o fato de que o fortalecimento das redes de cooperação de EES deverá ser integrado a outras iniciativas orientadas para a dinamização econômica dos territórios, especialmente ligadas à reestruturação de cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais de produção, comercialização e consumo. Atentam também à necessidade de melhorar a qualidade, a padronização e a apresentação dos produtos, bem como pela demanda por novas estruturas e procedimentos orientados para facilitar acessos aos mercados locais (privados e governamentais).

Outra rede que ressalta a importância na necessidade de se fortalecer os vínculos territoriais com os EES é a apresentada pela Unisol, com base nos "territórios dinâmicos: Projetos de apoio à gestão social, inclusão produtiva e dinamização econômica de redes de cooperação solidária". Na visão deles, no processo de potencialização para comercialização de produtos e serviços pela agregação de valor, as organizações sociais são elementos basilares dentro do território. A contribuição para estruturação/reforço de empreendimento em nível territorial é o que possibilitará a sustentabilidade dos EES a médio e longo prazos. De fato, se por um lado, é expressivo o número de organizações de Ecosol existentes no território nacional, por outro, é também expressiva para maioria destes empreendimentos, a ausência de orientação técnica, seja para o acesso às políticas de crédito, seja para produção através de novas tecnologias, incluindo as tecnologias sociais para o beneficiamento dos seus produtos e o acesso aos mercados tradicionais e/ou institucionais.

Nesse sentido, a Unisol Brasil pretende fortalecer ações enquanto rede de cooperação solidária, potencializando assim suas ações junto aos EES, na promoção de seus produtos com vistas à maior inserção em mercados dinâmicos nacionais e internacionais e na capacitação de técnicos, dirigentes e associados para atuarem nas áreas de constituição e gestão de empreendimentos e de organização e comercialização da produção através das redes de Ecosol, intra e extraterritoriais.

Já em relação ao aspecto da certificação, a Rede Xique -Xique propõe a elaboração de um selo de certificação e rotulagens de 60 produtos de seus 30 núcleos locais, visto que esse aspecto tem sido um impeditivo para a comercialização dos produtos da Rede.

Outro avanço foi a construção, de forma coletiva, de uma ferramenta digital gratuita de gestão da comercialização para os EES vinculados aos grupos de consumo responsável (GCR – consumoresponsavel.com.br). Esta ferramenta terá apoio do sistema Cirandas e de sites parceiros (IDEC, FBSSAN, ANA, FBES, Terramater, entre outros). Desta forma, o portal será integrado ao Cirandas.net, utilizando sua base cadastral de EES e seus produtos e serviços, gerenciados pelos próprios empreendimentos, que podem oferecer informações sobre a origem do produto e sua composição de preços.

Nesta perspectiva, esta rede propugna também a elaboração de um Plano de Ação Territorial que contenha atividades como a realização de visitas periódicas a empreendimentos de baixa renda para articulação da comercialização, a partir dos seguintes temas:

1. Compra direta por parte do poder público;
2. Pesquisa de mercado;
3. Diagnóstico da produção familiar;
4. Cadeias solidárias de comercialização;
5. Plano regional para a formação de redes microrregionais;
6. Orientação aos governos municipais sobre a cessão dos espaços públicos e/ou afins;
7. Elaboração de material de divulgação que promova os empreendimentos e consumo responsável;
8. Realização de encontros de troca de experiências, integração ou aproximação entre empreendimentos e consumidores;
9. Realização do mapeamento de produtores e consumidores de baixa renda na região de atuação, bem como a elaboração de estratégias para sua efetiva inclusão como membros do grupo;
10. Ativação de sites de empreendimentos e ofertas de produtos e serviços no Portal do Consumo Responsável, com identidade do grupo, seus produtos, fotos, descrição, preço aberto etc.

Tais ideias encontram eco também na **União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária–Unicafes**, com base no projeto **"Fomento e fortalecimento organizacional de rede de cooperação solidária".** O Projeto objetiva a organização, fomento e fortalecimento de redes de cooperação solidária, priorizando constituição e aprimoramento organizacional de redes locais, territoriais, estadual e nacional, a partir de fundamentos, princípios e diretrizes da Ecosol, bem como de projetos de investimentos para aprimoramento organizacional produtiva e comercial, com serviços participativos realizados através de Bases de Serviços de Ecosol. Nesta direção, ressaltam a importância em: a) desenvolver estratégias de comercialização de produtos e serviços das redes de cooperação solidárias com ênfase no acesso às compras governamentais e na constituição de estruturas e espaços de comercialização direta; b) integrar ramos de produção de maneira adequada e complementar, gerando ganho de escala, constância de oferta, otimização de ganhos, redução de custos fixos, aprimoramento gerencial e de estratégias de acesso a mercado com logísticas, atendimento aos aspectos legais e comunicação, o que lhes permite, portanto, ampliar seu poder de governança Matriz de Estrutura de Mercado; c) ampliar canal de comercialização do cooperativismo solidário, através da criação de site central de comercialização, como meio para a constituição de central nacional de produção e comercialização das diversas cadeias produtivas.

Outro instrumento proposto é o que se refere à junção e relação de quatro grandes sistemas, a saber: Sistema de Produção, Sistema de Intermediação, Sistema de Distribuição e Sistema de Consumo. Tal Matriz foi proposta pelo **Circuito Integrado de Cooperação e Economia Solidária do Estado de Sergipe**, a partir do Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (Icoderus).

Essa experiência pretende desenvolver práticas de comercialização solidárias, com foco na matriz mercadológica, onde se expressarão os caminhos das mercadorias /produtos, passando pelo sistema de produção, finanças, intermediação, distribuição chegando ao sistema de consumo, ampliando metodologias que tornem esses caminhos mais justos e operacionais pelos EES. Serão também estabelecidas relações de logísticas solidárias em parceria com cooperativas de transporte fortalecendo o ato Cooperativo Solidário, para viabilização de todos os sistemas consolidando o Circuito Integrado de Cooperação e ECOSOL do Estado de Sergipe. Detectaram que um dos grandes problemas da comercialização da produção de base familiar é a logística do transporte. Nesta perspectiva, entendem o mercado como uma possibilidade real de espaço de relações solidárias e justas de negócios.

A questão mercadológica e organizativa também é levantada em outras Redes, tais como no "Centro Feminista 8 de março-CF8" que, além de incorporar fortemente a questão de gênero, uma vez que atua junto a 40 empreendimentos de mulheres (em sua maioria, pescadoras artesanais, agricultoras e artesãs), propõe a realização de atividades focadas na sistematização dos processos organizativos e mercadológico em curso pela Rede Terra, com o objetivo de promover a socialização e estruturar as bases para um assessoramento técnico de qualificação aos EES, focando essas atividades no planejamento estratégico da rede, na busca por uma certificação e na gestão dos EES.

CAPÍTULO QUARTO

# Reflexões sobre as **bases de serviços**

Em termos gerais nota-se que a integração, determinada no binômio da produção-comercialização, conceitualmente envolve fatores intermediários na escala de produção, transformação industrial, formação e qualificação do produto para inserção no mercado com capacidade competitiva, controle social e responsabilidade ambiental. Mas deve envolver, em primeiro lugar, a dinamização econômica nos territórios, voltada à integração da produção, comercialização e o consumo. Para tal tarefa, as redes de cooperação se tornam estratégicas na melhoria da qualificação, padronização e apresentação dos produtos.

No nível de acesso ao mercado, as redes de cooperação ganham referências conceituais ao fortalecimento da comercialização com a promoção de novas estruturas e procedimentos de orientação da comercialização solidária. O entendimento do mercado na integração das práticas econômicas solidárias não passa simplesmente por compras institucionais governamentais: o processo da construção da sustentabilidade requer a ampliação dos pressupostos da inserção no mercado privado e manutenção de compras governamentais.

A potencialização da comercialização de produtos e serviços deve antes tomar o "produto" na sua qualificação, por agregação de valor, aplicação de novas tecnologias e tecnologias sociais, acesso ao crédito e apoio técnico. Esse processo – voltado ao produto – apresenta o terceiro termo da integração, determinado por bases de serviços quanto ao assessoramento técnico e definição dos contornos da articulação do produto no mercado.

Em resumo: o balizamento conceitual e metodológico das redes de comercialização se fixa na "integração" de várias instâncias dos processos econômicos solidários principalmente no território, nacionalmente e internacionalmente. Todos esses fatores têm sua relação com "produto solidário", por processos de desenho por certificação e rotulagem, comércio justo e solidário e o consumo responsável, ou consumo consciente.

Os instrumentos territoriais, ou planos de ação territorial na comercialização, ou a integração da produção à comercialização, podem ser identificados no alinhamento feito nos grupos de trabalho para definição do escopo metodológico dos processos integrativos:

1. Compra direta por parte do poder público;
2. Pesquisa de mercado;
3. Diagnóstico da produção familiar;
4. Cadeias solidárias de comercialização;
5. Plano regional para a formação de redes microrregionais;
6. Orientação aos governos municipais sobre a cessão dos espaços públicos e/ou afins;
7. Elaboração de material de divulgação que promova os empreendimentos e consumo responsável;
8. Realização de encontros de troca de experiências, integração ou aproximação entre empreendimentos e consumidores;
9. Realização do mapeamento de produtores e consumidores de baixa renda na região de atuação, bem como a elaboração de estratégias para sua efetiva inclusão como membros do grupo;
10. Ativação de sites de empreendimentos e ofertas de produtos e serviços no Portal do Consumo Responsável, com identidade do grupo, seus produtos, fotos, descrição, preço aberto etc.

A organização, fomento e fortalecimento das redes de cooperação solidária se justificam num processo de priorização, constituição e aprimoramento organizacional de redes locais, territoriais, estadual e nacional; que cabe assim destacar a necessidade de instrumentos construídos a partir de diagnósticos para viabilidade técnica, econômica e organizativa por planos territoriais e setoriais de produção e logística de vendas.

De acordo com a oficina de redes de comercialização, a preocupação central indica a necessidade de investimento para aprimoramento organizacional produtivo e comercial. Com isso, destacamos alguns elementos centrais ao balizamento conceitual e metodológico, que apontam alguns procedimentos e instrumentos ao fortalecimento da comercialização:

a) Desenvolver estratégias de comercialização de produtos e serviços das redes de cooperação solidárias com ênfase no acesso às compras governamentais e na constituição de estruturas e espaços de comercialização direta;

b) integrar ramos de produção de maneira adequada e complementar, gerando ganho de escala, constância de oferta, otimização de ganhos, redução de custos fixos, aprimoramento gerencial e de estratégias de acesso a mercado com logísticas, atendimento aos aspectos legais e comunicação, o que lhes permite, portanto, ampliar seu poder de governança;

c) Matriz de estrutura de mercado;

d) Ampliar canal de comercialização do cooperativismo solidário, através da criação de site central de comercialização, como meio para a constituição de central nacional de produção e comercialização das diversas cadeias produtivas.

A viabilização dos processos produtivos e integração em rede de cooperação passam fundamentalmente por apoio técnico e formação política com o objetivo a viabilização das trocas econômicas e os princípios da Ecosol.

Logo, os problemas pontuais – na produção e comercialização – se multiplicam por falta de definições do modelo jurídico das organizações, diagnóstico de acordo com as demandas internas dos EES e externa aos empreendimentos na articulação do território, apoio técnico e político sistematizado nos empreendimentos, planejamento de atividades e acompanhamento direto aos empreendimentos integrados conforme suas atividades.

## A perspectiva do balizamento conceitual e metodológico: contribuições das reflexões na oficina das redes de bases de serviços

O balizamento conceitual e metodológico das bases de serviços – como reflexão na última oficina à finalização do primeiro ciclo de trabalho **(ver capítulo 1)** – procurou situar os procedimentos necessários à construção da estratégia de superação das ausências nos processos produtivos e apoio ao atendimento das demandas das comunidades para integração em redes.

O seu principal eixo de atuação se define particularmente no apoio às demandas de assessoramento técnico, formação política e educação popular das organizações das redes de cooperação. Logo, pode se considerar as bases de serviços como o instrumento operacional técnico e procedimentos políticos para superação das fragilidades e a constituição dos contornos necessários à integração dos empreendimentos nas redes de cooperação.

Portanto, pode se indicar num primeiro plano alguns pontos fundamentais para a compreensão da organização das bases de serviços, ou a estruturação do seu conteúdo e mecanismos para viabilização dos procedimentos necessários à integração:

- As bases de serviços são institucionalidades no território e nacionalmente para apoiar e assessorar os empreendimentos e suas redes de cooperação (tendo como eixo a assistência técnica, apoio à capacitação técnica e educacional e promoção da formação política dos trabalhadores e trabalhadoras);
- As institucionalidades podem ser identificadas por organizações de apoio e assessoramento técnico e formação, articuladas no território para atender as demandas dos empreendimentos e comunidades;
- As institucionalidades têm o papel de promover os eixos das bases de serviços de acordo com demandas dos empreendimentos e a realidade local (ou seja: podem ser desenvolvidas na própria rede ou em parceria com outras instituições técnicas especializadas ou instituições de educação popular).

**Em resumo:** as bases de serviços podem ser consideradas procedimentos para apoio técnico e formação política com o objetivo a construção dos processos de integração dos empreendimentos nas redes de cooperação e a constituição de seus parâmetros de sustentabilidades. É fundamental entendê-las no seu papel quanto ao processo de integração em redes para romper com as fragilidades dos empreendimentos nos processos produtivos, o isolamento dos empreendimentos nas cadeias produtivas e mercado, e a fragmentação de ações no território.

## As bases de serviços como procedimentos de integração e superação das ausências nas redes de cooperação: processos produtivos e demandas da comunidade

Especificamente, as bases de serviços respondem tecnicamente aos elementos fundamentais à "integração" das diversas esferas das atividades econômicas, sociais e culturais nas redes de cooperação. As bases de serviços têm a virtude de articular instrumentos necessários à integração dos processos de produção e comercialização, ações para promoção da sustentabilidade dos empreendimentos e a articulação das políticas públicas no território.

Conceitualmente, pode-se delimitar o campo da atuação das bases de serviços no atendimento de dois níveis complementares: ou seja, da integração das trocas materiais nos processos de produção e comercialização (trocas econômicas) e trocas nas comunidades de acordo com relações sociais e culturais (trocas simbólicas).

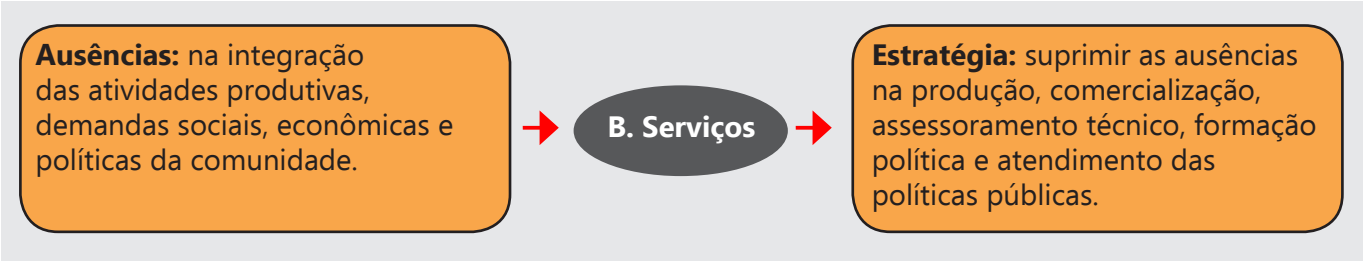
As bases de serviços devem antes ser entendidas nas atividades da comunidade e atividades produtivas no alinhamento:

1. Do processo de trabalho inscrito na estrutura social local e cadeias produtivas, conforme suas relações sociais e culturais;
2. E sua inscrição no território e nos processos políticos, como orientação ao desenvolvimento local

e inserção do trabalhador nos debates políticos nacionais.

O processo fundamental das bases de serviços para viabilização da "integração" das diversas esferas da relação de trabalho – produção, comercialização e relações técnicas de produção – depende da superação das "ausências" na gestão da produção-comercialização e processos técnicos nas cadeias produtivas. Já, na perspectiva da comunidade, a superação das "ausências" passa principalmente na formação política dos trabalhadores para integração estratégica das suas demandas no território e nacionalmente.

Por conseguinte, o papel das bases de serviços passa pelo apoio à formulação de políticas, desenvolvimento de instrumentos, procedimentos e metodologias de assessoramento técnico e formação/educação popular, encaminhados para atender às demandas da comunidade na articulação da esfera produtiva e suas demandas no reconhecimento político. Ou seja:




A constituição do assessoramento técnico e formação política faz parte de estratégias para definição de procedimentos para atender à superação dessas ausências, identificadas nas fragilidades, isolamento e fragmentação da vida social e produtiva das comunidades. Pode-se, assim, situar a vida social e produtiva das comunidades por demandas múltiplas, que em última instância não se localizam simplesmente nas relações técnicas de produção e demandas econômicas: seu alcance assume várias perspectivas, que lhes dão sua identidade e motivação para constituição das redes de cooperação.

Com isso pode se afirmar que as bases de serviços se condicionam as demandas do trabalhador e seus empreendimentos, caracterizando-se em dois planos fundamentais:

1. Deve considerar que os empreendimentos solidários e as condições vividas pelo trabalhador estão inscritos numa estrutura social e cultural, antes mesmo de se inscrever nas relações técnicas de produção ou na estrutura produtiva;
2. O processo de interação técnica e de formação se inscreve na compreensão do espaço de produção, dos parâmetros de sustentabilidade da comunidade, das interações econômicas e políticas conforme a realidade local.

As bases de serviços tornam-se instrumento estratégico para a articulação da integração e superação das ausências por assessoramento técnico e formação/educação popular, em três processos específicos para se definir de acordo com a realidade local:

1. Viabilidade econômica dos arranjos produtivos conforme as cadeias produtivas e a interação das atividades produtivas nos territórios de atuação da rede de cooperação;
2. Atender as demandas sociais e culturais da comunidade para determinação dos conteúdos de assessoramento técnico e formação política; e
3. Garantir conteúdos de formação com a preocupação na transmissão dos saberes da comunidade para criar novas estratégias para construção de parâmetros de sustentabilidade.

As perspectivas destacadas no balizamento conceitual e metodológico podem se delimitar em elementos fundamentais para articulação do apoio das bases de serviços e integração nas redes, a saber.

## Perspectiva da integração dos costumes da comunidade e sua cultura

A primeira perspectiva da integração indica a valorização do "fazer da comunidade" e da sua experiência, com o objetivo da integração dos "saberes locais" às atividades dos empreendimentos solidários nos territórios e suas cadeias produtivas. Como já foi dito anteriormente, as redes de cooperação tem seus "saberes", ou conhecimento, que indicam procedimentos necessários à viabilização das bases de serviço. Mas ao mesmo tempo necessitam de formação técnica para formação de novos conhecimentos para atender as suas demandas nos processos produtivos e mesmo de interação nas trocas econômicas na integração dos resultados nos processos produtivos e na comercialização.

### Perspectiva da integração política

Possibilitar a promoção da integração dos processos produtivos às diretrizes da economia solidária, como forma de valorização da autogestão dos empreendimentos solidários e sua integração em rede de cooperação solidária. Sem considerar a formação e atuação política, as redes de cooperação e seus empreendimentos ficam vulneráveis à construção da sustentabilidade de acordo com a sua agenda política para a criação de ações comuns à conquista política e de políticas públicas.

### Perspectiva da integração da produção/ comercialização

A perspectiva da produção faz parte dos processos produtivos integrados às atividades de comercialização, balizado por estratégias construídas de viabilização da comercialização em redes de cooperação (logística, pontos de vendas, feiras, central de comercialização etc.) e instrumentos para viabilização da produção (análise de custo, controle de custo e formação de preço de mercado, análise da produtividade e formação de escala de produção).

### Perspectiva da integração dos resultados (confluências dos resultados)

Ao tomar as esferas das demandas das comunidades e sustentabilidade dos empreendimentos, as redes de cooperação quanto às bases de serviços não se fixam apenas nos resultados econômicos, alinham-se a "confluência de resultados" para se apropriar das políticas sociais, econômicas, culturais, educacionais, como também da valorização das comunidades (por exemplo: se insere nas lutas das comunidades tradicionais, gênero, integração às lutas da população de jovens do campo e da periferia das grandes cidades etc.).

## Bases de serviços e o trabalho cooperativo: coesão social e sustentabilidade econômica

Especificamente nas redes de cooperação, o processo de coesão social reivindica a integração das diversas esferas de atuação das comunidades para possibilitar condições de afirmação do trabalho cooperativo. Não se trata apenas das condições técnicas ou de tecnologias no contexto do alinhamento produtivo à sustentabilidade, ou das trocas materiais direcionadas aos resultados econômicos, mas das condições das várias demandas das comunidades nos seus territórios de atuação e cadeias produtivas.

As zonas de conflitos nos empreendimentos e suas redes de certa forma passam pela dinâmica de processos que levam da integração à desfiliação da comunidade socialmente, com grande repercussão no corpo social e econômico na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, ou melhor, na estrutura social das comunidades e dos empreendimentos[24]. A variação, entre a integração e desfiliação, cria pontos de vulnerabilidade, que em última instância coloca os empreendimentos numa dinâmica que compromete a sustentabilidade econômica e social da comunidade, por extensão, enfraquece seu protagonismo no território para o desenvolvimento local e articulação das políticas públicas.

O ponto nevrálgico da "coesão social" no território se repercute nas retiradas ou dos aportes financeiros aos trabalhadores, e mesmo na confluência dos resultados das políticas públicas. O processo de integração, como termo do conceito de redes de cooperação, torna-se fundamental para apropriação de ferramentas e procedimentos por parte dos trabalhadores e empreendimentos para alinhar o campo de filiação nas redes de cooperação por apoio técnico e formação política.

A dinâmica dos empreendimentos sociais nas redes de cooperação demanda o atendimento das relações de trabalho inscrito numa estrutura social, cadeia produtiva, comunidade e território. Portanto, a mediação institucional das bases de serviços deve se dar por promoção das atividades de assessoramento técnico e formação política para a garantia da coesão social no território e integração dos empreendimentos às redes de cooperação.

As bases de serviços se habilitam como pressupostos metodológicos ao rompimento com as ausências e constituição dos processos de integração das diversas

**24**. Fazemos uso da "desfiliação", na concepção que as zonas de vulnerabilidade e coesão social ocupam uma posição estratégica no papel da estrutura social das comunidades, relação técnica de trabalho e a participação do trabalhador nas redes de sociabilidade. Ou como nos coloca R. Castel: "Não penso aqui o trabalho enquanto relação técnica de produção, mas como suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Existe, de fato, como se verificará em longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que 'cobrem' um indivíduo diante dos acasos da existência. Donde a possibilidade de construir o que chamarei, metaforicamente, de 'zonas' de coesão social." (Castel, 2008, p 24)

esferas das atividades produtivas e demandas das comunidades, por:

1. Procedimentos ou instrumentos à sistematização das metodologias necessárias para viabilização da integração dos processos produtivos (promoção do trabalho cooperativo); e
2. A ampliação de ações ao desenvolvimento local/territorial no campo da articulação da esfera pública e políticas públicas (coesão social da comunidade).

Com isso, identifica-se um processo mais amplo de aplicação metodológica para conciliação de ações das esferas econômicas, da vida comunitária dos empreendimentos solidários e a sociedade, que fazem parte da experiência das redes de cooperação e suas organizações para construção das conformidades dos parâmetros de sustentabilidade para articular os resultados econômicos e o fortalecimento da coesão social da comunidade no território.

## Bases de serviços e procedimentos de sua aplicação: níveis de atuação, governança e principais serviços: contribuição da oficina das redes de bases de serviços

Pode se identificar dois níveis de atuação das redes de cooperação e o papel das institucionalidades na estruturação da governança e dimensão de atendimentos das bases de serviços:

1. Bases de serviços territoriais: que no escopo dos procedimentos envolve a atuação no conjunto de demandas de um ou mais territórios;
2. Bases de serviços estaduais: que atuam diretamente no apoio ao conjunto de bases de serviço de um estado, garantindo não só o assessoramento técnico nas Bases Territoriais para o desenvolvimento de suas ações, bem como potencializando a articulação numa área de abrangência estadual.

Os principais serviços identificados na oficina podem ser sintetizados nos seguintes eixos:

**ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

- Organização da produção
- Formação
- Assessoramento técnico e gerencial
- Consultorias especializadas
- Inserção em mercados diversificados: feiras, centrais de comercialização, mercados públicos, mercados diferenciados (redes de Comércio Justo Solidário), pontos de venda fixos (mercadinhos, lojas solidárias, redes de supermercados, mercados virtuais, redes hoteleiras etc.)

**AÇÕES DAS BASES DE SERVIÇOS NOS TERRITÓRIOS**

- Levantamento e negociação de potenciais mercados.
- Assessoramento as organizações associativas (contábil, jurídica, tributária).
- Elaboração e implementação dos planos de vida dos EES, das redes e das cadeias produtivas.
- Fortalecimento/ estímulo aos arranjos institucionais.
- Fortalecimento e/ou criação de redes.
- Formação/capacitação.
- Desenvolvimento de sistemas de informação.
- Apoio a feiras e eventos de promoção.
- Estudos/consultorias específicas.
- Organização de sistemas de certificação.
- Desenvolvimento de produtos e marcas.
- Sistematizações/publicações.

**FINALIDADE DAS BASES DE SERVIÇOS**

- Oferta de um serviço mais sistemático e organizado.
- Ampliação dos resultados dos EES (autogestão, comercialização, articulação em rede).
- Explicitação (e incidência) do tema e de suas possibilidades para as políticas públicas.
- Maior articulação das diversas entidades no território otimizando resultados (confluência de resultados).

## Problemas situacionais à articulação das bases de serviços

Com as discussões na oficina identificou-se que o assessoramento técnico está fragmentado e esporádico, como também atua de forma tradicional, principalmente no meio rural. Já no ambiente produtivo urbano ainda não se tem assessoramento técnico definido e continuo.

Existe a reivindicação de suprimir essas ausências/lacunas vividas pelos empreendimentos:

a) No campo, romper com a visão tradicional de assessoramento técnico para atender os princípios da economia solidária (ampliar a visão de ater e da formação técnica); e

b) Na cidade, superar a falta de assessoramento técnico, sistematizando ações de acordo com a realidade dos empreendimentos.

A deficiência na oferta de bases de serviço compromete a "integração das redes de cooperação"; e, por extensão, compromete a sustentabilidade dos empreendimentos, como também a coesão social da comunidade.

Como se pode identificar nos trabalhos dos grupos na oficina das bases de serviço, as principais demandas para superar as ausências ou lacunas podem ser identificadas:

Territórios rurais – Comercialização é um gargalo, principalmente pela dependência da figura do atravessador.

Território – Desorganização dos grupos no território e poucas organizações em cooperativas (presença de grupos informais).

Beneficiamento – Subutilização de equipamento de beneficiamento (equipamentos subutilizados ou espaços funcionando com outras finalidades nos territórios, principalmente nas áreas urbanas).

Logística – Existem vários ambientes para comercialização e apoio logístico no território, como também oportunidades de negócios, mas baixa utilização e falta de planejamento racional de seu uso (principalmente nas áreas urbanas).

Equipe técnica – Falta definição do assessoramento técnico e do papel do técnico no atendimento das várias esferas da integração dos processos produtivos e comercialização nas redes (existe sobreposição de papeis na equipe técnica e sombreamento da atuação das redes nos territórios).

Serviços – Dificuldade para ampliação dos serviços no território e estado, como também problemas para construir uma identidade comum na prestação de serviços e aplicação dos serviços com apoio de políticas públicas das redes no território e nacionalmente (construção de uma identidade nacional da prestação de serviços, com processos comuns de abordagem e gestão da integração das bases de serviços).

Sistema nacional de comércio justo – Viabilizar Sistema nacional de comércio justo, com processos de integração dos empreendimentos a partir das bases de serviços, com apoio e fomento (pensar nacionalmente o processo de apoio à comercialização com participação dos empreendimentos e definição do sistema papel do sistema de comércio justo).

As organizações reconhecem que as bases de serviços fortalecem tecnicamente os empreendimentos, mas existem algumas questões operacionais a serem solucionadas:

a) A falta de aplicação de assessoramento técnico direto nos empreendimentos (falta metodologia de atendimento continuo e direcionada aos empreendimentos);

b) Problemas de metodologia para atendimento das bases de serviços nacionalmente (definição de eixos nacionais de atendimento das bases de serviços);

c) Não chegam de forma metódica aos empreendimentos, e mesmo não alcançam o público em todos os estados;

d) Ainda há problemas na formação política dos trabalhadores (ou seja, pouca interação em programas de formação ou trabalhos em formação/educação popular, como também da valorização dos processos necessários à reflexão política como parte do programa de implantação das bases de serviços nos empreendimentos).

Logo, pode se concluir que a formação e o assessoramento técnico são fundamentais para viabilização do trabalho nos empreendimentos e sua integração nos processos das redes de cooperação. Porém, o assessoramento técnico e formação não chegam aos empreendimentos por falta de recursos, ou os recursos não chegam diretamente aos empreendimentos.

A implantação das bases de serviços depende de um diagnóstico eficiente da realidade dos empreendimentos e do território, para construir linhas de atendimento direto aos empreendimentos e a qualificação da equipe técnica (organização de um plano de atendimento da equipe técnica, qualificar os programas de formação da equipe técnica para seu atendimento direto nos empreendimentos).

A gestão das bases de serviços no processo produtivo, político e atendimento das demandas das comu-

nidades torna-se o procedimento de integração das diversas esferas da vida social dos trabalhadores e trabalhadoras no trabalho cooperativo solidário, como também articula os processos de caráter produtivo e econômico com as demandas das comunidades para viabilizar a articulação no território. O sucesso das redes de cooperação depende da articulação das bases de serviços para integração da gestão interna das unidades produtivas dos empreendimentos com a mobilização dos trabalhadores no território com o objetivo o fortalecimento das bases sociais, políticas e econômicas das comunidades para o desenvolvimento local.

As principais reflexões no balizamento conceitual e metodológico no processo de assessoramento técnico e formação dependem do papel das institucionalidades na articulação das várias instâncias da rede. Ficou claro que existem mais pontos comuns de atuação das redes de cooperação do que diferenças, principalmente na caracterização dos procedimentos no assessoramento técnico, formação política, gestão e governança:

1. Pode se identificar a preocupação nas trocas de informações entre técnicos das redes e empreendimentos, ou procedimento para viabilizar pareceria das redes com os empreendimentos para construir relações de confiança para implantação das bases de serviços (ou seja: é fundamental o papel ou trabalho dos técnicos e equipe técnica na construção da confiança com os empreendimentos);
2. Existe a preocupação concreta para viabilizar a construção da sensibilização e confiança nos empreendimentos com a definição do trabalho técnico em espaços comuns, por exemplo, bairros, territórios ou até mesmo estado, próximo do trabalhador e da vida da comunidade (ou seja: definição da abrangência do trabalho técnico e formação diretamente no local de trabalho com metodologias voltadas à sensibilização e construção de trocas afirmativas para promover a confiança dos trabalhadores com os programas das bases de serviços);
3. A preocupação passa por estruturação da formação com foco na autogestão, promoção de processos democráticos, criação de programas para educação de novas lideranças e garantir as trocas culturais da comunidade para constituição da mentalidade das novas gerações (ou seja: definição de procedimentos nos processos de autogestão e promoção das trocas simbólicas na comunidade entre gerações).

As primeiras orientações nos indicam duas esferas de atuação, principalmente na formação, ou do conteúdo de programas de formação, e de processos de assessoramento técnico com vínculos em áreas de abrangência no território/estado e local de moradia dos trabalhadores.

O chamado espaço comum não pode ser desprezado para definição da atuação das bases de serviços; seu eixo fundamental passa pelo local de vivência dos trabalhadores, atendimento direto nos empreendimentos e articulação das bases de serviços no território. O entendimento das demandas no espaço comum dos trabalhadores e seus empreendimentos torna-se o primeiro ponto de atuação das institucionalidades das bases de serviços para desenvolver metodologias de acordo com a realidade local.

De acordo com as organizações de rede de cooperação, não existe metodologia geral nos procedimentos das bases de serviços, devido às especificidades na construção das práticas e metodologias conforme as demandas e a realidade vivida pelos empreendimentos. Mas pode se identificar a preocupação com a construção de metodologias ou orientações comuns de articulação da autogestão, processos participativos, assessoramento técnico, e, principalmente, direcionado ao direcionamento de pressupostos metodológicos nacionais.

A primeira questão no desenvolvimento do assessoramento técnico das bases de serviços passa por metodologias para construção da autonomia das organizações, não criando dependência dos empreendimentos da equipe técnica, ou seja, preparar na comunidade a equipe técnica para promover a construção do conhecimento com a participação dos trabalhadores e a socialização dos conhecimentos técnicos orientada por procedimentos da autogestão.

Especificamente, existe a preocupação que a autogestão não fique no campo de aplicação de técnicas e instrumentos operacionais, ou orientados por normatização de práticas originadas somente de forma técnica ou no contexto de atuação da equipe técnica, ou seja, que escute os trabalhadores.

> ***"Não queremos um técnico que ensina a fazer ... pois quando o técnico vai embora o trabalho poderá ser continuado. A autogestão... não fique só com o técnico. Ouvir o povo– o saber popular - Ter a formação e vivencia em EES".*** (narrativa do debate em grupo)

## Gestão dos empreendimentos na formação da equipe técnica: princípios, planejamento e ações na construção da autonomia e governança das bases de serviços

A gestão da equipe técnica ainda é deficitária, poucos deles estão organizados plenamente em bases de serviços, observando princípios e planejando de ações na racionalização do assessoramento técnico e princípios de autogestão. Os trabalhadores do quadro técnico geralmente tem formação deficiente para atender as demandas dos empreendimentos, ou melhor, não estão preparados tecnicamente, não existe um processo de integração do conhecimento técnico com a valorização do trabalhador no empreendimento e falta organização da governança para definição de suas tarefas.

Assim sendo, as organizações veem a necessidade de formar tecnicamente os representantes/trabalhadores dos empreendimentos para que possam ter noção de como administrar, planejar as ações, de forma a garantir a sustentabilidade dos empreendimentos, e, consequentemente, o fortalecimento das redes e seus empreendimentos. Ou seja: desenvolver programas de formação da equipe técnica com os trabalhadores dos empreendimentos, como forma de integração do conhecimento técnico e formação política na base social da rede de cooperação.

O ponto extremamente positivo nas reflexões sobre as bases de serviços pode ser descrito na consciência da necessidade de criar procedimentos para o alinhamento da autonomia dos trabalhadores quanto ao conhecimento técnico e formação política dos empreendimentos nas redes de cooperação.

### Formação técnica nos empreendimentos

As organizações de redes de cooperação apontam para a necessidade de criar programas de formação técnica, tendo como preocupação a formação e capacitação técnica das equipes de assessoramento e formação, como também dos trabalhadores nos seus empreendimentos.

O desenvolvimento de programas de formação técnica sistematizada nas bases das redes de cooperação é de extrema importância na configuração da autonomia dos empreendimentos e trabalhadores. Existem muitos procedimentos, mas ainda estão desarticulados, com os trabalhadores nos seus EES e a realidade local: ou seja, precisam de readequação como programa de formação de acordo com a especificidade de cada empreendimento e demandas dos trabalhadores.

### Demandas na formação das bases de serviço

Percebe-se que ainda existem algumas deficiências para construção dos eixos de formação das bases de serviços quanto aos procedimentos necessários à construção da autonomia dos trabalhadores e empreendimentos nas redes:

- Formação política nos empreendimentos: priorizar a formação política e de Ecosol com Programa de formação continuada;
- Formação da equipe técnica para atendimento dos empreendimentos: priorizar a formação política, com dinâmica de grupo, gestão de conflitos, procedimento para entender a realidade dos empreendimentos, procedimento de trabalho em equipe e conhecimento técnico de acordo com as necessidades dos EES;
- Formação em políticas públicas: priorizar a formação sobre o desenvolvimento territorial sustentável (qualificar a formação dos EES para entendimento do desenvolvimento econômico, social e político na definição das políticas públicas necessárias a Ecosol).

Seminário Nacional de Planejamento | Brasília, 26 a 28/ago/2015

## Caracterização das metodologias: valorização dos processos de educação popular e formação de apoio técnico

A construção das metodologias das bases de serviços pode se dividida nos processos de desenvolvimento de procedimentos de assessoramento técnico e práticas voltadas à educação popular (formação) voltado à realidade dos trabalhadores e suas lutas políticas, tendo como alinhamento os seguintes pontos.

### Metodologia e prática da assessoria técnica

Entendimento de instrumentos metodológicos: fomento de qualidade técnica (mas que valoriza o saber popular; troca de experiências entre "quem recebe a formação e quem dá a formação" no contexto pedagógico de educação popular).

### Gestão dos empreendimentos (princípios, planejamento e ações)

**Princípios:** empreendimentos devem ser autogestionários, com gestão coletiva, com comitês gestores, fóruns de desenvolvimento local e defesa da vida;

**Planejamento:** foco deve ser sustentabilidade, promoção dos direitos dos trabalhadores, implantação dos controles primários e secundários nos empreendimentos.

**Ações:** ações que não possuem só o fim econômico, mas que trabalhem também outros temas, como a violência contra a mulher, segurança alimentar, sustentabilidade, valorização do ser humano, proteção infantil, segurança, promoção dos direitos etc.

### Desenvolvimento de tecnologias sociais

**Caracterização e concepção de tecnologias sociais:** identificar procedimentos e instrumentos com base em soluções disponíveis e realizáveis pela comunidade, quebrando o modelo de uso de técnicas de difícil acesso (exemplos: moeda social troca de serviços dentro da comunidade, redes de proteção etc.).

## Parâmetros para conteúdos da formação das equipes das Bases de Serviço de Economia Solidária

As principais linhas ou parâmetros na formação da equipe técnica passam pelo atendimento de conteúdos pedagógicos voltados:

- Educação popular – conceitos básicos da educação popular.
- Diversidade cultural – definição de programas para atender a amplitude dos processos culturais.
- Formação técnica básica na área de negócio do empreendimento – preparar programas com conteúdo voltado aos negócios solidários (luta política e negócio solidário).
- Fomento da troca de saberes – desenvolver programa visando à troca de saberes com as lideranças (formação política e de lideranças).
- Formação de formadores – criar programa para troca de informações com a formação de multiplicadores (equipe técnica e trabalhadores).
- Conhecimento popular – valorizar o conhecimento e saberes originados nos movimentos sociais, comunidades etc.

## Papel das redes na política de formação em Ecosol

As redes de cooperação têm o papel de ampliação e sistematização da formação, tomando como orientação:

- Atender às demandas de formação em Ecosol.
- Realizar formações para outras REDES e atores.
- Apoiar a organização e articulação das formações
- Difundir as formações com instrumentos diversos (aplicativos etc.).
- Fortalecer a luta política.

## Fortalecimento estratégico dos programas de formação nacionalmente: o papel da integração das ações com a Rede CFES

O fortalecimento da formação deve ter como meta a sistematização de linhas e procedimentos de programas nacionais, tendo como estratégia:

- Definir o CFES como referência da multiplicação da formação nacionalmente com atendimento de formação nos processo produtivos e assuntos específicos (por exemplo: juventude, saúde mental, etc.).
- Ampliação da formação com programas específicos de formação de formadores com metodologias voltadas aos vários temas da Ecosol, devido à grande variedade de assuntos e áreas da economia solidária.
- Desenvolvimento de metodologias participativas com apoio do CEFS, com contribuição das redes de cooperação e empreendimentos.

As bases de serviços certamente têm um papel fundamental na articulação e integração dos processos das redes de cooperação e os empreendimentos. O processo de assessoramento técnico e formação política possibilitam principalmente a garantia da difusão do conhecimento nos empreendimentos e a agregação de novos conhecimentos técnicos. Logo, as bases de serviços têm papel fundamental na integração dos processos produtivos com processos políticos para viabilização de nova visão de sustentabilidade com o trabalho cooperativo.

Pode se identificar principalmente a sua capacidade de integrar as ações das redes nos territórios, as relações técnicas de produção e as demandas da comunidade, as ações políticas locais e os processos nacionais. Seguramente, o desenvolvimento de parâmetros de sustentabilidade nas redes de cooperação e sua base social (empreendimento e comunidade) dependem da geração de conhecimento e garantia de procedimentos socializados no território para integração nacional para determinação das políticas das bases de serviços de Ecosol.

**Em resumo:** as bases de serviços tornam-se os procedimentos fundamentais de integração das diversas esferas das redes de cooperação, articuladas por institucionalidades no território e nacionalmente. A valorização do assessoramento técnico e da formação política rearticula os procedimentos necessários à sustentabilidade, tendo como orientação os processos locais dos empreendimentos, as interações estratégicas no território e nacionalmente.

## Síntese geral do balizamento conceitual e metodológico: conceito de redes de cooperação

O primeiro ponto na definição do conceito comum de rede surgiu logo nos primeiros encontros dos trabalhos do projeto Redes Solidárias: passos para a sustentabilidade, ou seja, na primeira reunião do Comitê gestor de Governança. Identificou-se nas reflexões acerca do andamento do balizamento conceitual e metodológico o problema com algumas "ausências" para articulação de redes e sua viabilização nos processos de produção e comercialização para a construção da sustentabilidade.

Em síntese, podemos apontar num primeiro momento um confronto entre "ausências" nos processos de redes de cooperação com a falta de "integração" das diversas esferas da atuação de rede (produção, comercialização, assessoramento técnico e formação/educação popular). Ou seja:

**Ausências** → **Integração**

A falta de "integração" nas redes leva a baixa alocação de recursos e impacta os esforços no bom funcionamento da produção e comercialização em rede, e, por consequência, as dificuldades na articulação das bases de serviços.

Portanto, o conceito de redes tem fundamentalmente o planejamento e operacionalização da integração de todos os processos para romper com as "ausências"; e, logo, as fragilidades no atendimento direto aos empreendimentos solidários e comunidade, compreendidas particularmente nas trocas materiais (econômicas) e nas trocas simbólicas (processos culturais e políticos na comunidade).

Com isso, o conceito de sustentabilidade passa por novas referências conceituais com a finalidade atender as demandas econômicas dos empreendimentos e as demandas vividas pela comunidade. As redes – ou o contexto para definição de seu conceito – assumem um papel mais amplo de atuação, alinhando as ques-

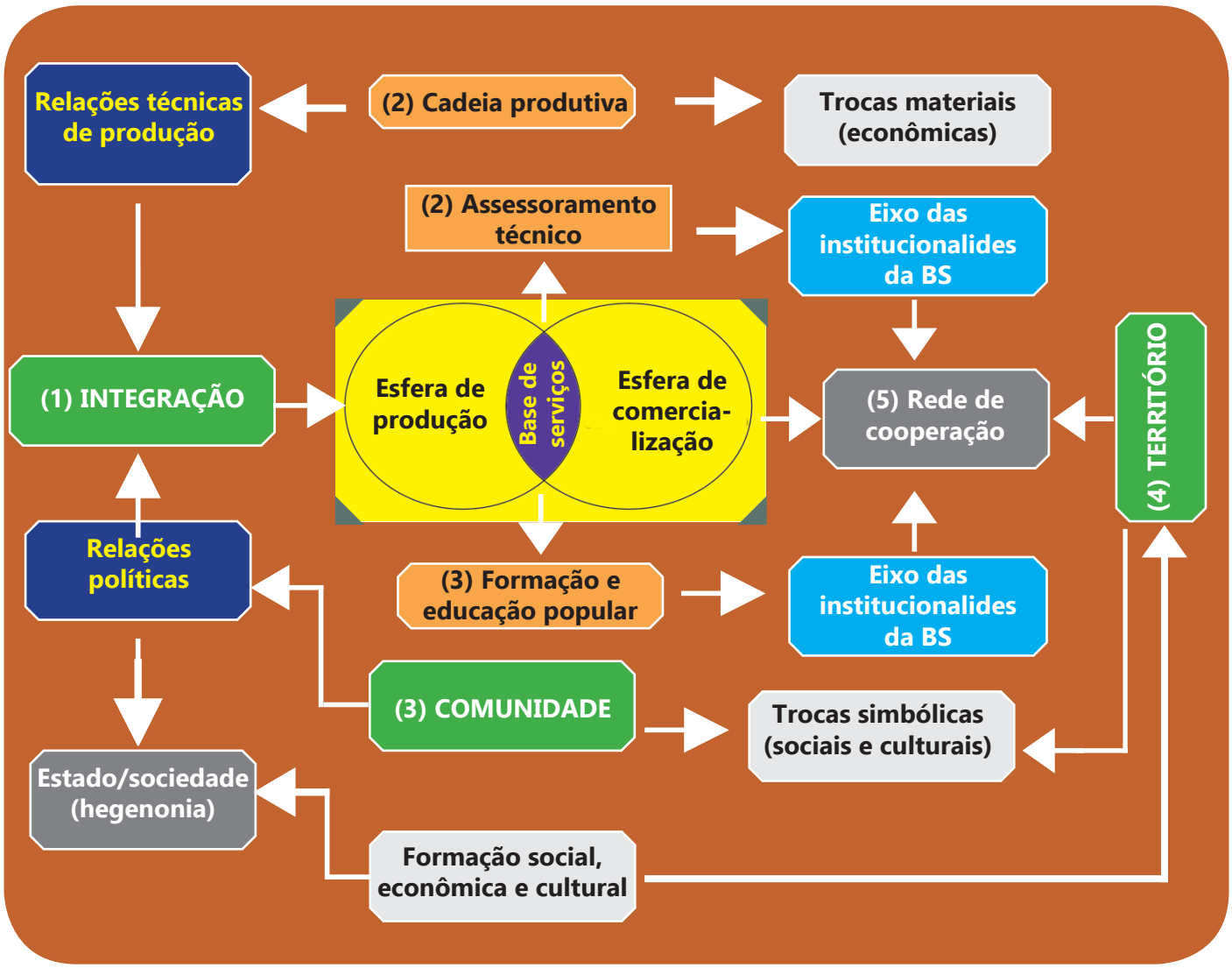
tões econômicas às demandas da comunidade de acordo com seus processos de inscrição do trabalho numa estrutura social, econômica e cultural num território e cadeia produtiva específica.

Então, pode se falar em demandas para solucionar problemas na produção e comercialização nos empreendimentos e suas redes, como também das demandas das comunidades de acordo com o seu processo histórico-político. Aqui se pode falar de problemas econômicos nos processos produtivos para viabilização das trocas materiais e ao mesmo tempo das lutas políticas da comunidade para garantia de seus direitos e afirmação da sua identidade.

Pode-se identificar como exemplo dos processos na comunidade: as lutas contra o êxodo rural de jovens agricultores, as lutas das mulheres contra a violência e definição de seu papel na construção material e política da comunidade, as demandas de políticas públicas em atenção à realidade local e a articulação política de atores e instituições no território para o desenvolvimento local.

As fragilidades, isolamento dos empreendimentos e fragmentação das ações na viabilização econômica e promoção da comunidade compreendem justamente a dinâmica entre as ausências e integração. Fundamentalmente, as redes assumem o papel estratégico de articular procedimentos de "integração" dos processos produtivos e as demandas da comunidade, com a finalidade suprimir as ausências na articulação de procedimentos e instrumentos para romper com as fragilidades, fragmentação de ações e isolamento dos empreendimentos.

O ponto estratégico de construção da integração se insere na articulação das bases de serviços, com o intuito de promover o assessoramento técnico e a formação política dos trabalhadores. A promoção do apoio técnico e formação política tornam-se os procedimentos necessários a suprimir as ausências à integração da vida material, social e cultural da comunidade, delimitada por programas de apoio técnico à sustentabilidade econômica e a articulações políticas da comunidade. Ou seja:




**Fonte**: ADS/CUT, 2016

A síntese do **Quadro Esquema – Integração** tem como propósito mostrar os processos de **trocas materiais** (econômicas) e **simbólicas** (identidade cultural e práticas produtivas da comunidade) com base nas demandas necessárias a construção do conceito de sustentabilidade na Recosol, ou seja, a ideia de sustentabilidade não passa exclusivamente pelas trocas econômicas e as relações técnicas de produção.

Portanto, pode-se destacar o conceito de Sustentabilidade por parâmetros diferenciados da visão de resultados financeiros da concepção mercadológica para a viabilização:

a) Dos processos produtivos representados pelas trocas econômicas e relações técnicas de produção para viabilização da integração da produção à comercialização e apoiada em programas de assessoramento técnico com a preocupação da promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica da sociedade (ou seja: a sustentabilidade está inserida numa estratégia ampla de articulação da produção-comercialização com o território e o desenvolvimento de indicadores econômicos para promoção do consumo consciente, distribuição justa das riquezas geradas no território, combate à miséria com a inclusão de trabalhadores e geração de renda);

b) Da atuação na esfera da articulação das demandas da comunidade no território para atender as necessidades básicas de educação, segurança alimentar, saúde e nas políticas públicas e sociais, como também garantir os processos locais de produção e/ou práticas produtivas sustentáveis na valorização do conhecimento dos trabalhadores e da realidade das comunidades nas suas demandas;

c) Da promoção do desenvolvimento local no território com a articulação de atores e instituições para construção política de novos parâmetros de sustentabilidade com base nas trocas econômicas, sociais e culturais.

As redes de cooperação assumem, portanto, o papel estratégico da integração dos vários processos e demandas locais e nacionais da Ecosol, ofertar instrumentos e procedimentos técnicos para construção de sua sustentabilidade, promover a educação popular na comunidade, articular e mobilizar os trabalhadores nas suas atividades econômicas e política.

Em resumo, o conceito fundamental das redes de cooperação passa pela integração através de procedimentos e instrumentos visando à sustentabilidade econômica dos empreendimentos, atender a comunidade nas suas demandas, articular e mobilizar os atores no território para o desenvolvimento local.

A abordagem de integração nas redes deve estar

III Encontro Nacional da Rede Juvesol | Brasília, 5 a 7/dez/2017

consoante com as políticas de fomento e desenvolvimento local e territorial sustentável e solidário da Senaes/MTE, tendo como parâmetro os eixos estruturantes da Política Nacional de Economia Solidária (Termo de Referência/Política Nacional de Economia Solidária – Senaes/MTE, volume 1, PP 6-352013):

### Eixo I: Organização sociocomunitária

Compreende um conjunto de iniciativas de identificação, sensibilização, mobilização e organização em territórios (...).

### Eixo 2: Formação e assessoria técnica

(...) compreende ações de formação cidadã e qualificação social e profissional com base nas potencialidades socioeconômicas locais de investimentos, iniciativas de economia solidária, fluxos de produção e de consumo, aptidões pessoais e vocações socioculturais.

### Eixo 3: Investimentos e finanças solidárias

(...) prevê a implantação de iniciativas locais ou territoriais de finanças solidárias para dinamização da economia popular (produção e consumo) com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário e bancos do povo e outras organizações de microcrédito solidário.

### Eixo 4: Organização da comercialização solidária

Implantação de estratégias de comercialização solidária, envolvendo os EES incubados e assessorados, optando por estratégias de espaços de comercialização solidária com infraestrutura disponível para essa finalidade, redes de cooperação solidária e ampliação das possibilidades de fornecimento de produtos e serviços nas compras governamentais, entre outras estratégias.

# REFERÊNCIA


BACIC, M., SOUZA, M.C. **Empreendedor e Processo Empreendedor no Brasil: Resultados de uma Pesquisa de Campo.** Anais do V EGEPE - Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.
LAHIRE, B. **O homem plural** – as molas da ação. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
_____. **O mercado dos bens simbólicos**. In As regras da arte. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
_____. **O Poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2011.
CARVALHO, E. A. (org.) **Antropologia Econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social** – uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
CLASTRES, P. **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
CORAGGIO, J.L. **Bases para una nueva generación de políticas socioeconómicas**: la economia del trabajo o economía popular. Presentación realizada en el Encuentro de Cultura y Socioeconomía Solidaria, PACS, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <http://www.fronesis.org>
_____. **La Economía social y solidaria como estrategia de desarrollo en el contexto de la integración regional latinoamericana**. In: 3er Encuentro Latinoamericano de Economía Solidaria y Comercio Justo organizado por RIPESS en Montevideo, 22-24 octubre 2008. Disponível em:<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/ponencia_jlc.doc>
_____. **La Economía Social y Solidaria (ESS)**: Niveles y alcances de acción de sus actores. In: SOUZA SANTOS, Boaventura; CUNHA, Teresa (orgs). Colóqui Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte – Sul. Otras Economías, Junho, 2015.
FRAISSE, L. **Os desafios de uma ação pública a favor da economia social e solidária**. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs). **Ação Pública e Economia Solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 237-244.
FRANÇA FILHO, G. (2006). **Economia popular e solidária no Brasil**. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 57-72.
GAIGER, L.I. **A dimensão empreendedora da economia solidária**: Notas para um debate necessário. Outra Economía - Volumen II - Nº 3 - 2º semestre/ 2008 www.riless.org/otraeconomia.
MORAIS, L. **As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL)**: avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema. Campinas: IE-UNICAMP (Tese de Doutorado), 2013.
NASCIMENTO, C. **O labirinto gramsciano**. www.claudioautogestao.com.br.
ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Editora Alínea, 2008.
SADER, E. **A nova toupeira**. São Paulo: Boitempo, 2009.
SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
SILVA, M.; SILVA, A. **A importância das redes de cooperação solidária como fator competitivo das empresas autogestionárias**. In: XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014.
SINGER, P. **Economia solidária**: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. In: Revista Proposta, no. 72, março – maio, 1997, p. 5-13.
SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

**Documentos**
Apostila da Rede CFES Nacional (Centro de Formação e apoio à assessoria técnica em Economia Solidária) – Termo de Referência da Sistematização de experiências (http://www.fbes.org.br/biblioteca22/cfes_nac_assessoria_tecnica.pdf)
CFES. Território, Redes e educação em economia solidária. (Alzira Medeiros, José I. Konzen), 2015.

Documento para 3ª CONAES. SENAES. Brasília, 2014.

Estratégias de acesso a mercados para Agricultura Familiar – Unicafes e FBB, 2013.

Política Nacional de Economia solidária - Termo de Referência SENAES/MTE. Volume 1, 2, 3, 4, 5 e 6. .

Prática de comercialização – uma proposta de formação para a economia solidária e agricultura familiar – Instituto Kairos & Capina (org), 2013.

# Anexos

ANEXO A

# Mapa das redes de cooperação solidária e empreendimentos e suas abrangências estratégicas

O Mapa das Redes de Cooperação foi definido na 1ª reunião do Comitê Gestor de Governança como orientação ao mapeamento para preparação das Oficinas de Balizamento conceitual e metodológico. A metodologia empregada foi o diálogo participativo na construção de um desenho em círculo, tendo como objetivo identificar as práticas das redes de cooperação, público alvo e instrumentos adotados na definição de planos de execução de apoio ao funcionamento das redes de cooperação.

## 1. Quadro-Síntese dos agrupamentos de ação dos projetos por temas das redes (atuação das redes de cooperação)

| | ENTIDADES | JUVENTUDE | MULHERES | RURAIS | URBANOS | AGROECOLO-GIA | PO D |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | COMSOL-IMS (NACIONAL) | | | | | | |
| 2 | UNICAFES (NACIONAL) | | | | | | |
| 3 | CEADES | | | | | | |
| 4 | MOC | | | | | | |
| 5 | TERRA LIVRE | | | | | | |
| 6 | UNISOL BRASIL (NACIONAL) | | | | | | |
| 7 | GUAYÍ | | | | | | |
| 8 | KAIRÓS | | | | | | |
| 9 | CEAGRO (PR) | | | | | | |
| 10 | IFF (CE, MA, RN) | | | | | | |
| 11 | ICODERUS (SE) | | | | | | |
| 12 | ASSOCENE (PE, PB, RN) | | | | | | |
| 13 | CF8 | | | | | | |
| 14 | Rede Coop Sol UFMT-MT | | | | | | |
| 15 | Instituto Pauline | | | | | | |
| 16 | CEFÚRIA | | | | | | |
| 17 | Instituto Integra | | | | | | |
| 18 | CÁRITAS | | | | | | |
| 19 | UPM – Campo Limpo-SP | | | | | | |
| 20 | CUT/ADS (NACIONAL) | | | | | | |
| 21 | UNICAFES-PR (PR) | | | | | | |
| 22 | IMCA (SUL/SE) | | | | | | |
| 23 | CENTRO ZUMBI - AL | | | | | | |
| **QUANTITATIVO DE ENTIDADES** | | **09** | **12** | **15** | **12** | **14** | **10** |

| NTOS FIXOS E COMERC. | CADEIAS PRODUT. | CONSUMO RESPONS. | CERTIFICAÇÃO/ SUSTENTABILIDADE |
|---|---|---|---|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | 02 | 01 | 01 |

## 2. Quadro-Síntese de instrumentos comuns adotados nos projetos (Instrumentos adotados de acordo com metodologias próprias e orientação da Senaes/TEM – ver instrumentos de orientação no Capítulo 3)

| ENTIDADES PARCEIRAS | | INSTRUMENTOS COMUNS A | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | PLANO EES | PLANO CADEIA PRODUTIVA | PLANO DAS REDES | PLANO - BASES DE SERVIÇO | |
| 1 | IMS (NACIONAL) | | | | | |
| 2 | UNICAFES (NACIONAL) | | | | | |
| 3 | CEADES | | s | | | |
| 4 | MOC | | | | | |
| 5 | TERRA LIVRE | | | | | |
| 6 | UNISOL BRASIL (NACIONAL) | | | | | |
| 7 | GUAYÍ | | | | | |
| 8 | KAIRÓS | | | | | |
| 9 | CEAGRO (PR) | | | | | |
| 10 | IFF (CE, MA, RN) | | | | | |
| 11 | ICODERUS (SE) | | | | | |
| 12 | ASSOCENE (PE, PB, RN) | | | | | |
| 13 | CF8 | | | | | Co go |
| 14 | Rede Coop. Sol. UFMT MT | | | | | |
| 15 | Instituto Pauline | | | | | |
| 16 | CEFÚRIA | | | | | |
| 17 | Instituto Integra | | | | | |
| 18 | CÁRITAS | | | | | |
| 19 | UPM/ Campo Limpo SP | | | | | |
| 20 | ADS (NACIONAL) | | | | | |
| 21 | UNICAFES-PR (PR) | | | | | |
| 22 | IMCA (SUL/SE) | | | | | |
| 23 | CENTRO ZUMBI - AL | | | | | |
| QUANTITATIVO DE ENTIDADES | | 10 | 08 | 13 | 16 | 12 |

| DOTADOS | | |
|---|---|---|
| **FEIRAS** | **PONTOS FIXOS DIVERSOS** | **OUTROS (Quais?)** |
| | | Encontros Estaduais |
| | | Diagnósticos estaduais |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | Economia Feminista: indicadores e articulação com políticas públicas |
| | | Grupos de consumo responsável e diagnósticos |
| | | Parceria Mundo Kid |
| | | Certificação de Produtos |
| | | |
| | | |
| mpras vernamentais | | Encontros de articulação das Redes; Formação; Capacitação/Produção. |
| | | |
| | | |
| | | Interface com PAA |
| | | Diagnóstico Desenvolvendo 2 Linhas de Produto |
| | | |
| | | Produção Cultural de Juventude |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | **10** | **10** |

ANEXO B

# Metodologia das oficinas de **balizamento conceitual e metodológico**

A metodologia das Oficinas das Redes de Produção, Comercialização e Bases de Serviços procurou se desenvolver com metodologia trabalho participativo e coletivo, e com base nas experiências das entidades/assessoras das redes de cooperação e seus procedimentos metodológicos.

O nivelamento das informações, e, por extensão, a contribuição ao balizamento conceitual, se deu pela valorização das narrativas dos participantes nas oficinas através de trabalhos em grupo, debates em plenárias e informações pertinentes da sua participação política no cenário da Ecosol. Cronograma das Oficinas de Balizamento conceitual e metodológico foi:

| Oficina | Mês de realização | Local |
|---|---|---|
| Oficina de balizamento conceitual e metodológica das redes de produção. | Setembro 2014 | Recife – PE |
| Oficina de balizamento conceitual e metodológica das redes de comercialização. | Novembro 2014 | Guarulhos – SP |
| Oficina de balizamento conceitual e metodológica das redes de bases de serviços. | Janeiro 2014 | Florianópolis – SC |

As oficinas de balizamento conceitual e metodológico foram divididas de acordo com as esferas da produção, comercialização e bases de serviços, em resposta a organização do Edital de Chamada Pública Senaes/MTE n° 004/2012, abrangendo os objetivos das entidades/assessoras das redes de acordo com a Modalidade A e C, conforme informações da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes/MTE.

A cada oficina de balizamento conceitual e metodológico, houve reuniões de preparação da atividade, com orientação de textos e procedimentos na valorização de processos participativos. Os textos de preparação das oficinas foram enviados previamente às organizações antes de cada oficina, tendo como objetivo nivelar informações acerca dos principais conteúdos do tema tratado e a programação das oficinas.

## Pressupostos, procedimentos, metodologia e instrumentos na realização das oficinas de balizamento conceitual e metodológico

Compreendemos como balizamento conceitual e metodológico a construção coletiva de uma identidade comum de conceitos, procedimentos e caminhos de ações nas redes de cooperação. Para tanto nossas oficinas foram estruturadas para resgatar experiências, difundir os conceitos pertinentes a Política Nacional de Economia Solidária e sistematizar os resultados sobre conceitos e procedimentos nas redes de produção, comercialização e bases de serviços.

Como orientação de nossas metodologias nas atividades das oficinas, utilizamos, como referência, a apostila da Rede CFES Nacional (Centro de Formação e apoio à assessoria técnica em Economia Solidária) – Termo de Referência da Sistematização de experiências (http://www.fbes.org.br/biblioteca22/cfes_nac_assessoria_tecnica.pdf):

**1º.** Do resgate das experiências vivenciadas nos empreendimentos de Economia Solidária e nas práticas reais das organizações de apoio ao movimento/empreendimentos;

**2º.** Da socialização dos conhecimentos compreendidos na prática (práxis) real dos empreendimentos e das suas organizações de apoio;

**3º.** Da identificação de instrumentos que apontem para a avaliação e reflexão crítica dessas práxis; e

**4º.** Da difusão criteriosa das práxis e das avaliações sobre a concepção política que enseja a Economia Solidária em seus contextos culturais e sociais.

Para tanto foram utilizadas as seguintes metodologias na "Oficina de balizamento conceitual e metodológico das redes de cooperação da produção, comercialização e bases de serviços"[25]:

**a)** Exposição dialogada sobre os objetivos do projeto de suporte às redes (Modalidade B e C) – Contextualização da oficina;

**b)** Socialização e sistematização das experiências (Mapa dos Desafios e oportunidades dos EES/Redes/Cadeias Produtivas) em grupo e produção de cartazes sobre a práxis dos EES e redes de cooperação e cadeias produtivas (Diagnóstico dos EES e suas redes no campo da organização da produção, comercialização e bases de serviços);

**c)** Exposição dialogada sobre os instrumentos e metodologias usadas para organização e desenvolvimento das redes de produção (balizamento conceitual e metodológico);

**d)** Socialização de experiências de Redes de Cooperação e Cadeias produtivas em especial destaque para as definições das metodologias para organização e desenvolvimento dos EES;

**e)** Socialização de experiências através da produção e apresentação de cartazes livres sobre a organização dos EES (balizamento metodológico);

**f)** Trabalho em grupos de análise, reflexão e contribuição sobre os instrumentos de organização das redes de cooperação;

**g**) Exposição dialogada sobre os conceitos (base conceitual) a partir dos Termos de Referência – Política Nacional de Economia Solidária Senaes/MTE - Volumes 1 e 3 (balizamento conceitual); e

**h)** Rodas de conversa quando de avaliações, posicionamentos, opiniões, manifestações e/ou análises da conjuntura, ocorrida durante os vários momentos da oficina.

**25.** É importante salientar que havia níveis de conhecimento e de compreensão bastante diferenciados entre os participantes. Encontramos desde lideranças políticas até companheiros recém-chegados (ou recém-contratados no corpo técnico) em suas organizações. Como também, projetos em pleno desenvolvimento e outros ainda na fase inicial. Outra característica importante foi que 75% dos participantes não tinham tido acesso aos Termos de Referência da Política Nacional de Economia Solidária – Senaes/MTE.

ANEXO C

# Referência para elaboração de planos **de encadeamento produtivo**

O objetivo da elaboração de planto de cadeia produtiva dos empreendimentos da economia solidária é conhecer a realidade organizativa e produtiva desses empreendimentos, identificando os elementos técnicos que possam subsidiar a construção de proposições para o reordenamento dessas cadeias.

A partir do conhecimento dos fluxos de recursos e produtos, o objetivo final do plano é promover o seu reordenamento de forma a permitir a agregação de valor para os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários.

## 1. Entendendo a cadeia produtiva

O início dos trabalhos depende de um processo de identificação, sensibilização e mobilização dos empreendimentos solidários e dos outros atores que compõem ou podem vir a compor a cadeia produtiva. Na sequência é necessário realizar o levantamento dos dados necessários para entender a cadeia produtiva.

Recomenda-se iniciar a pesquisa pela utilização de dados secundários: censos do IBGE, base de dados dos governos locais, pesquisas científicas produzidas por universidades e/ou agências de desenvolvimento, devendo incorporar informações mínimas atualizadas sobre o quantitativo de unidades produtivas, produção, produtividade, preço, mercados entre outras informações culturais, geográficas, sociais e econômicas relevantes

| **Insumos** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | | | | |
| Quantidade | | | | |
| Valor | | | | |
| Sazonalidade | | | | |
| Questões de qualidade | | | | |
| Logística utilizada | | | | |
| **Produtos** | | | | |
| Produção coletiva? | | | | |
| Pessoas envolvidas | | | | |
| Produção mês | | | | |
| Capacidade potencial | | | | |
| De produção | | | | |
| Sazonalidade | | | | |
| Adequação da tecnologia | | | | |
| Necessidades de infraestrutura | | | | |
| Preço | | | | |
| **Distribuição e comercialização** | | | | |
| Locais de venda | | | | |
| Quantidade vendida | | | | |
| Potencial de mercado | | | | |
| Preço | | | | |
| Logística necessária | | | | |
| Custos com transporte | | | | |

sobre a cadeia produtiva no território

A etapa seguinte implica na coleta direta de informação junto aos trabalhadores e organizações que atuam nessa cadeia produtiva, devendo compreender informações sobre insumos que são demandados para a produção e/ou beneficiamento da produção; a produção primária; o processo de beneficiamento; a distribuição, comercialização e consumo; o ambiente organizacional e institucional envolvido na cadeia produtiva.

Após o levantamento de dados é necessário sistematizar informações a respeito dos fluxos econômicos da cadeia produtiva em todas as etapas que a compõe. No quadro da página anterior seguem sugestões de instrumentos para isso:

Levantadas as informações de cada elo da cadeia produtiva deve-se fazer a descrição das relações entre estes nos itens: formas de compra e financiamento, instrumentos contratuais utilizados, desequilíbrios de poder etc.

## 2. Análise prospectiva e de planejamento

Passada a fase de entendimento da cadeia produtiva o passo seguinte é definir os objetivos de transformação da cadeia, de forma a fortalecer os empreendimentos solidários que dela fazem parte. Essa visão deve conter uma descrição clara das características que deverá ter a cadeia produtiva quando realizados os investimentos aqui propostos, explicitando de maneira coerente: insumos necessários, número de produtores, quantidade de produto primário, nome e localização das associações envolvidas, número, capacidade e localização de unidades de beneficiamento, descrição da logística de suprimento, produção e distribuição, descrição dos canais de distribuição (tudo válido para subprodutos).

Isso deverá estar registrado na forma de um pré-projeto que pode ser parte ou o todo das necessidades para reorganização proposta para a cadeia produtiva no território.

Recomendamos utilizar o seguinte instrumento de organização e planejamento da cadeia produtiva:

| Espaço | | | |
|---|---|---|---|
| Geográfico / elo da cadeia | Atividades | Políticas Públicas | Institucionalidade |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Espaço geográfico/elo da cadeia: Vinculação do espaço geográfico onde está situado este elo inicial da cadeia. Deve-se iniciar do elo inicial, por exemplo, família produtora, para então seguir para a associação de produtores dos territórios, unidade/empreendimento de beneficiamento, etc.

**Atividades:** Esta coluna deve apresentar em números aquelas atividades que deverão ser executadas para que aquele respectivo subespaço possa atingir um patamar de funcionamento e desempenho mais favorável para os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários envolvidos naquela cadeia produtiva e otimize a participação de cada segmento de forma a não existirem estruturas super ou subdimensionadas. Trata-se de pensar o que falta para a cadeia atingir seu ambiente ideal.

**Políticas públicas:** Espera-se que algumas das atividades propostas possam ser executadas diretamente pelo próprio projeto porém, muitas outras dependerão do acesso a outras políticas públicas para se concretizar, neste caso estas políticas devem ser indicadas.

**Institucionalidade:** Descrição do ambiente de governança referente a cada espaço geográfico. P/ex.: família, empreendimento, rede de empreendimentos, cooperativa de segundo grau, etc.

Este trabalho deve ser concluído com a elaboração de um resumo da situação desejada para a cadeia produtiva e apresentação de propostas de ação e projetos necessários para alcançar o ponto ideal.

O documento técnico deve conter: **a)** descrição e analise da estrutura atual de funcionamento da cadeia produtiva; **b)** descrição e analise dos componentes interativos para a sua reorganização com foco nas redes de EES; **c)** indicar elementos propulsores e restritivos para o seu desenvolvimento; e, **d)** apresentar elementos que possam

nortear a elaboração de planos de sustentabilidade específicos para os empreendimentos, priorizando as demandas para a otimização na aplicação de recursos.

| ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE CADEIA | |
|---|---|
| Capa | Titulo do plano, identificação do convênio, identificação da meta do projeto, identificação do consultor, data de elaboração. |
| Índice | Tabelas, quadros, figuras, mapas e seções do documento. |
| Sumário Executivo | Descrição sucinta do plano e suas proposições. |
| Introdução | Descrição das principais etapas de constituição do plano. |
| Histórico da cadeia produtiva | Descrição sucinta do histórico da cadeia produtiva no território. |
| Descrição da realidade da cadeia produtiva: analise da estrutura e funcionamento da cadeia produtiva no território | Texto descritivo e analise dos dados primários e secundários |
| Descrição dos segmentos da cadeia produtiva; | |
| Descrição das relações entre os segmentos da cadeia produtiva | |
| Reorganização da cadeia produtiva com foco nos EES em rede de cooperação. | Construção e analise da matriz de oportunidades/dificuldades: aspectos internos e externos que influenciam na cadeia produtiva. |
| Analise propositiva para o reordenamento da cadeia produtiva dos EES em Redes de Cooperação. | |
| Descrição da situação desejada após a implantação das proposições apresentadas. | |
| Sistematização das ações/estratégias para a estruturação/fortalecimento da cadeia produtiva dos EES em Rede. | Descrição das propostas preliminares de custeio e/ou investimentos necessários à qualificação e reordenamento da cadeia produtiva com foco nos EES em redes de cooperação. |
| Agenda positiva de trabalho para implantação do plano | Proposta de gestão e continuidade das articulações para a implementação do plano estratégico de estruturação/fortalecimento da cadeia produtiva. |
| Responsáveis, os papeis a serem desempenhados e o período de execução. | |
| Considerações técnicas finais | Proposições e recomendações |

## 3. Gestão e monitoramento do Plano de Cadeia Produtiva

No sentido de garantir a continuidade das ações propostas nos planos de cadeias produtivas é necessário instituir estruturas de governança, mobilização e monitoramento das atividades propostas no plano de cadeia.

Definida essa estrutura de governança devem ser construídos compromissos preliminares e agenda positiva de trabalho para implantação do plano estratégico e visão de futuro da estruturação da cadeia produtiva. Ainda que a construção do plano seja participativa, este momento final é fundamental para amarrar compromissos e orientar o assessoramento continuado na sua implementação.

Esta deve ser uma tabela simples:

| Organização | Compromisso | Prazo | Responsável |
|---|---|---|---|
| | | | |
| | | | |
| | | | |

ANEXO C 1

# Orientações para elaboração de **planos de redes solidárias**

Para constituir-se uma rede solidária ou aprimorar as ações de uma rede já existente é primordial que se faça um planejamento participativo das ações a serem realizadas. Este planejamento deve descrever a situação atual da rede, os benefícios identificados pela ação em rede e o passo a passo a ser implementado para alcançá-los.

Para atingir-se este objetivo, recomenda-se que este planejamento contenha, pelo menos, os seguintes itens:

## 1. Diagnóstico e caracterização da Rede

**Diagnóstico:** identificação dos empreendimentos envolvidos na rede e da identidade comum à rede.

- Dentre os elementos do diagnóstico destaca-se a necessidade de informação a respeito dos fluxos econômicos dos empreendimentos que compõe a rede: insumos utilizados e produtos comercializados (destacando quantidades e valores realizados, fornecedores e compradores, e o potencial de aumento da produção). A identificação de cada empreendimento que compõe a rede é pressuposto para que se possa planejar possibilidades de integração entre os mesmos.
- A identidade comum da rede pode ser: territorial, de cadeia produtiva, política, cultural, de segmento econômico, de segmento populacional, etc. Independente da identidade inicial que caracteriza a Rede é importante que estas sejam capazes de proporcionar ganhos práticos para os empreendimentos que as compõem, contribuindo para que estes possam atingir a sua sustentabilidade econômica. Muitas vezes são formadas redes com elementos de identidades sobrepostas, por exemplo, uma rede de Cooperativismo Solidário de Produtores de Leite do Oeste Catarinense;
- O histórico de relações entre os empreendimentos que compõem ou irão compor a rede é um elemento fundamental. É possível que haja um histórico de ações comuns que facilite a articulação de uma rede perene, por outro lado a frustração em tentativas anteriores de ações coordenadas pode gerar desconfiança e inviabilizar a formação da rede.

## 2. Levantamento dos potenciais de articulação em Rede

Para o processo de constituição da rede ser efetivo, ele não pode ser uma tarefa a mais para as cooperativas, estas devem enxergar claramente as vantagens práticas dessa constituição. A diversidade torna esse um grande desafio:

Por isso sugere-se começar formando redes onde se identifica o potencial de complementaridade econômica de forma mais direta. Em todos os casos é fundamental que pelo menos uma parcela dos cooperados de cada cooperativa enxerguem claramente as vantagens da associação em rede e sejam agentes motivadores da rede dentro da cooperativa. Para isso precisam enxergar as vantagens da articulação em rede desde o início. O diagnóstico e caracterização das Redes deve fundamentar a identificação de potenciais da articulação em Rede. Alguns destes potenciais podem ser:

- Integração horizontal para produtos no mesmo segmento: ganhos de escala e regularidade na oferta. A integração pode ser para comercialização ou para compra de insumos.
- Integração vertical para produtos complementares: Trata-se da formação de cadeias produtivas, pode envolver inclusive a criação de novas cooperativas. Abordaremos esse processo com mais detalhes à frente.
- Integração comercial para produtos dife-

rentes: **1)** construção de identidade comercial comum (marcas e selos); **2)** integração com grupos de consumidores organizados; **3)** integração para acesso a compras institucionais (públicas ou privadas).

- Integração logística: articulação para transporte integrado de matérias-primas ou do produto final das regiões de produção aos centros consumidores.
- Integração e cooperação técnica: intercâmbio no aperfeiçoamento de produtos e processos produtivos.
- Aprimoramento da autogestão: Intercâmbios formativos sobre instrumentos de gestão democrática e no aperfeiçoamento das práticas administrativas, jurídicas e contábeis.
- Integração sobre temáticas: Integração entre áreas temáticas dos empreendimentos com formação de redes de jovens, redes de mulheres etc.

O estudo dos potenciais de formação das Redes deve, partindo do conhecimento prévio dos empreendimentos que a compõe, identificar quais áreas de cooperação e integração devem ser priorizadas nas ações que serão realizadas.

## 3. Plano de Implementação das Ações

Caracterizada a rede e definida suas características e componentes deve ser elaborado então o plano de implementação das ações, construído a partir da identificação dos potenciais de articulação em rede e das dificuldades a serem sanadas.

É fundamental que este plano seja construído de forma participativa de modo que os empreendimentos da Rede se responsabilizem pela sua implementação. Este plano deve servir como instrumento de orientação e planejamento das ações do próprio projeto e como instrumento de orientação das demandas para políticas públicas (captação de recursos para os empreendimentos).

## 4. Estrutura de governança da rede

O plano de rede deve conter a descrição do funcionamento da estrutura de governança responsável por implementar as ações planejadas. Para definição dessa estrutura é importante levar em conta que o custo e esforço da gestão da Rede deve ser proporcional aos benefícios que se espera com sua articulação. Essa estrutura deve prever:

- Definição das atribuições da instância de governança;
- Periodicidade das reuniões;
- Mecanismos e responsáveis pelo monitoramento e animação da realização dos encaminhamentos entre as reuniões.

Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS
Rua Ulisses Cruz, 46, Belenzinho / São Paulo - São Paulo / CEP 03077-00
www.ads.org.br / (055-11) 2799.49.99

## EQUIPE TÉCNICA

| | |
|---|---|
| **Coordenação Geral do Projeto** | Almir dos Santos Alves (economista) |
| **Áreas Técnicas – responsáveis** | |
| **Redes de Produção Solidária** | Dimas Alcides Gonçalves (economista) |
| **Redes de Comercialização Solidária** | Leandro Pereira de Morais (economista) |
| **Redes de Assessoramento** | |
| **Técnico (Bases de Serviço)** | Eliane Rosandiski (economista) |
| **Planejamento** | Jeferson de Oliveira Souza (sociólogo) |
| **Educação Popular e Economia Solidária** | Cláudio Nascimento (educador popular e especialista em economia solidária) |
| **Técnicos de Campo Agentes de Desenvolvimento** | Lucimere da Silva Leão (cursista de Adm. Empresas) |
| **Área Administrativa, Financeira e Física do Projeto** | |
| **Responsáveis diretos** | Cássia de Souza Ribeiro (graduada em Gestão Financeira): coord. administrativa, financeira e física do Projeto<br>Júlio Cesar Motta – assistente adm. fin. e físico do Projeto (graduado em Educação Física)<br>Tânia Donizeti Senson – assistente adm. fin. e física do Projeto (cursista em Gestão Empresarial) |
| **Equipe de Apoio à Área Adm. Financeira e Física** | Meriam Martins Silva e Fernando de Jesus Oliveira (cursista em Contabilidade) |
| **Edição, revisão e projeto gráfico** | Editora Limiar (www.editoralimiar.com.br) |

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

Coordenador Geral
**Ari Aloraldo do Nascimento**

Coordenador
Administrativo Financeiro
**Aparecido Donizeti da Silva**

Coordenadora de Formação
**Edjane Rodrigues Silva**

Coordenador de Crédito
**Antonio Carlos Spis**

Coordenadora Adjunto
**Maria das Graças Costa**

Coordenador Adjunto
**Marco Antonio A. Pimentel**

Conselho Fiscal
**Jasseir Alves Fernandes**
**Antonio Souza Ribeiro**
**Eduardo Lírio Guterra**

Tiragem 500 exemplares | Distribuição gratuita | autorizada a reprodução parcial do conteúdo desde que citada a fonte,

Este Caderno Pedagógico é parte do conjunto de publicações gerado a partir da execução das ações do Projeto "Redes: Passos Para a Sustentabilidade", executado pela Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, tal qual exposto no Projeto Base que é parte integrante do Convênio 00028/2.013 – SICONV 782975/2.013, firmado entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (SENAES/MT) e a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS.

AGÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOLIDÁRIO

# Redes de Cooperação Solidária

## BALIZAMENTO CONCEITUAL E METODOLÓGICO DE REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

ADS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

ORDEM E PROGRESSO
BRASIL
GOVERNO FEDERAL